

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

Marcelo Oliveira de Almeida

PROPOSTAS PARA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA

Belo Horizonte
2020

Marcelo Oliveira de Almeida

PROPOSTAS PARA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação em Museus e Divulgação Científica

Orientadora: Profa. Dra. Verona Campos Segantini

Belo Horizonte
2020

A447p
T

Almeida, Marcelo Oliveira de, 1977-
Propostas para comunicação agroecológica [manuscrito] / Marcelo
Oliveira de Almeida. - Belo Horizonte, 2020.
209 f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Acompanhado de livro com o título: Propostas para comunicação
agroecológica. (54 p. : il).

Orientadora: Verona Campos Segantini.

Bibliografia: f. 145-150.

Anexos: f. 151-153.

Apêndices: f. 154-209.

1. Educação -- Teses. 2. Comunicação -- Teses. 3. Ecologia agrícola --
Teses. 4. Comunicação na educação -- Teses. 5. Comunicação na ciência --
Teses. 6. Comunicação na agricultura -- Teses.

I. Título. II. Segantini, Verona Campos, 1985-. III. Universidade Federal
de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.1022

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA

Realizou-se no dia 28 de fevereiro de 2020, às 09:00 horas, Sala 3104, Faculdade de Educação (FaE) - UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 225ª defesa de dissertação intitulada *Propostas para Comunicação Agroecológica*, apresentada por MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA, número de registro 2018666490, graduado no curso de CIENCIAS BIOLÓGICAS/NOTURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Verona Campos Segantini - Orientadora (UFMG), Prof. Bernardo Jefferson de Oliveira (UFMG), Prof. Márcio Simeone Henriques (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

- Aprovada
 Reprovada
 Aprovada com indicação de correções

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança do título da dissertação para:

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2020.

Prof. Verona Campos Segantini (Doutora)

Prof. Bernardo Jefferson de Oliveira (Doutor)

Prof. Márcio Simeone Henriques (Doutor)

AGRADECIMENTOS

À Verona, pela confiança e paciência em me deixar livre para escolher os caminhos dessa pesquisa e pela orientação precisa e segurança nos momentos certos.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da UFMG, pelas condições oferecidas para a realização desse trabalho.

À professora Marina Fonseca e aos professores Bernardo Jefferson, Márcio Simeone e Mateus Servilha pelas preciosas reflexões e determinantes contribuições no exame de qualificação e na banca final.

À Sylvia Vartuli, pelas inúmeras parcerias em trabalhos de comunicação agroecológica e, principalmente, pela generosidade e disposição para diagramar o livro com tanta rapidez e competência. À Gabriela Guerra, por ter embarcado na ideia e colocado sua sensibilidade no lindo desenho que ilustra a capa da publicação. À Daniela Almeida e ao Jairo Bosa, pelas leituras, comentários e revisões críticas do texto do livro.

À Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), por ter proporcionado experiências e aprendizados fundamentais para essa pesquisa e para a vida. À Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), pelos incontáveis ensinamentos e diálogos para construção da agroecologia.

À Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), de modo especial, às/aos comunicadoras/es da Coletiva de Comunicação e Cultura, que são a fonte de inspiração e sustentação desse estudo. À secretaria executiva da ANA, pelas parcerias nos trabalhos em rede.

Às agricultoras e agricultores agroecológicos, por resistirem e insistirem em colocar *comida de verdade* nas nossas mesas.

Às amigas Danúbia, Lorena, Natália e Angélica que, mesmo sem saber, tiveram grande influência nos rumos desse trabalho.

Ao Ézio, Valéria, Max, Gael, Roberta, Luiza e Gabriela, por todo acolhimento e ajuda. À querida amiga Iara, por ter me mostrado – com muita leveza e carinho – a importância das horas vagas da vida (sempre com um cafezinho).

À minha família, pelo apoio amoroso e por estar sempre disponível: Mundinha, Márcio, Ângela, Dani, Gil, Tomás, Ju e Maria.

À Alice, por me ajudar a “desmorrer” com sua varinha arco-íris e deixar meus dias mais imprevisíveis e alegres.

À Ju, a quem devo o tempo para realização desse trabalho, pelo amor, amizade, apoio e dedicação em me ver feliz e viver feliz ao meu lado.

RESUMO

Diante dos severos impactos sociais e ambientais decorrentes do agronegócio, cresce a importância em ampliar e fortalecer as iniciativas que se baseiam na aplicação dos princípios da ecologia para o estudo e o manejo de agroecossistemas. Na agroecologia, a produção agrícola não é apenas uma questão técnica, mas uma prática social que busca a democratização de sistemas alimentares a partir do diálogo entre o conhecimento científico-acadêmico e os conhecimentos dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades. Tendo em vista a importância da comunicação para a ampliação da agroecologia no Brasil, esta dissertação buscou contribuir para a qualificação das estratégias e iniciativas comunicativas realizadas pelas organizações do movimento agroecológico. A pesquisa procurou inicialmente contextualizar historicamente a existência de diferentes estilos de agricultura na nossa sociedade, com foco na consolidação do agronegócio enquanto modelo dominante de agricultura e na construção da agroecologia enquanto ciência, movimento político e prática social. Em seguida, sob a perspectiva dos estudos sobre direito à comunicação e sobre ciência, tecnologia e sociedade, esse trabalho pretendeu situar a importância da comunicação das controvérsias científicas para os processos de regulação das biotecnologias empregadas na agricultura, especialmente os agrotóxicos e os organismos geneticamente modificados (OGMs). Finalmente, a partir do estudo de documentos produzidos por comunicadoras e comunicadores inseridas/os em atividades da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), mais especificamente na realização do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), essa pesquisa procurou identificar e sistematizar características e abordagens que orientam as iniciativas de comunicação popular e agroecológica. Deve-se destacar ainda que os resultados e análises desse trabalho estabeleceram os conceitos e forneceram os subsídios para elaboração do livro “Propostas para Comunicação Agroecológica”. Além de uma breve reflexão sobre o direito à comunicação, a publicação traz sete diretrizes para inspirar e orientar a realização das práticas de comunicação relacionadas à agroecologia; e alguns exemplos de iniciativas que nos mostram como é possível construir novos paradigmas para uma comunicação e para sistemas alimentares mais justos e democráticos.

Palavras-chave: Agroecologia. Comunicação popular. Comunicação pública da ciência. Direito à comunicação.

ABSTRACT

In view of the severe social and environmental impacts resulting from industrial agriculture, the importance of expanding and strengthening initiatives based on the application of the principles of ecology to the study and management of agro-ecosystems is growing. In agroecology, agricultural production is not just a technical issue, but a social practice that seeks to democratize food systems based on the dialogue between scientific-academic knowledge and the knowledge of the people of the countryside, water, forests and cities. Due to the importance of communication for the expansion of agroecology in Brazil, this dissertation aims to contribute to the qualification of the communicative strategies and initiatives carried out by the organizations of the agroecological movement. The research initially sought to contextualize historically the existence of different styles of agriculture in our society, focusing on the consolidation of agribusiness as a dominant model of agriculture and the construction of agroecology as a science, political movement and social practice. Then, from the perspective of studies on the right to communication and on science, technology and society, this work aimed to situate the importance of communicating scientific controversies for the processes of regulation of biotechnologies used in agriculture, especially pesticides and genetically modified organisms (GMOs). Finally, from the study of documents produced by communicators inserted in activities of the National Articulation of Agroecology (ANA), more specifically in the production of the IV National Meeting of Agroecology (IV ENA), this research sought to identify and systematize characteristics and approaches that guide popular and agroecological communication initiatives. It should also be noted that the results and analyzes of this work established the concepts and provided the support for the book "Proposals for Agroecological Communication". In addition to a brief reflection on the right to communication, the book includes seven guidelines to inspire the implementation of communication practices related to agroecology; and some examples of initiatives that show us how it is possible to build new paradigms for communication and for more just and democratic food systems.

Keywords: Agroecology. Popular communication. Science Public Communication. Right to communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Principais campos de estudos da dissertação	19
Figura 02 – Gráfico dos estabelecimentos e áreas da agricultura familiar e não familiar no Brasil - Ano 2017.....	24
Figura 03 – Principais atividades das corporações do agronegócio.....	27
Figura 04 – Gráfico do total de agrotóxicos e afins registrados por ano no Brasil (2005 a 2019).....	33
Figura 05 – Gráfico da taxa de consumo por área plantada (kg/ha) no Brasil e em Minas Gerais Anos 2000 a 2017	39
Figura 06 – Gráfico do consumo de agrotóxicos, área produzida com transgênicos, produção e produtividade das lavouras de soja, milho e algodão no Brasil Anos 2003 a 2014	41
Figura 07 – Gráfico dos casos de intoxicação por agrotóxicos em relação à população (1:100.000 habitantes) em Minas Gerais e no Brasil Anos 2007 a 2017	46
Figura 08 – Gráfico da porcentagem das notificações de intoxicação por agrotóxicos, por região de residência e agente tóxico Anos 2007 a 2017	46
Figura 09 – Gráfico da incidência de intoxicação por agrotóxicos agrícola em relação à população (1:100.000 habitantes) em Minas Gerais e no Brasil Anos 2007 a 2017	47
Figura 10 – Gráfico das notificações de intoxicação por agrotóxicos agrícola segundo a circunstância Anos 2007 a 2017	48
Figura 11 – Mapa de feiras de produtos orgânicos e agroecológicos – Idec	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Vendas de produto comercial de agrotóxicos no Brasil Anos 2000 a 2015.....	36
Tabela 02 – Vendas de ingrediente ativo de agrotóxicos no Brasil e Minas Gerais Anos 2000 a 2017	37
Tabela 03 – Vendas de ingrediente ativo, em toneladas, por classe de periculosidade ambiental Ano 2017.....	37
Tabela 04 – Consumo de agrotóxicos, área plantada e taxa de consumo por área plantada (kg/ha) no Brasil e em Minas Gerais Anos 2000 a 2017	38
Tabela 05 – Estabelecimentos registrados no IMA para fabricar, armazenar, vender e prestar serviço de aplicação de agrotóxicos Ano 2019.....	42
Tabela 06 – Iniciativas de comunicação popular e agroecológica	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
ADEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal
AMA – Articulação Mineira de Agroecologia
AMAU – Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA – Articulação Semiárido Brasileiro
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
AUÊ! – Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da UFMG
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTA – Centro de Tecnologias Alternativas
CTNBIO – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OGM – Organismos geneticamente modificados

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização não governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNARA – Política Nacional de Redução de Agrotóxicos

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PTA – Projeto Tecnologias Alternativas

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINDIVEG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUSAN – Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da PBH

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – POR QUE INTERESSA À SOCIEDADE APOIAR A AGROECOLOGIA?.....	22
1.1 A estrutura do sistema industrial agrícola.....	25
1.2 O consumo de agrotóxicos no Brasil	30
1.2.1 Comércio de agrotóxicos em Minas Gerais e no Brasil	35
1.2.2 Intoxicações por agrotóxicos em Minas Gerais e no Brasil.....	43
1.3 Agroecologia	49
CAPÍTULO 2 – POR QUE INTERESSA À SOCIEDADE APOIAR A DEMOCRATIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA COMUNICAÇÃO?.....	68
2.1 Controvérsias científicas e governança da tecnociência.....	71
2.1.1 Comunicação pública da ciência.....	82
2.2 A estratégia de comunicação do agronegócio	85
2.3 A comunicação como direito	91
2.3.1 Comunicação popular	94
CAPÍTULO 3 – POR QUE INTERESSA AO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO DISCUTIR COMUNICAÇÃO?	98
3.1 Trajetória e objetivos da comunicação agroecológica	103
3.2 Princípios da comunicação agroecológica.....	106
3.3 Diretrizes da comunicação agroecológica	109
3.4 Exemplos de iniciativas de comunicação agroecológica	121
3.5 Relação entre as diretrizes e as iniciativas de comunicação popular	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	145
ANEXOS.....	151
APÊNDICE.....	154

INTRODUÇÃO

Pouco tempo após o meu primeiro contato com a agroecologia, há quase 20 anos, uma questão já me intrigava: com tantas evidências sobre os impactos negativos dos processos de industrialização da agricultura, por que as práticas sustentáveis de cultivo de alimentos encontram tantos desafios para se ampliarem? Nesse mesmo período, ainda estudante de jornalismo, observava que os meios de comunicação que possuíam grandes audiências divulgavam com orgulho os recordes de produção e exportação de produtos agrícolas e a importância do agronegócio para a balança comercial do Brasil. Nas matérias jornalísticas, a ciência e as tecnologias de ponta eram apresentadas como suportes para uma agricultura moderna e sofisticada, sempre enaltecidas pelas “fontes oficiais” – economistas, agrônomos, representantes do governo e das empresas do agronegócio, entre outros especialistas no assunto.

Por outro lado, cresciam as iniciativas de milhares de famílias nas diversas regiões do País que se dispunham a abandonar os preceitos da modernização agrícola para experimentar estilos de agricultura que aplicavam os princípios da ecologia no cultivo de alimentos. Será que essas famílias não tinham nada a dizer na televisão, nas rádios e nos jornais de grande circulação?

Os anos passaram e a cobertura da mídia comercial não mudou muito. As experiências e redes locais de promoção da agroecologia expandiram, mas não a ponto de alterar o domínio do agronegócio no campo e na cidade. Aos poucos, foram ficando evidentes para mim alguns aspectos que mostram como tanto a mídia hegemônica quanto o agronegócio operam para preservar as condições de desigualdade socioeconômica em nossa sociedade.

No entanto, é possível constatar como os debates sobre a importância da democratização da comunicação, da ciência e dos sistemas alimentares têm ampliado e envolvido, de diferentes formas, diversos atores sociais, como povos do campo, das florestas, das águas e das cidades, movimentos populares, universidades, conselhos profissionais, fóruns temáticos, além de setores de governo, do legislativo e do judiciário. No conjunto das controvérsias que esses debates evidenciam, os questionamentos e argumentos são bem variados, assim como os campos de conhecimento convocados para sustentar os diferentes pontos de vista, que

vão desde a comprovação dos riscos e as incertezas das biotecnologias utilizadas até o forte viés político-econômico das definições sobre assuntos estratégicos para o País.

Inseridas nesse cenário, as iniciativas de comunicação popular assumem um importante papel, não apenas para informar sobre as contradições em questão, mas também como parte dos processos de construção de conhecimentos relacionados às práticas sociais. Compartilhamos da compreensão presente no movimento agroecológico de que há um grande desafio em ampliar o acesso das pessoas a informações sobre temáticas que estão em constante disputa, a partir de abordagens que considerem vários aspectos do assunto em questão.

Nessa perspectiva, definimos como objeto principal de pesquisa a comunicação realizada no contexto da agroecologia – chamada nesse trabalho de comunicação agroecológica. Na nossa percepção, qualificar as iniciativas de comunicação desenvolvidas no campo da agroecologia converge com um esforço coletivo de ampliar o número de instituições e agricultoras/es dispostas/os a apoiar ou a adotar a agroecologia em seus sistemas de produção, ao mesmo tempo em que busca dialogar com a sociedade sobre *por que interessa a todas e todos apoiar a agroecologia*.

Deve-se destacar que esse estudo se baseia também na orientação do Promestre em vincular os estudos no mestrado a problemas reais da área de atuação profissional do pesquisador. Nesse sentido, trarei a seguir algumas informações com a intenção de evidenciar a relação da minha trajetória acadêmica e profissional com as áreas de pesquisa desse trabalho.

Minha relação com a temática¹

Sou formado em Jornalismo e em Ciências Biológicas e, um pouco antes de terminar minhas graduações, conheci a organização social Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), que desenvolve projetos de agroecologia com o público da agricultura familiar do Leste de Minas e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Ao conhecer esta

¹ Para descrever a minha relação (do aluno) com a temática pesquisada, usarei o verbo na primeira pessoa do singular, diferentemente do que farei no restante da dissertação.

instituição, que foi criada em 1986, descobri um vasto campo de conhecimento e de perspectivas de trabalho que me atraíram e que, no meu entendimento à época, me permitiriam aliar os meus aprendizados nos cursos de Comunicação e Biologia. Enquanto estava na universidade, fiz alguns trabalhos voluntários e assessorias para a REDE. Depois de formado, fui contratado pela instituição, em 2003, e lá trabalhei por mais de 10 anos.

Por meio da minha atuação profissional e da participação em projetos de pesquisa e estudo, tive a oportunidade de trabalhar junto a agricultoras/es familiares, do campo e da cidade, em iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento local, principalmente a partir da promoção da agroecologia. Desde então, já participei de atividades bem variadas: assessoria de comunicação; pesquisa e sistematização de experiências de produção agroecológica; apoio à organização de grupos e associações comunitárias; coordenação de encontros e seminários; atuação em redes, fóruns e espaços de articulação da sociedade civil; acompanhamento na formulação e implementação de políticas públicas; coordenação e gestão de organizações da sociedade civil; avaliação e planejamento de projetos socioambientais; condução de processos educativos relacionados, principalmente, aos temas agricultura familiar, agroecologia, soberania e segurança alimentar, economia solidária e comunicação popular.

Também considero importante destacar a minha participação (com diferentes intensidades ao longo dos últimos 17 anos) em redes e movimentos que atuam no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção da agroecologia, como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Venho, portanto, há quase duas décadas acompanhando e participando de processos de construção e comunicação da agroecologia, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2017, quando tive conhecimento da seleção do mestrado profissional da Faculdade de Educação da UFMG, vi uma oportunidade de aprofundar meus estudos nas áreas em que tenho acumulado experiências nos últimos anos e, ao mesmo tempo, buscar contribuir com a demanda identificada no âmbito do movimento agroecológico referente à

qualificação dos processos comunicativos. Nesse sentido, percebi na linha de pesquisa “Educação em Museus e Divulgação Científica” grande sinergia com os meus interesses.

Uma das concepções mais adotada atualmente no Brasil compreende a agroecologia como “enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento que se propõem a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural.”² Mesmo não existindo um consenso para definição do termo agroecologia, alguns aspectos sobre a sua construção estão bem enraizados, como a compreensão de que a agroecologia se constitui no diálogo do conhecimento científico com os saberes e conhecimentos das/os agricultoras/es familiares, camponesas/es, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Em artigo recentemente publicado no jornal Folha de São Paulo, *Qual divulgação científica (não) queremos?*³, as pesquisadoras Denise Pimenta e Débora Reis problematizam, entre outros aspectos, a concepção de divulgação científica que predomina na atualidade, na qual as/os cientistas se esforçam para levar a uma população “calada nos auditórios” os resultados de suas pesquisas. “Mas divulgar é mais do que somente desenvolver produtos. O momento urge por uma visão mais crítica”, alertam as pesquisadoras. Elas argumentam ainda que a divulgação científica implica em “dialogar com quem tem sido designado a ficar calado”, em conversar sobre ciência, mas também sobre as demandas de quem insiste em questionar as suas certezas. Nessa perspectiva, os processos de produção (e comunicação) dos conhecimentos devem se assentar no compromisso social, político e cultural das pessoas envolvidas. Assim, segundo Pimenta e Reis, seria tempo de acadêmicos e não acadêmicos se unirem para lutarem pela divulgação científica que realmente queremos e para compartilharem “conhecimentos que nos conduzam a um mundo mais justo e com mais escuta”.

Tendo o artigo acima como exemplo, acredito que as pesquisas sobre comunicação agroecológica, sob a perspectiva do direito à comunicação e da comunicação popular,

² Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/qual-divulgacao-cientifica-nao-queremos.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa>. Acesso em: 20 jan. 2020.

podem se somar aos estudos de outras áreas que propõem uma análise crítica das práticas de divulgação científica.

No que diz respeito à minha atuação profissional durante o mestrado, destaco dois trabalhos que tiveram estreita relação com o desenvolvimento do projeto de pesquisa no Promestre. O primeiro se refere à minha participação no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), realizado em Belo Horizonte nos dias 31 de maio a 3 de junho de 2018. Na ocasião, tive a oportunidade de integrar a Comissão Organizadora do Encontro, a comissão de trabalho de Comunicação e Cultura e a coordenação da equipe de relatoria. Após o evento, durante o segundo semestre de 2018 e parte do primeiro semestre de 2019, integrei a equipe que coordenou o processo de sistematização e elaboração da publicação referente às memórias do IV ENA. Esse trabalho me permitiu um “mergulho” em documentos recentes sobre a conjuntura da agroecologia e da comunicação agroecológica no Brasil, o que acabou contribuindo com a delimitação da abordagem adotada na minha pesquisa no mestrado profissional.

O segundo trabalho se refere ao projeto “Ação intersetorial para o fortalecimento da agroecologia, o enfrentamento do uso de agrotóxicos e a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis na RMBH e Colar Metropolitano”, apoiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e coordenado pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN/PBH), Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG) e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. O período de execução do projeto apoiado pela Fiocruz foi de agosto de 2018 a junho de 2019. Fiz parte da equipe técnica do projeto e tive a oportunidade de alinhar parte do trabalho realizado no projeto apoiado pela Fiocruz com os meus estudos no Promestre, principalmente no que se refere ao levantamento de dados sobre agrotóxicos e à elaboração de produtos de comunicação.

Percurso metodológico

Essa dissertação tem como objetivo refletir sobre a comunicação realizada pelo movimento agroecológico e sistematizar princípios e diretrizes que orientam as práticas comunicativas desenvolvidas no âmbito da agroecologia. Pretende-se também contextualizar os debates

relacionados à comunicação científica nos processos de regulação de biotecnologias usadas pela agricultura industrial, bem com analisar o papel da comunicação na consolidação do agronegócio.

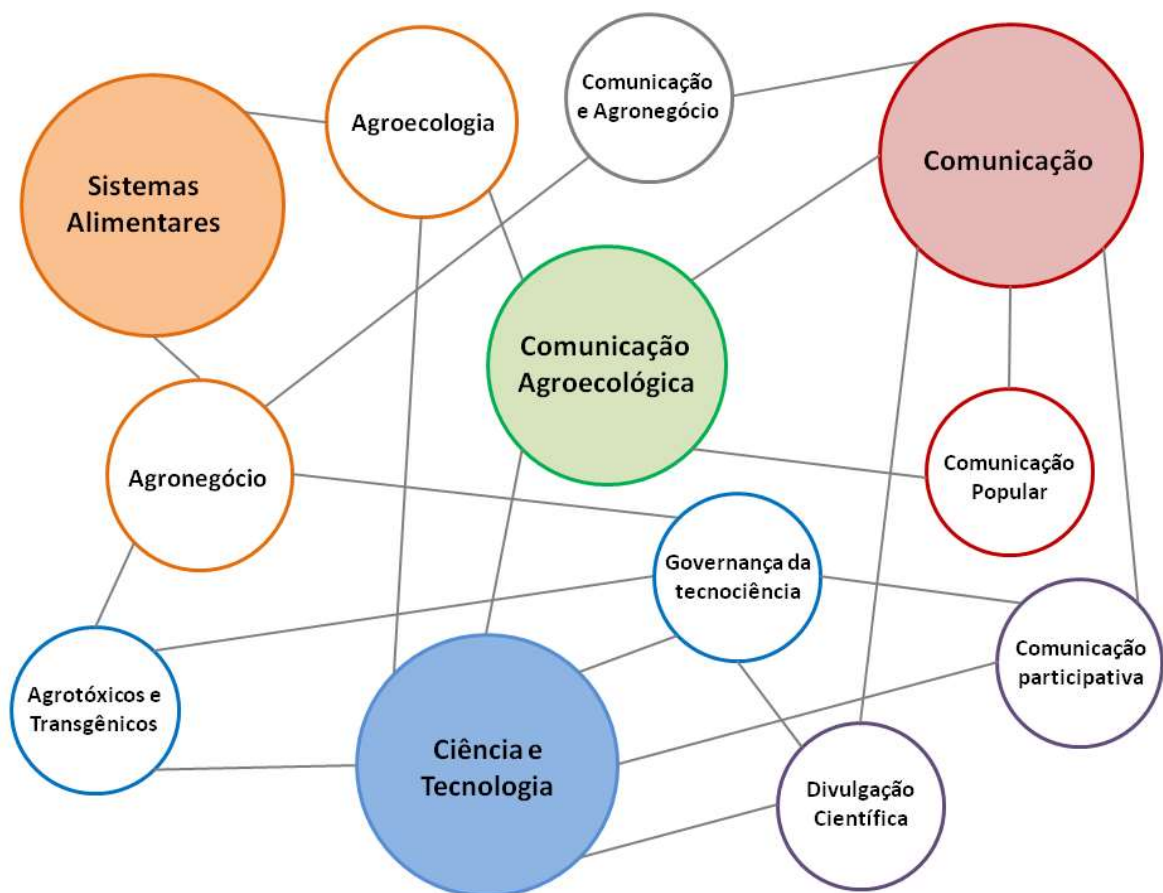
O caminho metodológico percorrido pela pesquisa e escrita da dissertação e do livro digital foi sendo construído e reconstruído à medida que os estudos avançavam. O trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, buscando articular os conhecimentos científico-acadêmicos produzidos em diferentes áreas disciplinares com os conhecimentos gerados pelos sujeitos e movimentos populares em suas práticas cotidianas.

Deve-se destacar que nossos estudos se orientam também pelos fundamentos teórico-metodológicos das pesquisas participantes. Segundo Brandão e Borges (2007, p. 54), esse modelo de investigação se dá geralmente dentro de movimentos populares ou se reconhece estando a serviço deles, sendo que “o ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica”. Nessa abordagem, a investigação pode ser concebida como um método de ação científica ou “um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa”. Assim, mesmo quando a investigação está limitada a uma questão específica do contexto social, deve-se considerar que é o seu todo que está em questão. Os conhecimentos produzidos por uma pesquisa participante devem estar integrados à “possibilidade de transformação de saberes, de sensibilidades e de motivações populares em nome da transformação da sociedade desigual, excludente e regida por princípios e valores do mercado de bens e de capitais” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55).

Orientados pelos fundamentos das pesquisas participantes e pelos objetivos estabelecidos previamente, definimos três grandes campos de pesquisa nos quais nossos estudos poderiam se concentrar: sistemas alimentares, ciência e tecnologia e comunicação. Na figura 01 procuramos apresentar esquematicamente esses campos de estudo, além de algumas subáreas que emergem do diálogo entre eles. Essa divisão tem a intenção de facilitar a visualização do processo de pesquisa e dos resultados obtidos, mas destacamos que esses campos estão conectados também com outras áreas que não aparecem esquematizadas na imagem. Deve-se ressaltar ainda que abordagens similares podem ter

origem em diferentes concepções teóricas. Por exemplo: 1) as perspectivas dialógica ou participativa da comunicação, 2) a correlação de força desigual nos processos comunicativos e 3) a importância de evitar a hierarquização dos diferentes saberes foram tratadas tanto nas pesquisas relacionadas à governança da tecnociência e à divulgação e comunicação pública do conhecimento científico, muitas delas sob o enfoque dos estudos sociais sobre ciência e tecnologia, quanto nos estudos sobre comunicação popular e direito à comunicação.

Figura 01 – Principais campos de estudos da dissertação



Fonte: Elaboração do autor

Em relação à estrutura da dissertação, cabe dizer que os títulos dos capítulos foram inspirados no III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado na cidade de Juazeiro/BA, em 2014, que tinha como mote a pergunta *Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?* Nesse sentido, escolhemos essa questão para nos orientar no processo de estudo e escrita do primeiro capítulo, que traz aspectos históricos que nos ajudam a montar o cenário no qual está inserido nosso objeto de pesquisa. Assim, buscamos apresentar a existência de

estilos antagônicos de sistemas alimentares em nossa sociedade, com foco, por um lado, na consolidação do agronegócio enquanto modelo dominante de agricultura e, por outro lado, na construção da agroecologia enquanto alternativa viável ao ideário da agricultura industrial. Procuramos ainda evidenciar as características e impactos socioambientais decorrentes desses diferentes sistemas, especialmente o contexto e as consequências do uso intensivo de agrotóxicos no Brasil. As principais fontes para revisão bibliográfica das temáticas abordadas nesse capítulo foram livros, artigos, teses, dissertações e revistas que tratam de assuntos relacionados ao agronegócio e à agroecologia. Já o levantamento dos dados estatísticos referentes aos agrotóxicos foi feito principalmente em órgãos públicos que trabalham com a geração, sistematização e análise de dados primários, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – vinculado ao Ministério do Meio Ambiente; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – vinculada ao Ministério da Saúde (MS); o Ministério da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente; e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

No segundo capítulo, devido à centralidade dos agrotóxicos e dos transgênicos nas práticas agrícolas e nos debates sobre agricultura, tanto por quem defende como por aqueles que são contra, buscamos retratar brevemente os processos de regulação dessas tecnologias. A análise sobre a governança da tecnociência, a partir da perspectiva de estudos sociais sobre ciência e tecnologia, favoreceu nossa compreensão em relação a, pelo menos, quatro aspectos: 1) as diferentes abordagens sobre as características e papéis da ciência, de acordo com os princípios e valores dos atores sociais que a adotam; 2) o envolvimento de diversos atores na regulação das tecnologias; 3) o poder desproporcional entre aqueles que têm interesse em divulgar e legitimar cada perspectiva, e que, para isso, lançam mão de diferentes formas de comunicar; e 4) as diferentes concepções de comunicação do conhecimento científico. Ainda no segundo capítulo, intitulado *Por que interessa à sociedade apoiar a democratização da ciência e da comunicação?*, apresentamos as estratégias de comunicação adotadas pelo agronegócio que favorecem a construção de valores e ideologias que consolidam a sua hegemonia na agricultura brasileira. A discussão sobre as ações de comunicação do agronegócio, que inclui a estreita identificação política, ideológica e econômica com a mídia comercial, nos ajudou também a situar a importância dos debates

sobre o direito à comunicação e sobre a comunicação popular que têm sido travados na sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, nos orientamos pela questão *Por que interessa ao movimento agroecológico discutir comunicação?* com a intenção de evidenciar o lugar que a comunicação agroecológica ocupa nesses debates. As principais referências utilizadas para compor essa seção foram documentos produzidos no âmbito do movimento agroecológico, especialmente aqueles elaborados nas circunstâncias do IV ENA. Importante ressaltar que uma das orientações do Promestre determina que a/o aluna/o deve elaborar um produto ou recurso educativo complementar à dissertação. Assim, optamos por produzir um livro digital – *Propostas para Comunicação Agroecológica* – com referência nos resultados e análises do nosso estudo. Dessa forma, detalhamos também nesse capítulo como se deu o processo que orientou a elaboração do livro que foi, por sua vez, dividido em três partes: 1) uma breve reflexão sobre o direito à comunicação e por que interessa à sociedade e ao movimento agroecológico discutir e dar centralidade à temática; 2) sete diretrizes para inspirar e orientar a realização das práticas de comunicação relacionadas à agroecologia; e 3) algumas iniciativas que nos mostram como é possível construir novos paradigmas para uma comunicação e sistemas alimentares mais justos e democráticos.

Ainda compõem essa dissertação o capítulo de Considerações Finais; a lista das publicações utilizadas para elaboração do trabalho; algumas informações complementares na seção Anexos; e, como Apêndice, o livro digital *Propostas para Comunicação Agroecológica*.

CAPÍTULO 1 – POR QUE INTERESSA À SOCIEDADE APOIAR A AGROECOLOGIA?

A agricultura é uma atividade que pressupõe a interação ou artificialização dos ecossistemas naturais, na tentativa de controlar a reprodução e o desenvolvimento de plantas e animais. No Brasil, pode-se dizer que o auge desse esforço de artificialização dos ecossistemas se deu a partir da década de 1960, com a ampla difusão de um modelo de “modernização” da agricultura, também conhecido por revolução verde. Conforme apontam Fernandes, Petersen e Weid (2009, p. 2), diferentemente das inovações técnicas anteriores, que eram condicionadas pelas limitações, características e potencialidades ecológicas de cada local, a “nova Revolução Agrícola promoveu forte desconexão entre a agricultura e os ecossistemas naturais ao substituir parte importante do trabalho que a natureza desempenhava na regeneração da fertilidade dos agroecossistemas”. Entre as características desse modelo, pode-se citar a simplificação dos sistemas de produção agrícola, por meio da implantação da monocultura, a irrigação, a utilização de fertilizantes sintéticos, a manipulação dos genomas de plantas e animais e o uso de agrotóxicos para controlar pragas e doenças.

Os princípios e práticas da revolução verde, desenvolvidos e difundidos inicialmente nos países de capitalismo mais avançado, estavam inseridos em um contexto de discussões sobre a situação da fome e da miséria em algumas regiões do mundo, agravadas pela crise no mercado de grãos alimentícios e crescimento demográfico. A promoção deste modelo de agricultura e a imposição dos pacotes tecnológicos aos países periféricos foram impulsionadas, após a Segunda Guerra Mundial, pelos países economicamente mais desenvolvidos e por organismos internacionais, e contou com o apoio de governos locais. Se por um lado foram obtidos incrementos de rendimento nas primeiras décadas de implantação da revolução verde, por outro lado, isso não significou a superação ou, no mínimo, a redução dos números da fome (PEREZ-CASSARINO, 2012; ALMEIDA, 1997).

A fome mundial ainda hoje é justificativa para o financiamento de pesquisas e a inserção de novas tecnologias na agricultura. Mas Josué de Castro, em seu livro *Geografia da Fome* (1946), já evidenciava que este é um fenômeno globalizado condicionado a aspectos políticos, sociais e econômicos. Para Perez-Cassarino (2012), o autor elevou o debate ao enfatizar que a fome é dada pelas opções políticas e pelo modelo de desenvolvimento

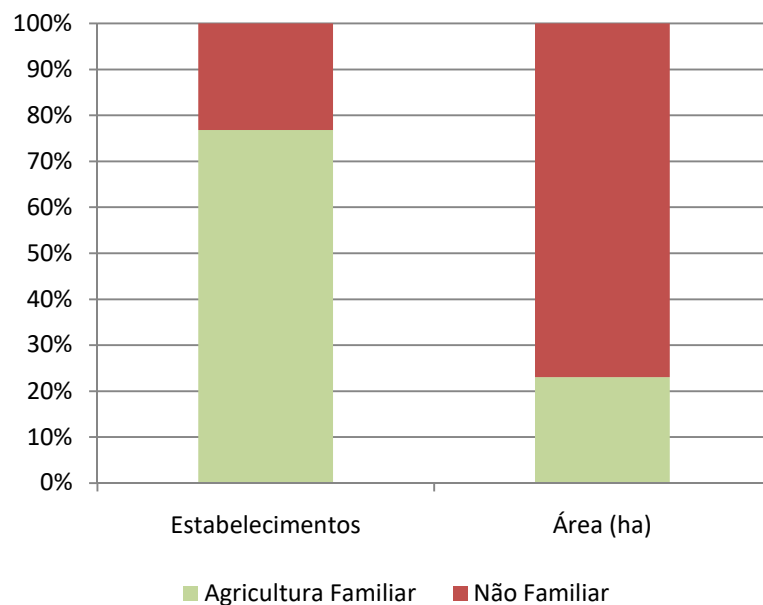
adotado nos países que reduzem a perspectiva de desenvolvimento ao mero crescimento econômico. Nessa concepção, o livre mercado e a geração de lucro predominam e têm papel determinante na construção de cenários de fome e miséria nos países periféricos. Ao politizar a questão, Josué de Castro evidencia a presença da fome nas sociedades modernas como um estado de permanente crise, resultante das contradições do modelo hegemônico adotado por governos locais e defendido pelas nações hegemônicas como única forma possível de desenvolvimento (PEREZ-CASSARINO, 2012).

No Brasil, os principais instrumentos para consolidação dos padrões tecnológicos propostos pela revolução verde foram as políticas públicas nacionais que garantiram a pesquisa agrícola, a extensão rural e o crédito agrícola (LONDRES, 2011; PEREZ-CASSARINO, 2012). Os papéis desempenhados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, e pelo Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, em 1975, foram centrais para a disseminação e rápida adoção dos agrotóxicos pela maioria dos produtores agrícolas, uma vez que estas políticas condicionavam o acesso ao crédito rural à aquisição obrigatória desses produtos. Outro fator chave foi a academia, principalmente as escolas de agronomia, passaram a adotar esse modelo de produção no ensino e na pesquisa, bem como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada nessa década (LONDRES, 2011; CARNEIRO, 2015). Segundo Carneiro (2015, p. 75), com a intenção de reforçar o modelo químico-dependente, a academia e as empresas públicas de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural receberam (e ainda recebem) “grande incentivo para dar sustentação ao que é insustentável. Uma ciência subordinada, que ajuda a ocultar as nocividades, ao invés de valorizar as evidências de danos que o mundo real mostra cotidianamente”.

Além do aumento dos custos de produção e da dependência dos agricultores às indústrias de tecnologias e insumos, a agricultura industrial acarretou indesejados efeitos sociais e ambientais, como: contaminação das águas; perda da biodiversidade; empobrecimento da capacidade produtiva dos solos; exposição dos trabalhadores a produtos agrotóxicos; maior presença de resíduos químicos nos alimentos produzidos; emissão de gases de efeito estufa, que contribuem para a alteração dos padrões climáticos; e a desorganização de culturas e modos de vida locais responsáveis pelo uso social e pela conservação dos recursos naturais. (FERNANDES; PETERSEN; WEID, 2009).

Para Altieri (2009), as consequências da revolução verde foram extremamente desiguais, com os maiores e mais ricos agricultores privilegiados, controlando o capital e as terras férteis, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A demanda por grandes extensões de terra e a mecanização dos processos de plantio e colheita intensificou o avanço da agricultura industrial para áreas de vegetação nativa e territórios historicamente ocupados pelos povos do campo, das florestas e das águas. Esse fenômeno expulsou estes sujeitos de suas terras, provocando o êxodo rural e reforçando a concentração fundiária no Brasil. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, o Brasil possui mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, que ocupam cerca de 350,3 milhões de hectares. Como é possível verificar na figura 02, do total de estabelecimentos, 77% são da agricultura familiar e 23% da agricultura não familiar. A área ocupada, no entanto, é inversamente proporcional, pois a agricultura familiar ocupa 80,9 milhões de hectares, e a agricultura não familiar, 270,4 milhões.

Figura 02 – Gráfico dos estabelecimentos e áreas da agricultura familiar e não familiar no Brasil - Ano 2017



Fonte: Elaboração do autor (com dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017⁴)

A constante demanda do agronegócio por terras é, ainda hoje, um dos principais fatores dos conflitos socioambientais (defesa de territórios e bens comuns) e da violência no campo

⁴ Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

contra sem-terra, agricultoras/es familiares, indígenas, povos e comunidades tradicionais. Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2018 foram registrados 1.489 conflitos no campo no Brasil, que envolveram mais de 960 mil pessoas. Destes, 964 foram conflitos por terra, com o envolvimento de mais de 590 mil pessoas em ocorrências de despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos ou pistolagem.⁵

No que se refere à violência contra os povos indígenas, um relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) aponta 135 assassinatos no Brasil em 2018, um aumento de mais de 20% em relação ao ano anterior. Também cresceu o número de casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio”. Em 2018 foram 109 casos, enquanto em 2017 haviam sido registradas 96 ocorrências. Dados parciais e preliminares do Cimi referentes aos nove primeiros meses de 2019 evidenciam, ainda, o agravamento da violência neste ano, pois já foram contabilizados 160 casos do tipo em terras indígenas do Brasil.⁶ Para Glass (2018),

A ofensiva do setor ruralista – muitas vezes com respaldo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – tanto sobre os territórios quanto sobre as legislações socioambientais tem recrudescido na última década no Brasil. No tocante aos povos tradicionais e indígenas, diversas manobras de desregulamentação da legislação exigem um esforço redobrado das organizações sociais na defesa de direitos já garantidos na Constituição. No período de 2004 a 2017, a Bancada Ruralista no Congresso Nacional propôs 25 Projetos de Lei que ameaçam a demarcação de terras indígenas e quilombolas (GLASS, 2018, p. 46).

1.1 A estrutura do sistema industrial agrícola

Há na bibliografia que estuda os fenômenos das transformações agrícolas diversas maneiras de se reportar ao processo de industrialização da agricultura e sua estruturação, como agricultura industrial, agricultura moderna, agronegócio. As variações entre os termos certamente trazem diferentes aspectos e abordagens. Como o nosso objetivo aqui é fazer uma caracterização geral que mostra os antagonismos de propostas de agriculturas presentes na sociedade, entendemos que as especificidades dos conceitos, de modo geral, não precisam ser aprofundadas nesse trabalho. Assim, adotaremos preferencialmente a denominação agronegócio para nos referir a esse sistema industrial agrícola que carrega a

⁵ Cf. CPT, 2019, p. 25.

⁶ Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contr-a-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ideologia e a matriz tecnológica que se consolidou nas circunstâncias da revolução verde, mas que segue se atualizando e incorporando novas estratégias de funcionamento.

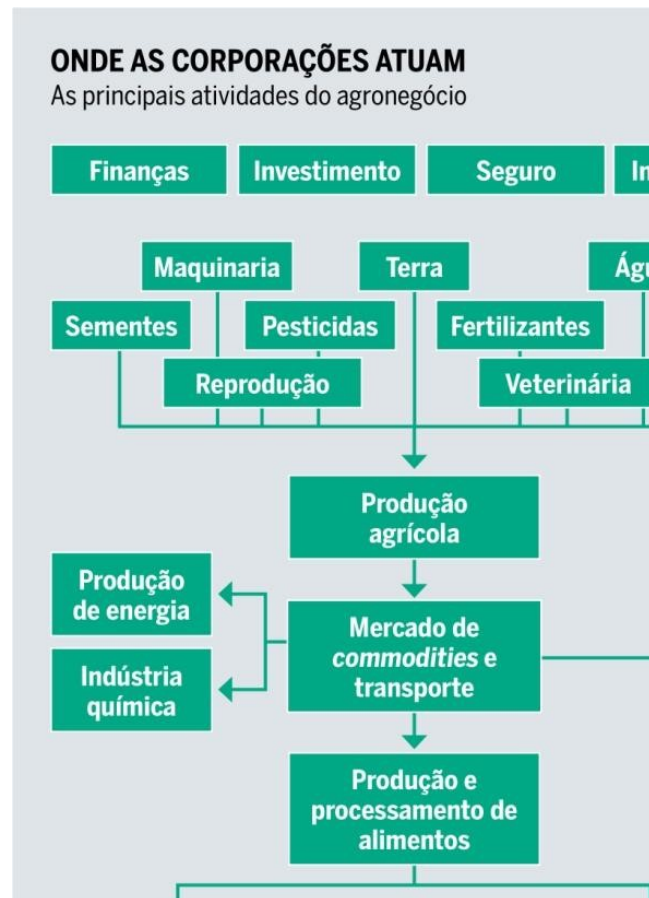
O termo agronegócio, que tem origem na década de 1990, se refere também à tentativa de construir a imagem de uma nova proposta de desenvolvimento da agricultura, mais sofisticada, eficiente e produtiva, “em contraposição à imagem da agricultura capitalista vinculada ao latifúndio, que carrega o estigma da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da improdutividade e do desmatamento”. No entanto, essa é a mesma proposta que hegemoniza historicamente a produção agropecuária no País (CARNEIRO, 2015, p. 172).

De acordo com Wilkinson (2018), a estrutura atual do agronegócio tem suas origens nas últimas décadas do século XIX:

As primeiras grandes empresas agrícolas com atuação global surgiram por uma série de razões, tanto tecnológicas como institucionais. O trabalho agrícola foi mecanizado; os agrotóxicos foram inventados e comercializados; trens, navios e portos revolucionaram o transporte; e novas tecnologias melhoraram a preservação e o armazenamento de alimentos. O livre comércio eliminou as barreiras tarifárias e os mercados de futuros superaram a escassez de capital vendendo as colheitas antes mesmo de a semente ter sido plantada (WILKINSON, 2018, p. 10).

Na figura 03 é possível conferir as principais atividades do sistema industrial agrícola desempenhadas pelas corporações do agronegócio. De modo geral, tendo como referência a produção agrícola, essas corporações podem ser divididas em empresas a montante e a jusante. As empresas a montante fornecem máquinas e insumos agrícolas, como agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; enquanto as empresas a jusante focam no processamento primário, no desenvolvimento de tecnologias para preservação e transformação dos alimentos e na comercialização (WILKINSON, 2018, p. 10).

Figura 03 – Principais atividades das corporações do agronegócio



Fonte: WILKINSON, 2018, p. 10

Muitas dessas empresas se transformaram em transnacionais agrícolas com interesses comerciais no mundo inteiro e com poder de interferir nas legislações estatais sobre o controle dos mercados de *commodities* e barreiras tarifárias. Nas últimas décadas, as fusões dessas grandes empresas se intensificaram, estabelecendo novas configurações do setor e reforçando o seu caráter monopolista em um comércio global. Para se ter uma ideia, 50 fabricantes são responsáveis por 50% das vendas globais na indústria de alimentos (WILKINSON, 2018; BARTZ, 2018).

Atuar de forma intensiva em mais de uma atividade do agronegócio é outra característica de muitas corporações transnacionais do setor. Monsanto, DuPont, Syngenta, Dow e Bayer, por exemplo, são originárias da indústria química e, além de serem cinco das seis maiores empresas de agrotóxicos do mundo, estão também entre as sete maiores produtoras de sementes. Prática comum dessas corporações foi expandir-se no setor de sementes adquirindo outras empresas produtoras, como fizeram Bayer e Monsanto. Esta última

domina um quarto do mercado mundial de sementes, com direitos sobre a maioria das plantas geneticamente modificadas e com uma expressiva venda de sementes convencionais. O mercado de sementes controlado pela Monsanto pode ser ainda maior, uma vez que é difícil detectar onde ela se faz presente, pois as empresas compradas geralmente mantêm seu nome original. “Ou seja, o logotipo da Monsanto raramente aparece em produtos de empresas adquiridas” (MOLDENHAUER; HIRTZ, 2018, p. 21).

A cada ano o número de empresas que controlam o mercado global de sementes comerciais e agrotóxicos diminui devido às fusões que criam gigantescos conglomerados empresariais. A atual concentração de capitais no setor é resultado, por exemplo, da compra da americana Monsanto pela alemã Bayer, em 2018, por US\$ 63 bilhões; da criação da DowDuPont a partir da fusão das americanas DuPont e Dow Chemical, em 2017; e da compra da suíça Syngenta pela chinesa ChemChina por US\$ 43 bilhões, também em 2017 (MOLDENHAUER; HIRTZ, 2018).

Assim, os três conglomerados recém-formados devem dominar mais de 60% do mercado de sementes comerciais e de agrotóxicos. Eles administrarão a produção e comercialização de quase todas as plantas geneticamente modificadas neste mercado e deterão a maioria dos pedidos de patente e de direitos de propriedade intelectual relacionados a plantas no Instituto Europeu de Patentes. Com a fusão, a Bayer se transformou na maior corporação agrícola do mundo, possuindo um terço do mercado global de sementes comerciais e um quarto do mercado de agrotóxicos (MOLDENHAUER; HIRTZ, 2018, p. 20).

De acordo com Bombardi (2017), a expansão do modelo industrial de agricultura está inserida em um contexto de afirmação do capitalismo mundializado que se vivencia na atualidade e que influenciou as prioridades, concepções e estratégias de desenvolvimento econômico de vários países. Ao analisar o lugar que o Brasil (a exemplo da América Latina) ocupa na Divisão Internacional do Trabalho no atual cenário macroeconômico, a autora destaca como os produtos básicos representam a maior parte das exportações brasileiras quando comparados aos semimanufaturados e manufaturados. Em 2016, sete dentre os dez produtos mais exportados pelo Brasil (em % do valor total das exportações) são produtos agropecuários: soja, minério de ferro e seus concentrados, óleos brutos do petróleo, açúcar de cana em bruto, carne de frango, celulose, farelo e resíduos da extração de soja, café em grão, automóveis de passageiros e carne bovina (BOMBARDI, 2017).

A relevância do setor agropecuário no Brasil evidencia, conforme Bombardi (2017), uma situação comum a muitos países do Sul global onde o agronegócio representa um dos pilares da economia nacional. Nesse modelo de agricultura, fica evidente a transmutação do sentido do cultivo de alimentos para uma lógica de produção de mercadoria, principalmente de *commodities* e de cultivos voltados para produção de energia. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, o Brasil cultivou em 2017 cerca de 63 milhões de hectares. “Destes, destaca a Embrapa, 61,6 milhões foram usados para a produção de *commodities* agrícolas (grãos) na safra 2017/2018” (GLASS, 2018, p. 46).

Para Bombardi (2017, p. 20), essa concepção de agricultura reforça um momento ímpar da atualidade onde “a terra, este bem comum, atende à demanda do capital, mas não atende à demanda humana”. Quando analisado sob a perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional, o agronegócio representa sério entrave à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)⁷. O DHAA significa o reconhecimento de que a alimentação é uma necessidade básica do ser humano e de que o Estado deve garantir, por meio de políticas públicas, que toda brasileira e brasileiro “se alimente correta e adequadamente, sem comprometer os demais direitos básicos e sem ameaçar esses mesmos direitos para as gerações futuras” (CARNEIRO, 2015, p. 81).

No Brasil, somente em 2010, por meio de Emenda Constitucional, a alimentação foi incluída como direito social na Constituição Federal.⁸ Mas deve-se ressaltar que alguns anos antes, em 2006, como resultado de históricos processos de mobilização e participação social, foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) “com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada”.⁹ Em seu artigo 3º, o Sisan define que

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, s/p).

⁷ O direito humano à alimentação adequada está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

⁹ O Sisan foi criado por meio da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

A criação de legislação específica e de políticas, planos, programas e ações de SAN são passos importantes para buscar assegurar o direito à alimentação. No entanto, ainda é um grande desafio conseguir que esse direito seja garantido na prática. A forma como está estruturado o sistema alimentar global permite que as transnacionais do agronegócio, ao controlar o que é produzido e o que é comercializado, influenciem diretamente os padrões mundiais de agricultura e o consumo de produtos alimentícios. Em uma ponta, da comercialização, a concentração de mercado das grandes corporações do setor de varejo de alimentos acarreta o predomínio de produtos ultraprocessados nas dietas, o que leva à padronização das identidades alimentares da população e ao aumento dos problemas de saúde decorrentes da má alimentação. Na outra ponta, da produção agrícola, o controle das multinacionais do agronegócio sobre o comércio de sementes e mudas e a destruição de ecossistemas nativos aumenta a erosão da diversidade agrícola e alimentar, comprometendo nossa alimentação “tanto no que diz respeito ao seu conteúdo nutricional quanto em sua diversidade cultural” (ANA, 2018, p. 20).

A alimentação no Brasil é resultado do encontro de povos e culturas que formaram nossa nação e que, mesmo com restrições de acesso à terra e aos modos de produção, desenvolveram suas práticas e culturas alimentares. Mas, atualmente, grande parte da população desconhece os alimentos regionais, típicos dos vários biomas brasileiros (ANA, 2018; CONSEA, 2015).

1.2 O consumo de agrotóxicos no Brasil

Não é raro a questão dos agrotóxicos assumir a centralidade nos debates sobre modelos de agricultura, sendo, por um lado, defendido pelas pessoas que pretendem difundir a agricultura industrial e, por outro lado, execrado por aqueles que promovem a agroecologia e hábitos alimentares saudáveis. A afirmação de que, desde 2008, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo é constantemente retomada nos textos que pretendem apresentar a relevância da discussão sobre o uso dessas substâncias no País. A comercialização de agrotóxicos, que em 2002 era 2,7 quilos por hectare, saltou para 6,8 kg/ha em 2016. A alegação de que o crescimento do uso desses produtos estaria vinculado ao aumento de produtividade ou à ampliação da área cultivada é posta em xeque quando

estudos e dados oficiais mostram, por exemplo, que entre 2007 e 2013 a utilização de agrotóxicos dobrou e a área cultivada expandiu apenas 20% (FERNANDES, 2018, p. 22).

Os compostos químicos para produção de agrotóxicos foram amplamente desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX, nas circunstâncias das duas guerras mundiais, com a finalidade de produzir armas químicas. O DDT (sigla de diclorodifeniltricloroetano), sintetizado em 1939, foi o primeiro agrotóxico produzido em escala industrial e utilizado na Segunda Guerra Mundial para prevenção de tifo em soldados e no combate à malária (CARNEIRO, 2015). Com o fim da guerra, a maior parte das indústrias bélicas procurou maneiras de dar vazão a seus produtos. Assim, a eliminação de “pragas” da agricultura e da pecuária e de vetores que transmitem doenças endêmicas passa a ser foco das empresas. “A saúde pública ajudou a legitimar a introdução desses produtos tóxicos e a ocultar sua nocividade sob a alegação de combater esses vetores” (CARNEIRO, 2015, p. 77).

A legislação brasileira que trata dos agrotóxicos (BRASIL, 2002) define essas substâncias como produtos químicos ou biológicos “destinados ao uso na produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais”. A legislação estabelece ainda que os agrotóxicos podem ser utilizados com a finalidade de “alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos” (BRASIL, 2002).¹⁰

Para conseguir o registro no Brasil, o agrotóxico passa pela avaliação de três órgãos do governo federal: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)¹¹. As avaliações são realizadas de forma independente e com objetivos diferentes.

- 1) o Ibama faz a análise do potencial poluidor do produto e o classifica dependendo da forma como o agrotóxico se comporta no ar, no solo e na água. Esta classificação

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm>. Acesso em: 11 jun. 2019.

¹¹ Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/registro>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

pode variar em quatro categorias, sendo a menor classificação mais restritiva do ponto de vista ambiental:

I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente

II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente

- 2) a Anvisa realiza o dossiê toxicológico do agrotóxico e faz sua classificação a partir da análise do quão tóxico o produto é para a população e em quais condições o seu uso é seguro. A classificação toxicológica é dividida em cinco categorias e Não Classificado. No rótulo dos produtos, além do nome da categoria, deve constar a sinalização com faixas das cores vermelha, amarela, azul e verde, para as classes de I a VI, conforme indicação abaixo.¹²

I- Categoria 1 – Produto Extremamente Tóxico – faixa vermelha;

II- Categoria 2 – Produto Altamente Tóxico – faixa vermelha;

III- Categoria 3 – Produto Moderadamente Tóxico – faixa amarela;

IV- Categoria 4 – Produto Pouco Tóxico – faixa azul;

V- Categoria 5 – Produto Improvável de Causar Dano Agudo – faixa azul; e

VI- Não Classificado – Produto Não Classificado - faixa verde.

- 3) o Mapa é responsável pela elaboração do dossiê agrônômico, por meio da avaliação da eficiência e do potencial de uso do agrotóxico na agricultura. O Mapa é também o órgão responsável por fornecer o registro de agrotóxicos no Brasil.

Em 2019, houve no Brasil uma liberação recorde de agrotóxicos para serem comercializados. Segundo dados do Ministério da Agricultura, foram aprovados 474¹³ agrotóxicos, sendo que somente 40 são produtos biológicos ou orgânicos.¹⁴ Na figura 04, é possível verificar o

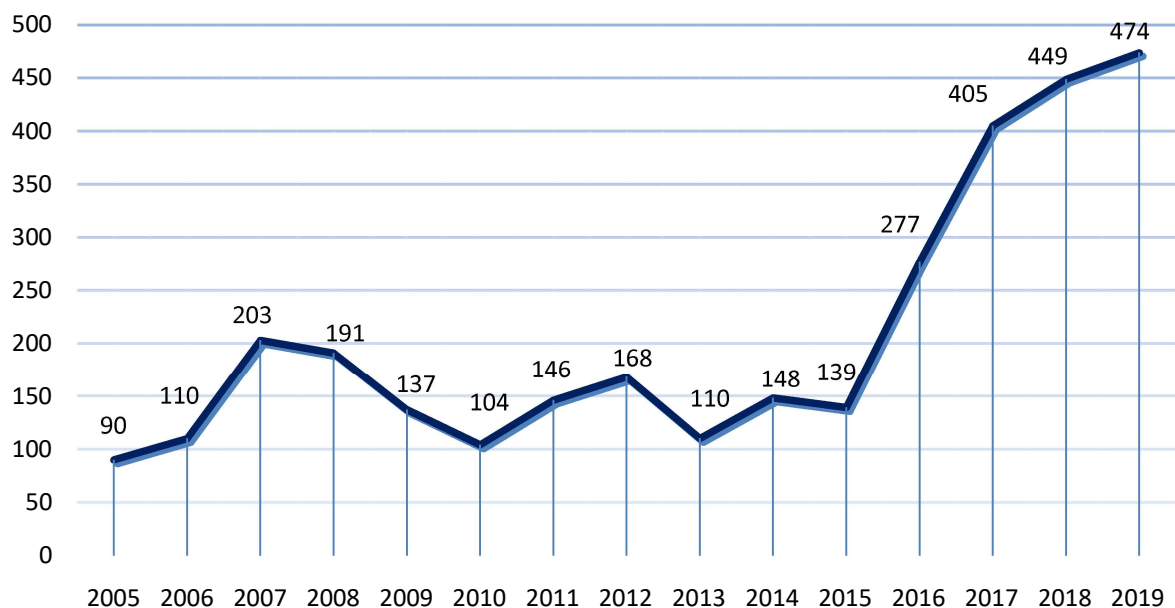
¹² Disponível em: <<https://bit.ly/2RMKwAm>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

¹³ Apesar de ter sido publicado no Diário Oficial da União a aprovação de 503 novos registros de agrotóxicos em 2019, o Mapa considera que o governo atual aprovou 474 produtos, alegando que o primeiro ato de aprovações, publicado em 10 de janeiro de 2019, continha 28 produtos liberados ainda no governo Temer que foram apenas divulgados no governo Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/27/liberacao-de-agrotoxicos-no-governo-bolsonaro-e-a-maior-dos-ultimos-14-anos/>>. Acesso em> 12 dez. 2019.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

significativo aumento no número de produtos registrados nos últimos três anos nos governos de Michel Temer (2017 e 2018) e Jair Bolsonaro (2019), o que indica a estreita relação desses governos com o modelo de agricultura que preconiza o uso intensivo de agrotóxicos. Teresa Cristina, atual ministra do Mapa e ex-presidenta da Frente Parlamentar Agropecuária no Congresso Nacional, é conhecida por seu papel na defesa da liberação de agrotóxicos desde os tempos em que era deputada federal.

Figura 04 – Gráfico do total de agrotóxicos e afins registrados por ano no Brasil (2005 a 2019)



Fonte: Mapa¹⁵

Os dados divulgados pelo Mapa apontam que há no Brasil o registro de 2.196 produtos agrotóxicos formulados e de 326 ingredientes ativos. O ingrediente ativo ou princípio ativo é definido pelo Decreto nº 4.074 de 2002 como “agente químico, físico ou biológico que confere eficácia aos agrotóxicos e afins”. É a substância química determinante na composição do agrotóxico que tem ação sobre os organismos-alvo, e podem ser classificados quimicamente e em relação ao seu espectro de ação (herbicida, fungicida, inseticida, entre outros).¹⁶ O produto formulado é o “agrotóxico ou afim obtido a partir de produto técnico ou de, pré-mistura, por intermédio de processo físico, ou diretamente de matérias-primas

¹⁵ *Ibidem*

¹⁶ Disponível em: <<http://contraosagrototoxicos.org/glossary/ingrediente-ativo/>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

por meio de processos físicos, químicos ou biológicos” (BRASIL, 2002). Um agrotóxico pode conter em sua formulação um ou mais ingredientes ativos e, no geral, são estas substâncias químicas as responsáveis pela toxicidade da formulação. É comum encontrarmos diferentes formulações com o mesmo ingrediente ativo, no entanto, as concentrações podem ser variadas. As combinações químicas podem ter diversos fins, assim como os impactos à saúde e ao ambiente¹⁷.

Em relação à toxicidade dos agrotóxicos, deve-se destacar que em julho de 2019 o Governo Federal alterou o Marco Regulatório da Anvisa e reclassificou tanto os novos produtos como aqueles que já estavam no mercado. Com os novos critérios, o agrotóxico para ser considerado extremamente tóxico (a classe mais alta de perigo para humanos) deve ser fatal horas depois de inalado ou de ter entrado em contato com a pele. Com a reclassificação toxicológica, boa parte dos produtos “baixaram” de categoria. Por exemplo, agora há 43 agrotóxicos considerados extremamente tóxicos. Antes da mudança, havia mais de 700 produtos na classe mais alta de toxicidade.¹⁸

A justificativa da Anvisa para alteração nos critérios de análise toxicológica foi de que o País adota agora parâmetros baseados no Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS). Segundo a Anvisa, os novos padrões permitirão ao Brasil “ter regras harmonizadas com as de países da União Europeia e da Ásia, entre outros, fortalecendo a comercialização de produtos nacionais no exterior”.¹⁹ No entanto, para representantes de movimentos e organizações sociais, como o Greenpeace, esse argumento é contraditório, pois a Anvisa não utiliza o mesmo rigor na avaliação, na restrição ou no banimento de alguns agrotóxicos, autorizando, inclusive, a comercialização de produtos proibidos na União Europeia e em outros países.²⁰

Segundo levantamento da Folha de São Paulo, dos 96 ingredientes ativos que compõem os agrotóxicos que foram liberados no Brasil até setembro de 2019, 28 não são autorizados ou

¹⁷ Disponível em: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/4a761f00437b4db7b3afbb869243d457/IPAM_Del15+_Agrochemical+booklet.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 11 jun. 2019.

¹⁸ Disponível em: <<https://apublica.org/2020/01/um-em-cada-5-agrotoxicos-liberados-no-ultimo-ano-e-extremamente-toxico/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

¹⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/38Hlrhc>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁰ Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/2019-o-ano-mais-toxico-do-brasil/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

registrados na União Europeia, 13 na Austrália, 30 na Índia e 18 no Canadá.²¹ Vale destacar também que entre os agrotóxicos aprovados para comercialização em 2019, há produtos elaborados a partir de 27 ingredientes ativos inéditos no Brasil, como o Sulfoxaflor, o Flupiraxifen-benzil, o Fluopiram e o Dinotefuran. Este último, o Dinotefuram, nunca foi aprovado para ser comercializado na União Europeia e está em reavaliação nos Estados Unidos, pois estudos comprovam que esse agrotóxico é fatal para abelhas e polinizadores.²²

1.2.1 Comércio de agrotóxicos em Minas Gerais e no Brasil

No sítio eletrônico do Ibama²³ é possível acessar relatórios de comercialização de agrotóxicos com a consolidação de dados referentes às vendas de ingredientes ativos. Esses dados são fornecidos pelas empresas de agrotóxicos, que são obrigadas a repassar aos órgãos de registro a quantidade de venenos vendida. Já a comercialização dos produtos formulados (produto comercial) é um dado difícil de ser conseguido em fontes oficiais no Brasil. No entanto, algumas informações sobre as vendas de agrotóxicos são divulgadas pela própria entidade representativa das empresas de agrotóxicos, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), antigo Sindag (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola). Deve-se ressaltar, contudo, o desafio em estabelecer parâmetros de comparação entre os dados disponibilizados pelo Sindiveg e pelo Ibama, e que, com a crescente repercussão do aumento do consumo de agrotóxicos no Brasil, o acesso aos dados detalhados do Sindiveg está cada vez mais difícil.

De acordo com os dados do Sindiveg (tabela 01), no período de 2000 a 2017, a taxa de crescimento do valor arrecadado com a venda de agrotóxicos foi de 256%, sendo que em 2014 há o registro do maior valor arrecadado: 12,2 bilhões de dólares. Em Minas Gerais, a comercialização de agrotóxicos chegou a 866 milhões de dólares, o que correspondeu a 7% do total vendido no Brasil.

²¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/30-dos-ingredientes-de-agrotoxicos-liberados-neste-ano-sao-barrados-na-ue.shtml#erramos>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

²² Disponível em: <<https://apublica.org/2020/01/um-em-cada-5-agrotoxicos-liberados-no-ultimo-ano-e-extremamente-toxico/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

²³ Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos>>. Acesso em: 16 jun. 2019

Tabela 01 – Vendas de produto comercial de agrotóxicos no Brasil | Anos 2000 a 2015

Ano	Vendas (bilhões de US\$)	Crescimento anual	Crescimento Acumulado desde 2000 (%)
2000	2,50	–	–
2001	2,29	-8,50%	-8,50%
2002	1,95	-14,68%	-21,93%
2003	3,14	60,69%	25,46%
2004	4,49	43,32%	79,80%
2005	4,24	-5,59%	69,75%
2006	3,92	-7,63%	56,80%
2007	5,37	37,05%	114,88%
2008	7,12	32,64%	185,01%
2009	6,63	-7,01%	165,03%
2010	7,30	10,24%	192,16%
2011	8,49	16,21%	239,52%
2012	9,71	14,40%	288,41%
2013	11,45	17,96%	358,16%
2014	12,25	6,93%	389,92%
2015	9,60	-21,62%	284,00%
2016 ²⁴	9,56	-0,42%	282,40%
2017 ²⁵	8,90	-6,90%	256,00%

Fonte: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (com dados do Sindag/Sindiveg)²⁶

Quando analisamos os dados disponibilizados pelo Ibama sobre o consumo de ingredientes ativos em Minas Gerais, percebemos que nos últimos 18 anos a venda variou 154,3%, saltando de 14 mil toneladas em 2000 para 36,5 mil toneladas vendidas em 2017. No Brasil, o crescimento acumulado de vendas de ingredientes ativos neste período foi de 232% (tabela 02). Apesar de existirem, segundo o Mapa, 326 ingredientes ativos registrados, as informações detalhadas divulgadas pelo Ibama sobre as vendas de agrotóxicos em 2017 no Brasil se referem a 88 princípios ativos. Em Minas Gerais, os dados se referem à comercialização de 77 princípios ativos. Vale aqui ressaltar a nota de esclarecimento do Ibama que diz que devido ao sigilo de informações assegurado pela Lei nº 9.279 de 1996, a comercialização de produtos com determinados ingredientes ativos não podem ser publicadas. Em 2017, a venda desses ingredientes ativos cujos nomes não foram divulgados

²⁴ Os dados referentes às vendas de agrotóxicos em 2016 foram retirados de: <http://sindiveg.org.br/sindiveg-setor-de-defensivos-agricolas-registra-queda-nas-vendas-em-2016/>

²⁵ Os dados referentes às vendas de agrotóxicos em 2017 foram retirados de: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2018/06/comercializacao-de-defensivos-caiu-7-em-2017-diz-sindiveg.html>

²⁶ Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/dados-sobre-agrotoxicos/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

foi de 52.354 toneladas em todo o Brasil, o que representa 9,7% do total comercializado; e 4.203 (11,5%) toneladas em Minas Gerais.

Tabela 02 – Vendas de ingrediente ativo de agrotóxicos no Brasil e Minas Gerais | Anos 2000 a 2017

ANO	BRASIL			MINAS GERAIS		
	Vendas de ingrediente ativo (tn)	Crescimento anual	Crescimento Acumulado desde 2000	Vendas de ingrediente ativo (tn)	Crescimento anual	Crescimento Acumulado desde 2000
2000	162.462	-	-	14.370	-	-
2001	158.305	-2,56%	-2,56%	11.521	-19,83%	-19,83%
2002	145.985	-7,78%	-10,14%	9.238	-19,82%	-35,72%
2003	169.862	16,36%	4,55%	11.951	29,37%	-16,84%
2004	211.828	24,71%	30,39%	14.419	20,66%	0,34%
2005	206.592	-2,47%	27,16%	15.705	8,92%	9,29%
2006	204.124	-1,19%	25,64%	14.809	-5,70%	3,05%
2009	305.239	-2,37%	87,88%	16.998	-19,65%	18,28%
2010	361.662	18,48%	122,61%	24.210	42,43%	68,48%
2011	419.529	16,00%	158,23%	25.145	3,86%	74,98%
2012	476.555	13,59%	193,33%	34.553	37,42%	140,45%
2013	495.773	4,03%	205,16%	34.484	-0,20%	139,97%
2014	508.557	2,58%	213,03%	33.460	-2,97%	132,84%
2015	521.525	2,55%	221,01%	33.666	0,61%	134,27%
2016	541.861	3,90%	233,53%	37.071	10,12%	157,97%
2017	539.945	-0,35%	232,35%	36.542	-1,43%	154,29%

Fonte: Elaboração do autor (com dados do IBAMA)

Nota: Os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 não foram sistematizados pelo IBAMA.

Na tabela 03, verifica-se que os agrotóxicos classificados como “perigosos ao meio ambiente” (classe III) foram os mais vendidos no Brasil (60%) e em Minas Gerais (61,2%) em 2017. Os produtos considerados muito perigosos ao meio ambiente (classe II) ficaram em segundo lugar, correspondendo a 32% das vendas no País e 31,7% no estado naquele ano.

Tabela 03 – Vendas de ingrediente ativo, em toneladas, por classe de periculosidade ambiental | Ano 2017

Região	CLASSE I		CLASSE II		CLASSE III		CLASSE IV		TOTAIS	
	Qtde (ton)	Part. (%)	Qtde (ton)	Part. (%)	Qtde (ton)	Part. (%)	Qtde (ton)	Part. (%)	Qtde (ton)	Part. (%)
MG	320	0,9%	11.600	31,7%	22.376	61,2%	2.244	6,1%	36.541	100%
BRASIL	5.050	0,9%	172.969	32%	324.381	60%	37.545	6,9%	539.945	100%

Fonte: Elaboração do autor (com dados do IBAMA)

Segundo o Ibama, tanto no Brasil como em Minas Gerais os herbicidas foram os agrotóxicos mais comercializados em 2017, correspondendo a 58,4% e 63,7% das vendas,

respectivamente.²⁷ No entanto, enquanto os fungicidas representam a segunda classe de agrotóxicos mais consumida no Brasil, com 12% das vendas, em Minas Gerais este posto ficou com os inseticidas, que alcançaram 12,2% das vendas desses produtos no estado.

No que diz respeito aos tipos de ingredientes ativos mais vendidos em 2017, os herbicidas à base de glifosato foram de longe os mais consumidos, correspondendo a 32,1% das vendas no Brasil e a 32,4% das vendas em Minas Gerais. O ingrediente ativo 2,4-D foi o segundo mais comercializado, responsável por 10,6% das vendas no País e 6,8% no estado.

Em 17 anos, a quantidade de agrotóxicos utilizada por área plantada no Brasil aumentou significativamente, passando de 3,14 kg de ingrediente ativo por hectare, em 2000, para 6,84 kg por hectare, em 2017, segundo dados do Ibama e do IBGE. Em Minas Gerais, as taxas são parecidas, pois passou de 3,53 kg/ha para 6,9 kg/ha (tabela 04 e figura 05).

Tabela 04 – Consumo de agrotóxicos, área plantada e taxa de consumo por área plantada (kg/ha) no Brasil e em Minas Gerais | Anos 2000 a 2017

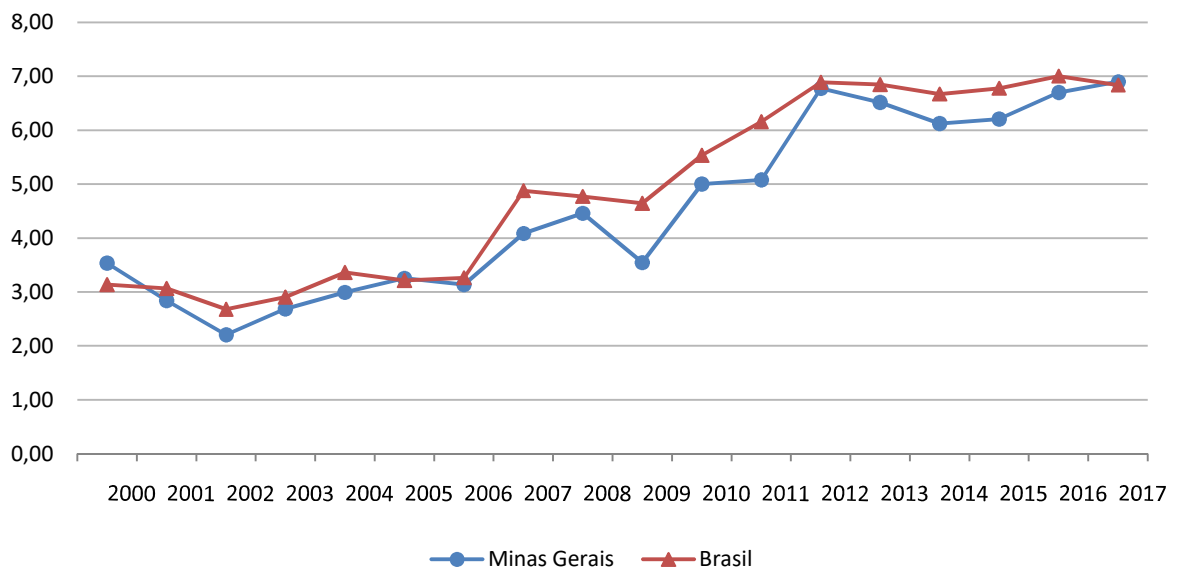
ANO	MINAS GERAIS			ANO	BRASIL		
	Ingredient e ativo (ton)	Área Plantada (ha)	Taxa Consumo Agrotóxico (kg/ha)		Ingredient e ativo (ton)	Área Plantada (ha)	Taxa Consumo Agrotóxico (kg/ha)
2000	14.370	4.065.496	3,53	2000	162.462	51.819.125	3,14
2001	11.521	4.059.376	2,84	2001	158.305	51.637.167	3,07
2002	9.238	4.191.872	2,20	2002	145.985	54.511.629	2,68
2003	11.951	4.449.691	2,69	2003	169.862	58.460.983	2,91
2004	14.419	4.813.757	3,00	2004	211.828	63.036.966	3,36
2005	15.705	4.822.071	3,26	2005	206.592	64.319.313	3,21
2006	14.809	4.724.964	3,13	2006	204.124	62.563.908	3,26
2009	16.998	4.789.178	3,55	2009	305.239	65.721.594	4,64
2010	24.210	4.844.245	5,00	2010	361.662	65.374.591	5,53
2011	25.145	4.951.412	5,08	2011	419.529	68.158.023	6,16
2012	34.553	5.099.200	6,78	2012	476.555	69.196.172	6,89
2013	34.484	5.293.965	6,51	2013	495.773	72.434.134	6,84
2014	33.460	5.466.054	6,12	2014	508.557	76.230.864	6,67
2015	33.666	5.427.622	6,20	2015	521.525	76.948.099	6,78
2016	37.071	5.534.141	6,70	2016	541.861	77.369.664	7,00
2017	36.542	5.294.399	6,90	2017	539.945	78.981.870	6,84

Fonte: Elaboração do autor (com dados do IBAMA, IBGE – Produção Agrícola Municipal)

Nota: Os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 não foram sistematizados pelo IBAMA.

²⁷ Ver no anexo 01 os números das vendas de ingredientes ativos, em toneladas, por todas as classes de usos dos produtos formulados, em 2017.

Figura 05 – Gráfico da taxa de consumo por área plantada (kg/ha) no Brasil e em Minas Gerais | Anos 2000 a 2017



Fonte: Elaboração do autor (com dados do IBAMA, IBGE – Produção Agrícola Municipal)

De acordo com as informações do Sindiveg²⁸, em 2017 mais da metade das vendas de agrotóxicos no Brasil foi destinada à cultura de soja (52%); e as outras culturas que tiveram proporcionalmente o destino de mais venenos foram cana-de-açúcar (12%), milho (10%), algodão (7%) e café (3%). Esses dados nos remetem a outra questão muito relevante no contexto dos agrotóxicos: sua relação com os organismos geneticamente modificados (OGMs). Os OGMs são seres vivos que têm sua estrutura genética alterada por meio de engenharia genética para incorporar ou perder uma característica ou propriedade, usando técnicas biotecnológicas, de uma forma que não aconteceria na natureza (MASSARANI; NATÉRCIA, 2007). Os transgênicos são um tipo de OGM que resultam da adição de um gene estrangeiro ao genoma de outro ser vivo (inclusive de outra espécie), o que pode fazer com que o organismo manifeste uma característica nova ou diferente por causa desse gene que ele recebeu. Por exemplo, a adição de um gene da bactéria *Agrobacterium* ao genoma da soja fez com que uma variedade transgênica dessa planta ficasse tolerante a um tipo específico de herbicida.

Basicamente, há três tipos de transgênicos nas lavouras brasileiras: 1) capazes de metabolizar agrotóxicos, tornando-os assim resistentes ao herbicida; 2) capazes de produzir

²⁸ Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2018/06/comercializacao-de-defensivos-caiu-7-em-2017-diz-sindiveg.html>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

veneno para lagartas; e 3) sementes que combinam essas duas possibilidades (MELGAREJO; SOUZA, 2019). Atualmente existem no Brasil 107 OGMs de seis espécies diferentes de plantas (23 de algodão, 1 de feijão, 60 de milho, 19 de soja, 1 de eucalipto e 3 de cana); 1 inseto; 36 vacinas de uso animal; 2 vacinas de uso humano; 30 microorganismos (leveduras e microalgas); e um medicamento.²⁹

Os dados atuais nos mostram também a forte presença dos transgênicos nas lavouras brasileiras. Informações divulgadas pela empresa de consultoria Céleres, especializada em agronegócio, apontam que na safra 2019/2020 os cultivos geneticamente modificados devem atingir 53,1 milhões de hectares no Brasil, sendo 35,3 milhões de hectares de soja (1,7% a mais do que em 2018/19), 16,3 milhões de hectares com milho (4,5% a mais) e 1,45 milhão de hectares com algodão (1% a mais).³⁰ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está previsto para este ano uma área de 79,3 milhões de hectares dedicada às lavouras. Ao cruzar o dado do IBGE com o da empresa Céleres, conclui-se que os transgênicos responderão por 67% de toda a área cultivada no país.

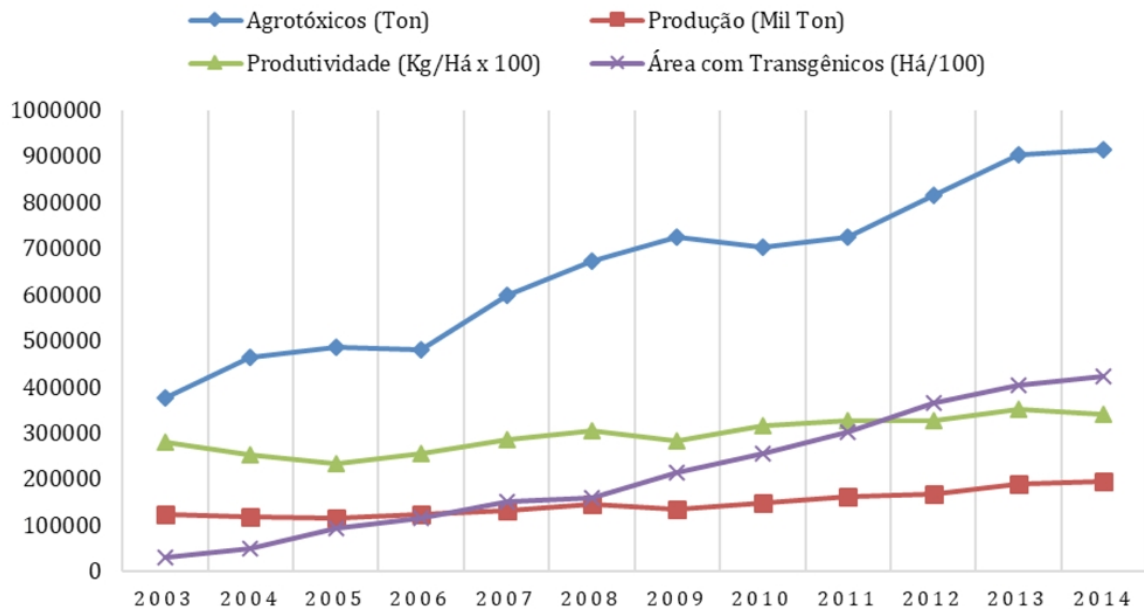
De acordo com Melgarejo e Souza (2019), a rápida adesão aos transgênicos no Brasil foi justificada pela afirmação de que trariam ganhos significativos de produtividade e reduziriam o uso de agrotóxicos na agricultura – argumentos que ainda continuam sendo repetidos pela mídia comercial e pelos defensores da tecnologia. No entanto, a análise feita por vários estudos e pesquisas, após dez anos de plantios transgênicos, não sustentam esses argumentos. A figura 06 mostra como pouco tempo após a mudança na legislação brasileira que favoreceu a liberação de OGMs, em 2005, o consumo de agrotóxicos cresceu de forma acentuada à medida que as lavouras transgênicas se expandiam, de maneira desproporcional à curva da produtividade (MELGAREJO; SOUZA, 2019, p. 72).

O plantio de milho, soja, algodão transgênicos, restritos a pequeno número de variedades tolerantes a herbicidas ou portadoras de proteínas inseticidas claramente se choca com hábitos alimentares historicamente construídos e pouco se relaciona à superação do problema da fome. Também resulta óbvio que a tecnologia estimula o uso de agrotóxicos, ao invés de reduzi-lo. No caso do Brasil é possível identificar a relação direta entre a evolução no cultivo de transgênicos e o uso de agrotóxicos (MELGAREJO, SOUZA, 2019, p. 72).

²⁹ Disponível em: <<https://cib.org.br/produtos-aprovados/>>. Acesso em: 02 out. 2019.

³⁰ REUTERS. Transgênicos atingirão 53,1 milhões de hectares no Brasil em 2019/20. **Exame**. 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/transgenicos-atingirao-531-milhoes-de-hectares-no-brasil-em-2019-20/>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

Figura 06 – Gráfico do consumo de agrotóxicos, área produzida com transgênicos, produção e produtividade das lavouras de soja, milho e algodão no Brasil | Anos 2003 a 2014



Fonte: MELGAREJO; SOUZA, 2019, p. 73 (com dados da CONAB, SINDIVEG e ISAAA)

Importante mencionar também as isenções fiscais e tributárias que favorecem o comércio de agrotóxicos no Brasil. O Governo Federal concede redução de 60% na base de cálculo do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), por meio do Convênio nº 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Além disso, a Lei 10.925/2004 isenta completamente o pagamento de tributos PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e de COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno. Já o Decreto 7.660, de 23 de dezembro de 2011, estabelece isenção total do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para determinados tipos de agrotóxicos (LONDRES, 2011; ODEVEZA, 2019³¹).

Segundo cálculo da ONG Terra de Direitos, apenas em 2018, o Brasil deixou de arrecadar R\$ 2,07 bilhões devido à isenção fiscal dos agrotóxicos. Mas esse valor é ainda maior, pois no cálculo não estão considerados os benefícios complementares dados pelos estados. Em

³¹ ODEVEZA, José. Entenda porque a isenção fiscal de agrotóxicos é o “incentivo” que mais desfavorece o Brasil. **Terra de Direitos**. 29 jun. 2019. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/entenda-porque-a-isencao-fiscal-de-agrotoxicos-e-o-incentivo-que-mais-desfavorece-o-brasil/23110>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

alguns casos, a isenção de ICMS, IPI, COFINS e PIS/PASEP para atividades envolvendo agrotóxicos pode chegar a 100%. De acordo com o defensor público do estado de São Paulo, Marcelo Novaes, a renúncia fiscal de ICMS dos agrotóxicos chegou a R\$ 1,2 bilhão naquele estado só em 2015; valor maior do que o R\$ 1,1 bilhão destinados à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento no ano seguinte (ODEVEZA, 2019).

Um estudo realizado pelos pesquisadores Wagner Soares e Marcelo Porto (2012) relacionado às intoxicações agudas por agrotóxicos em municípios do Paraná evidencia como o uso desses produtos pode trazer outros prejuízos aos cofres públicos. Segundo Soares e Firpo (2012), cada dólar gasto com a compra de agrotóxicos pode gerar um custo de aproximadamente U\$ 1,28 no tratamento de intoxicações agudas – aquelas que ocorrem imediatamente após a aplicação. Nesse cálculo não estão consideradas as despesas com saúde pública em decorrência da exposição constante aos agrotóxicos, como com o tratamento do câncer.

Em Minas Gerais, todo agrotóxico de uso agrícola registrado no Mapa também deve ser cadastrado no Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Assim, dos 2.196 produtos liberados pelo ministério, 1.609 estão cadastrado no IMA³². Além dos produtos, as empresas que tiverem intenção em fabricar, armazenar, comercializar e prestar serviço de aplicação de agrotóxico no estado devem, obrigatoriamente, se registrarem no IMA. A tabela 05 apresenta o número de estabelecimentos autorizados a operarem no estado, assim como os postos e centrais de recebimento de embalagens vazias.

Tabela 05 – Estabelecimentos registrados no IMA para fabricar, armazenar, vender e prestar serviço de aplicação de agrotóxicos | Ano 2019

Atividade	Quantidade
Indústria de Agrotóxicos	11
Armazenador de Agrotóxicos	160
Comércio de agrotóxico	1042
Prestador de serviços aplicação de agrotóxicos	141
Centrais de Embalagens	11
Postos de Embalagens	50

Fonte: Elaboração do autor (com dados do IMA)

³² Disponível em: <<http://ima.mg.gov.br/sanidade-vegetal/agrotoxicos#>>. Acesso em: 22 jan. 2020

Cabe ao agricultor devolver a embalagem vazia de agrotóxico, no prazo de um ano a partir da data da compra, em local que deve ser indicado na nota fiscal pelo comerciante. Os postos de recebimento são locais onde as embalagens vazias são devolvidas; e as centrais são os locais onde as embalagens são beneficiadas. A empresa fabricante do produto tem o dever de dar um destino às embalagens, encaminhando-as para reciclagem ou incineração.³³ O contraste entre o número de locais para comercialização de agrotóxicos e o baixo número de locais para recebimento das embalagens evidencia o fato de que é muito mais fácil comprar o produto do que seguir a determinação de devolução das embalagens vazias. A existência de apenas 61 estabelecimentos para recolhimento dos vasilhames, em um estado com 853 municípios, favorece o descumprimento dessa determinação e o descarte incorreto das embalagens.

1.2.2 Intoxicações por agrotóxicos em Minas Gerais e no Brasil

As intoxicações por agrotóxico são, provavelmente, os impactos na saúde humana mais evidentes do uso desses produtos. No Brasil, os dois sistemas de notificação e registro de intoxicações mais importantes são o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas), gerenciado pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), e o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), gerenciado pelo Ministério da Saúde (LONDRES, 2011).

Deve-se reconhecer que há significativas limitações referentes ao registro de intoxicações por agrotóxicos no Brasil, como a dificuldade de um correto diagnóstico nas unidades de prestação de serviços de saúde (hospitais, ambulatórios, centros de saúde etc.) e a escassez de profissionais de saúde especializados nessa área. Os desafios em registrar as intoxicações por agrotóxicos levaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) a calcular que para cada caso de intoxicação notificada, há outros 50 casos não notificados, o que representa uma subnotificação da ordem de 1 para 50. Ressalta-se ainda que as intoxicações registradas dizem respeito, principalmente, aos casos agudos, ou seja, quando a pessoa que se intoxicou procura o serviço de saúde. Os efeitos crônicos dos agrotóxicos sobre a saúde humana são

³³ Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/agrotoxicos/embalagens-vazias>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

difíceis de serem contabilizados e, em geral, as doenças não são associadas à exposição e ingestão de tais produtos (BOMBARDI, 2017; CARNEIRO, 2015).

Tipos de Intoxicação

As intoxicações ocorrem por meio de contato com a pele, mucosas, pela respiração e pela ingestão; e podem ser classificadas como agudas, subagudas ou sobreagudas e crônicas. A intoxicação aguda é aquela causada, normalmente, pela exposição a quantidades altas de agrotóxicos e apresentam sintomas em um curto período de tempo. Das notificações de intoxicação por agrotóxicos que são registradas oficialmente, grande parte está enquadrada nesta categoria.

Os sintomas da intoxicação aguda podem incluir dores de cabeça, náuseas, vômitos, dificuldades respiratórias, fraqueza, salivação, cólicas abdominais, tremores, confusão mental, convulsões, entre outros. Já a intoxicação subaguda ou sobreaguda se relaciona a uma exposição moderada à baixa a agrotóxicos e seus sintomas podem aparecer em dias ou semanas. Por fim, em relação à intoxicação crônica, esta categoria torna-se de mais difícil associação com os agrotóxicos, uma vez que seus sintomas podem aparecer depois de meses ou anos de exposição a pequenas e médias quantidades de veneno. Há uma gama de sintomas possíveis e, muitas vezes, os dados são irreversíveis, podendo levar a câncer e outras doenças (LONDRES, 2011).

Grupos de risco

Os agrotóxicos podem afetar de forma diferente diversos grupos populacionais. Provavelmente, o grupo mais suscetível às intoxicações são as/os trabalhadoras/es que têm contato direto com os venenos no campo ao desempenhar tarefas na preparação das caldas, na aplicação, no transporte e no armazenamento. Outro grupo com grande risco de intoxicação são as/os trabalhadoras/es que realizam capinas, roçadas, colheitas etc., pois o intervalo necessário para entrar nas lavouras após a aplicação do agrotóxico não costuma ser respeitado e estas/es trabalhadoras/es não costumam usar proteção (LONDRES, 2011).

Há ainda a categoria formada pelas/os moradoras/es de regiões vulneráveis devido às aplicações de agrotóxicos, principalmente nos territórios onde predominam atividades do

agronegócio que demandam significativas quantidades de venenos ao longo do ano. Além da contaminação do solo e da água que é consumida por moradoras/es da região, a pulverização aérea, quando há, pode atingir diretamente áreas residenciais.

Também sofrem risco de contaminação as/os profissionais de saúde pública que atuam no controle de vetores de doenças e as/os funcionárias/os de empresas de “dedetização”, bem como as próprias pessoas que vivem nos ambientes onde há aplicação dos venenos. Somam-se a esses grupos as/os funcionárias/os de indústrias que fabricam ou formulam agrotóxicos, além das pessoas que trabalham com transporte, armazenamento e comércio destes venenos (LONDRES, 2011).

De modo geral, consumidoras e consumidores também sofrem o risco de intoxicação, uma vez que resíduos de agrotóxicos acima do permitido e resíduos de agrotóxicos proibidos no Brasil são encontrados em diversas análises feitas em alimentos disponíveis para consumo.

Casos registrados de intoxicação

O total de casos registrados no Sinan no período de 2007 a 2017³⁴ foi de mais de 110 mil intoxicações por agrotóxicos³⁵ no Brasil. Minas Gerais teve 16.837 casos notificados, sendo o segundo estado com mais ocorrências (15%), atrás apenas do estado de São Paulo (17,6%)³⁶.

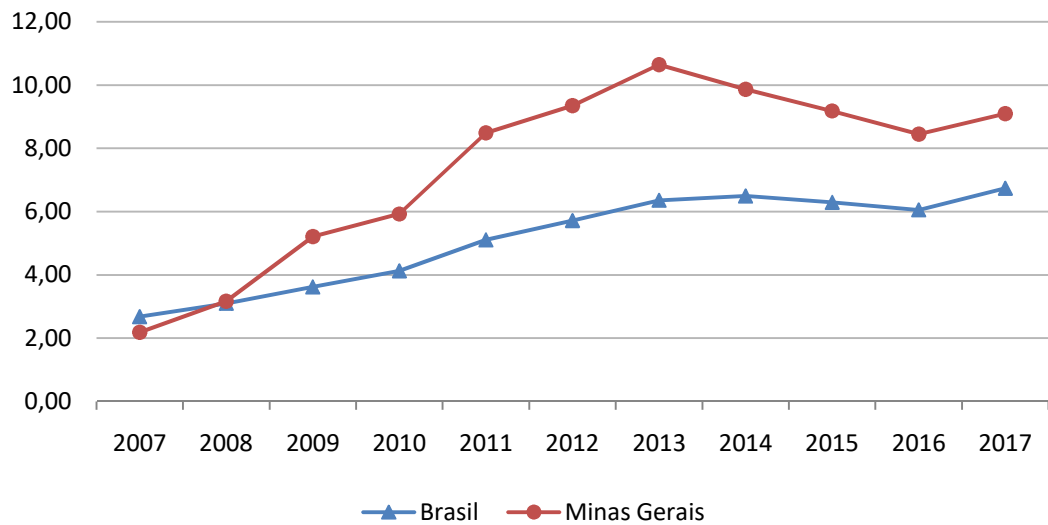
A taxa de intoxicação por 100 mil habitantes permite comparar a incidência de casos notificados entre unidades administrativas com diferentes tamanhos de população. Constata-se, na figura 07, que os casos de intoxicação mais do que dobraram no Brasil entre 2007 e 2017. Em Minas Gerais a situação foi um tanto mais grave, pois a ocorrência de 2,18 casos de intoxicação por 100 mil habitantes no ano 2007 saltou para 9,10/100 mil hab. em 2017.

³⁴ Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/Intoxbr.def>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

³⁵ Nesta dissertação, para consolidar os dados e analisar a incidência de intoxicações por agrotóxicos, consultamos os dados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) sobre cinco agentes tóxicos: “agrotóxico de uso agrícola”, “agrotóxico de uso doméstico”, “agrotóxico de uso em saúde pública”, “raticida” e “produto veterinário”. Estes são os mesmos agentes tóxicos que foram selecionados pelo Ministério da Saúde para consolidar os dados de intoxicação por agrotóxicos e elaborar o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (2018).

³⁶ Ver no anexo 02 o número de casos de intoxicação por agrotóxicos em Minas Gerais e no Brasil | Período: 2007-2017.

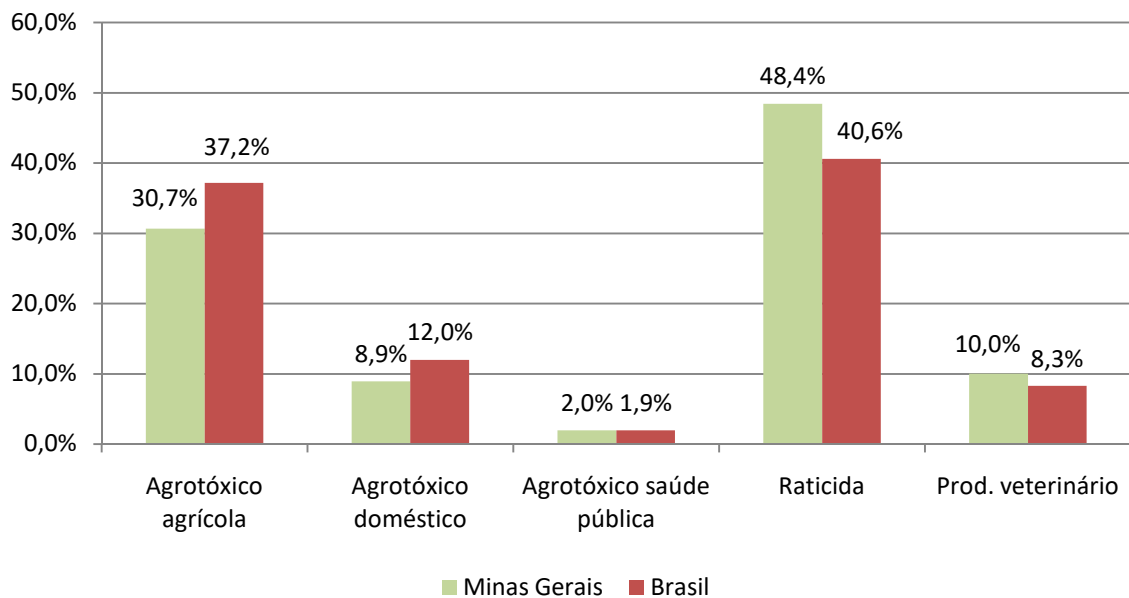
Figura 07 – Gráfico dos casos de intoxicação por agrotóxicos em relação à população (1:100.000 habitantes) em Minas Gerais e no Brasil | Anos 2007 a 2017



Fonte: Elaboração do autor (com dados do Sinan / Ministério da Saúde)

Ao analisar os casos de intoxicações registradas no Sinan segundo os agentes tóxicos (figura 08), percebe-se que os raticidas foram os principais responsáveis pelas intoxicações por agrotóxicos em Minas Gerais e no Brasil, seguidos pelos agrotóxicos agrícolas.

Figura 08 – Gráfico da porcentagem das notificações de intoxicação por agrotóxicos, por região de residência e agente tóxico | Anos 2007 a 2017

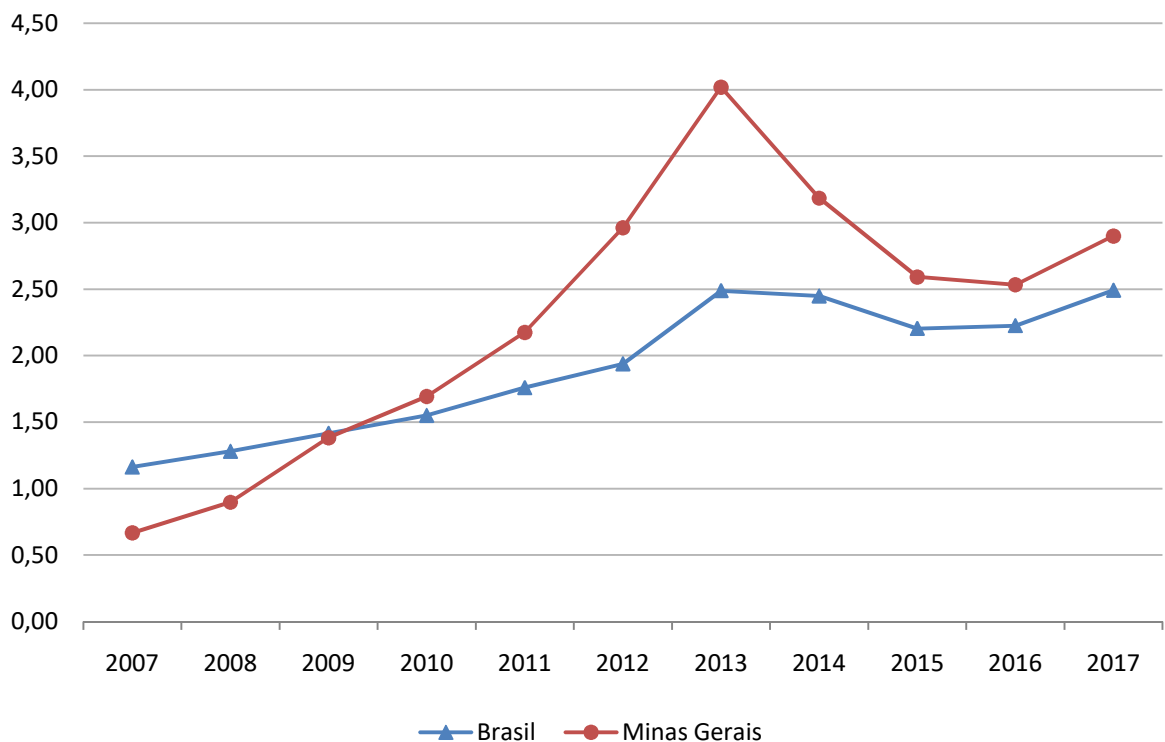


Fonte: Elaboração do autor (com dados do Sinan / Ministério da Saúde)

Intoxicações por agrotóxicos agrícola

O total de intoxicações por agrotóxicos agrícola notificado entre 2007 e 2017 em Minas Gerais foi 5.165 casos e, no Brasil, 41.345.³⁷ Ao observar, na figura 09, a incidência de intoxicação por agrotóxicos agrícola na série 2007 a 2017, verifica-se que a taxa de 1,16 casos notificados a cada 100 mil habitantes no Brasil em 2007 aumentou para 2,49/100 mil hab em 2017. Em Minas Gerais, a incidência cresceu mais do que quatro vezes, subindo de 0,67 para 2,9/100 mil hab.³⁸

Figura 09 – Gráfico da incidência de intoxicação por agrotóxicos agrícola em relação à população (1:100.000 habitantes) em Minas Gerais e no Brasil | Anos 2007 a 2017



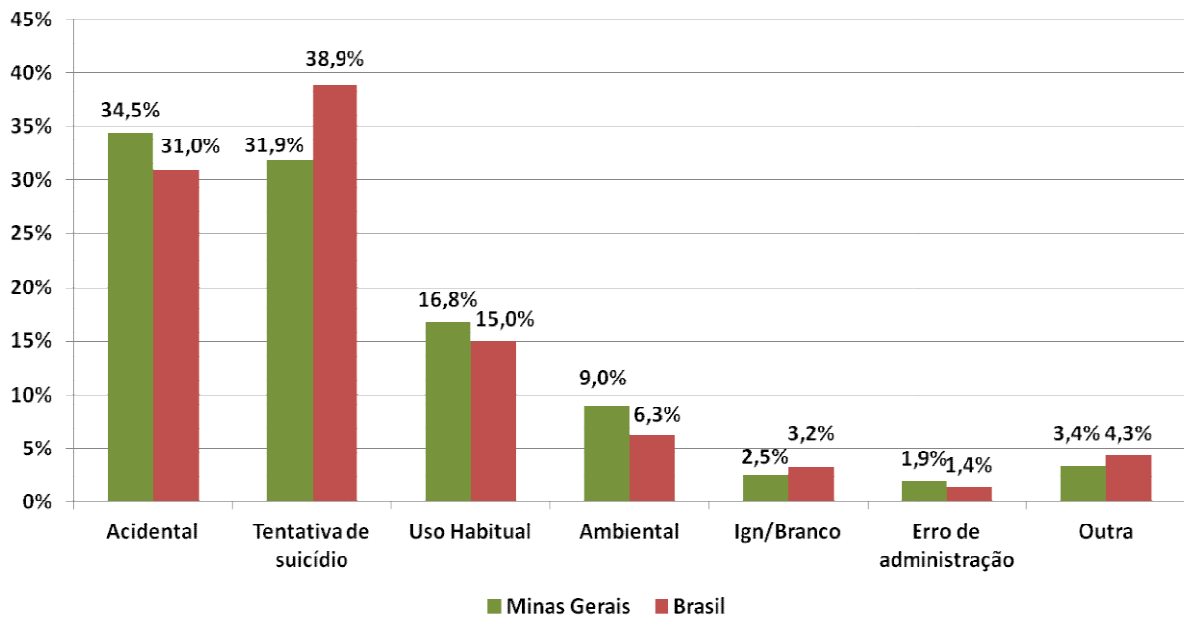
Fonte: Elaboração do autor (com dados do Sinan / Ministério da Saúde)

³⁷ Ver no anexo 03 o número de casos de intoxicação por agentes tóxicos em Minas Gerais e no Brasil | Período: 2007-2017.

³⁸ Ver no anexo 04 o número de notificações por agrotóxicos agrícolas e por ano em Minas Gerais e no Brasil | Período: 2007-2017.

Os dados registrados no Sinan mostram ainda que, ao verificar a circunstância de exposição da intoxicação³⁹ (figura 10), a maioria dos casos no Brasil foi decorrente de tentativas de suicídio (38,9%), seguido de exposição acidental (31%). Em Minas Gerais, a exposição acidental foi a ocorrência predominante (34,5%) e, em seguida, foi tentativa de suicídio (31,9%).

Figura 10 – Gráfico das notificações de intoxicação por agrotóxicos agrícola segundo a circunstância | Anos 2007 a 2017



Fonte: Elaboração do autor (com dados do Sinan / Ministério da Saúde)

Diante das crescentes críticas e dos impactos socioambientais da agricultura industrial, começam a desenvolver no Brasil e no mundo várias experiências de organizações sociais que buscam cultivar alimentos sem agredir o meio ambiente e construir uma alternativa viável ao ideário da revolução verde. A seguir, procuramos situar esse debate a partir do surgimento da agroecologia no Brasil.

³⁹ Entre as opções de circunstâncias de intoxicação presentes no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, estão: abuso, acidental, ambiental, automedicação, erro de administração, ingestão de alimento, prescrição médica, tentativa de aborto, tentativa de suicídio, uso habitual, uso terapêutico, violência/homicídio, ignorado/branco, outra. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/Intoxbr.def>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

1.3 Agroecologia

Diversas pesquisas e trabalhos se dedicaram nos últimos anos a traçar e analisar a trajetória histórica de construção da agroecologia.⁴⁰ Assim, pretendemos neste capítulo trazer apenas alguns elementos que achamos pertinentes para contextualizar nossos estudos e o produto elaborado no âmbito do Promestre.

Em um período caracterizado pela forte repressão do regime militar brasileiro aos setores da sociedade que reivindicavam a restauração da democracia, muitos movimentos populares encontraram em organismos da igreja católica, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), um espaço de atuação política. As CEBs, por exemplo, tinham grande capilaridade nas comunidades rurais e organizavam sistematicamente junto às famílias camponesas espaços de reflexão crítica sobre suas realidades e sobre a importância de promoverem ações práticas de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural. É nesse contexto que surge no final da década de 1970, em diferentes regiões brasileiras, um conjunto de iniciativas que buscava aliar a produção agropecuária ao uso sustentável dos recursos naturais. No Brasil, pode-se dizer que a origem da agroecologia está vinculada a essas experiências.

As iniciativas incluíam, entre outras questões: 1) a promoção de técnicas alternativas aos agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, como o uso de adubação orgânica, de adubos verdes e de outras práticas de conservação dos solos e de controle natural de insetos e doenças; 2) a realização de processos coletivos de trabalho e gestão de recursos, como os mutirões, os bancos comunitários de sementes, as casas de farinha; e 3) o incentivo à produção diversificada, sem agrotóxicos, para autoconsumo das famílias (BENSADON, 2016; LUZZI, 2007).

Na década seguinte (1980), influenciados por pesquisadoras/es e estudiosas/es de “várias partes do mundo que contestavam os pressupostos da revolução verde e propunham alternativas baseadas em visões ecológicas da agricultura”, grupos de agricultura alternativa começaram a despontar em algumas universidades. Esses grupos, muitos deles envolvidos

⁴⁰ Para saber mais sobre a trajetória histórica de construção do movimento agroecológico no Brasil, confira MONTEIRO; LONDRES, 2017; BENSADON, 2016; DORNELAS, 2016; LUZZI, 2007.

em experiências de agricultura, foram responsáveis pela organização de vários Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), sendo o primeiro deles em 1981. Para Monteiro e Londres (2017, p. 56), o EBAA pode ser considerado o primeiro esforço “de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país”.

Outro marco desse período foi o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Esse projeto, que se iniciou em 1983, identificou experiências bem-sucedidas de organizações locais em diversas regiões do Brasil, pautadas pelo uso de tecnologias alternativas ao pacote tecnológico proposto pela revolução verde. A partir de 1988, o trabalho desenvolvido pelas equipes locais desse projeto viabilizou a criação de organizações não governamentais (ONGs) autônomas em alguns estados que, posteriormente, constituíram a Rede PTA. Muitas dessas entidades de assessoria foram nominadas como Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs) e tinham como atividades principais: o apoio técnico e organizativo às/aos agricultoras/es; o desenvolvimento e disseminação de tecnologias; e a realização de atividades de formação de “agricultores multiplicadores”, que teriam o papel de difundir essas técnicas em suas comunidades (MONTEIRO; LONDRES, 2017; FERRARI; OLIVEIRA, 2019).

No entanto, a identificação, sistematização e difusão das tecnologias alternativas que fizeram sentido em um primeiro momento do trabalho eram, muitas vezes, pouco apropriadas às realidades das famílias. Nesse sentido, uma autocrítica aos métodos difusionistas das tecnologias alternativas – feita especialmente pelas próprias equipes que trabalhavam promovendo a agricultura nas comunidades rurais – levou as organizações a buscarem formas de qualificar suas metodologias de trabalho (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Assim, novas abordagens metodológicas passaram a ser empregadas principalmente no início dos anos 1990, a partir da confluência de diferentes conceitos e da adaptação de outros métodos e estudos. Algumas metodologias, como os Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs)⁴¹, foram bastante utilizadas no período e se consolidaram nos

⁴¹ Cf. FARIA; NETO, 2006.

trabalhos nas comunidades, especialmente naqueles dinamizados pelas organizações de assessoria.

Entre as várias inspirações para as concepções metodológicas experimentadas, identifica-se as obras de Paulo Freire, mais especificamente o livro “Extensão ou Comunicação?”, no qual ele critica enfaticamente os problemas decorrentes quando a relação entre o/a agrônomo/a e o/a agricultor/a é orientada pelo conceito de “extensão”. Freire (1983) alertava para o equívoco em considerar que a/o extensionista tem um conhecimento técnico a ser estendido até as/os camponesas/es, ao invés de compreender a perspectiva dialógica que deve prevalecer na comunicação entre os sujeitos para a geração de conhecimentos (FARIA; NETO, 2006; DORNELAS, 2016; FREIRE, 1983).

A metodologia “campesino a campesino”⁴², que teve origem na Guatemala no início da década de 1970, também inspirou diversas iniciativas de trocas de experiências e intercâmbio agricultor-agricultor que foram determinantes para a concepção de construção do conhecimento agroecológico como a conhecemos hoje.

De modo geral, as novas abordagens metodológicas favoreceram a mobilização e o envolvimento das comunidades na identificação de desafios e na superação de problemas, entre eles as práticas de assistência técnica individualizada e voltadas para a adoção de técnicas da agricultura industrial. Também passaram a ser empregadas em processos participativos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de desenvolvimento local, bem como na organização e sistematização de “informações e conhecimentos sobre os sistemas de produção e as realidades socioeconômicas das comunidades, favorecendo a aproximação com pesquisadores de universidades e centros de pesquisa” (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 61).

As redes de agroecologia

As dinâmicas sociais constituídas sob a perspectiva do “diálogo”, da “participação”, da “experimentação” foram consolidando e ampliando nas comunidades e municípios, sendo

⁴² Cf. HOLT-GIMÉNEZ, 2008.

elas próprias objeto de sistematização. Segundo Petersen e Almeida (2006)⁴³, citados por Monteiro e Londres (2017, p. 61), os processos que tinham as famílias agricultoras como protagonistas da construção e disseminação das práticas agroecológicas catalisaram a conformação de redes locais de inovação agroecológica, sempre abertas à participação de novas agricultoras e agricultores.

(...) um número crescente de famílias se apropria dos conhecimentos veiculados nos fluxos de comunicação horizontal e passam a experimentá-los em suas próprias condições. (...) Os conhecimentos científicos deixam de ser concebidos como a expressão da verdade inquestionável (...) para serem incorporados como insumos para inovação local (PETERSEN; ALMEIDA, 2006, p. 31-32 apud MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 62).

O ambiente de redemocratização presente nos anos 1980 e 1990 permitiram também a reorganização dos sindicatos e movimentos populares. A década de 1990 foi, por exemplo, um período de intensas mobilizações de disputa pela terra protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo movimento sindical. Assim, em algumas regiões do Brasil, as lutas por direitos e o fortalecimento das organizações de trabalhadoras e trabalhadores do campo convergiram com as redes locais de experimentação agroecológica e deram origem a redes de abrangência regional, como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e, no Sul do Brasil, a Rede Ecovida de Certificação Participativa.

Na década de 2000, o adensamento das iniciativas e redes locais de agroecologia criaram condições para que, em julho de 2002, fosse realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA). Esse encontro se orientou por uma série de diretrizes, muitas delas inspiradas em encontros locais e regionais, que se tornaram referência para o movimento agroecológico e para os ENAs⁴⁴ seguintes, como: a ideia do ENA mais como um processo do que um evento, com a realização de encontros preparatórios nas comunidades e regiões; a participação prioritária e expressiva de agricultoras e agricultores inseridas/os em práticas de agroecologia (70% das/os participantes); a apresentação de experiências como centro das atenções e inspirações dos debates temáticos; a realização de uma Feira de Saberes e

⁴³ PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores:** trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2006. 54 p.

⁴⁴ Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) constituem o principal fórum de discussão e decisão das estratégias políticas da ANA. Além do I ENA, que aconteceu no Rio de Janeiro/RJ, em 2002, a ANA organizou encontros nacionais em Recife/PE, em 2006; em Juazeiro/BA, em 2014; e em Belo Horizonte/MG, em 2018.

Sabores. Além do encaminhamento de buscar formas de fortalecer as redes estaduais e regionais de agroecologia, o I ENA decidiu pela criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nos anos seguintes, muitas redes regionais e estaduais de agroecologia também se constituíram, principalmente após a criação da ANA (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Atualmente, a ANA se configura enquanto um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. A Articulação é composta por 23 redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o País, além de 15 movimentos sociais de abrangência nacional.⁴⁵

A ANA tem em sua estrutura organizativa grupos de trabalho (GTs) e Coletivos, que são espaços dos quais participam as organizações e redes, com os objetivos de intercâmbio de experiências e de formulação de propostas e negociação de políticas públicas. Hoje estão ativos os GTs de Biodiversidade, Mulheres e Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), o Coletivo de Agricultura Urbana e o Coletivo de Comunicadoras/es.⁴⁶

Importante salientar também que o início dos anos 2000 representa o período histórico no qual a agroecologia ganha força na agenda política e nas práticas de produção dos movimentos sociais integrantes da Via Campesina Brasil, como o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

As práticas agroecológicas

As iniciativas de agroecologia desenvolvidas no contexto das redes pelos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades envolvem grande diversidade de práticas sociais relacionadas ao manejo da biodiversidade, entre elas: casas e feiras de sementes; sistemas

⁴⁵ Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

⁴⁶ *Ibidem*

agroflorestais; quintais produtivos; construção coletiva de protocolos bioculturais; e iniciativas de processamento de produtos da agrobiodiversidade. A reconfiguração dos sistemas alimentares proposta pela agroecologia conta ainda com estratégias de construção social de mercados, como as feiras, mercados populares, cestas de produtos e várias outras iniciativas de escoamento da produção que facilitam a aproximação das pessoas que produzem com as pessoas que consomem por meio dos circuitos curtos de troca, distribuição e comercialização (ANA, 2018).

Em relação aos benefícios que resultam da promoção da agroecologia nos territórios, constata-se: o fomento da biodiversidade; a conservação do solo e da água; o acesso a alimentos saudáveis; o fortalecimento do trabalho das mulheres sob uma perspectiva feminista; o resgate de identidades alimentares regionais; o reforço da noção de comida como patrimônio biocultural e alimentar; a elaboração de propostas de legislação visando proteger os direitos das/os camponesas/es, agricultoras/es familiares e povos e comunidades tradicionais no acesso à biodiversidade; a formulação e implantação de programas e políticas públicas voltados ao fortalecimento da agroecologia, como compra das sementes crioulas através dos mercados institucionais; entre outros (ANA, 2018, p. 20-21).

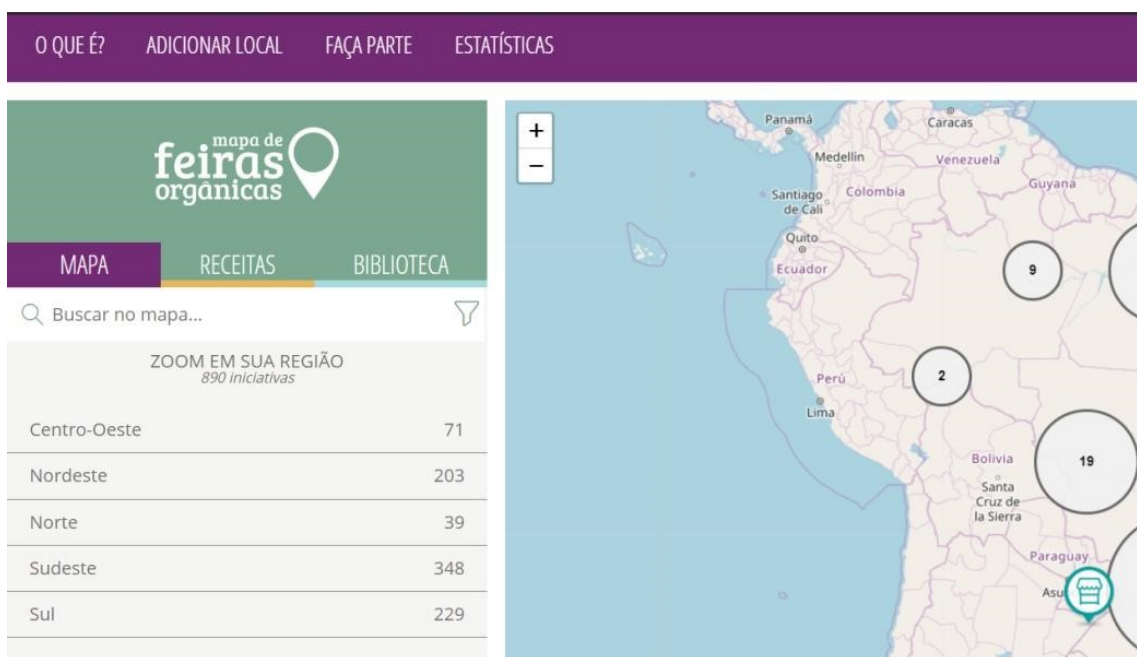
O aumento da preocupação e conscientização de parte da população sobre a importância de manter uma alimentação saudável também favoreceu o crescimento da oferta de alimentos agroecológicos e orgânicos nos mercados de venda direta. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) – uma associação de consumidores sem fins lucrativos que tem se empenhado em estimular a alimentação saudável – desenvolveu um mapa⁴⁷ digital para mostrar que os produtos agroecológicos e orgânicos podem ser mais acessíveis à população. O mapa é uma ferramenta de busca na qual estão identificados 890 locais em funcionamento no País que vendem alimentos orgânicos e agroecológicos, como as feiras⁴⁸ e

⁴⁷ Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

⁴⁸ “Feiras Orgânicas ou Agroecológicas: Feiras são os espaços mais antigos de comercialização e que ainda resistem em alguns municípios. São uma ótima alternativa da compra direta com o produtor, pois diminuem intermediários no processo (e, conseqüentemente, o preço), estimulam a autonomia do produtor e valorizam a produção local de alimentos.” Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/o-que-e/>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

os grupos de consumo responsável⁴⁹. Esse mapeamento nos ajuda a ter uma dimensão do potencial de produção e escoamento de alimentos agroecológicos. No entanto, deve-se destacar que ele traz apenas os locais que vendem produtos que são certificados como orgânicos. Isso exclui diversas iniciativas de comercialização da agricultura familiar e da reforma agrária espalhadas pelo Brasil nas quais os alimentos vendidos, mesmo tendo sido cultivados em sistemas agroecológicos de produção, não passaram por um processo de certificação.

Figura 11 – Mapa de feiras de produtos orgânicos e agroecológicos – Idec



Fonte: Idec (feirasorganicas.org.br/)

Construção do conceito Agroecologia

Voltaremos um pouco na trajetória de construção da agroecologia no Brasil para trazer alguns aspectos relacionados à definição do seu conceito. Segundo Caporal e Costabeber (2004), em vários países do mundo foram desenvolvidos diversos estilos de agricultura que buscavam ser uma alternativa ao modelo industrial que passou a ser dominante no século

⁴⁹ “Grupos de Consumo Responsável: São iniciativas de consumidores organizados que se aproximam de produtores e, juntos, propõem comprar produtos de uma forma diferente da que ocorre no mercado tradicional, pois agregam preocupações com as questões sociais, ambientais e de saúde, da produção até o consumo. O propósito desses grupos é fomentar o consumo diretamente do produtor, seja simplesmente através da aquisição de cestas de alimentos orgânicos ou do financiamento dos produtores. Este último arranjo é conhecido como Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).” Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/o-que-e/>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

XX. Esses estilos receberam diferentes denominações – orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras – de acordo com as filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras que seguiam.

Foi neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos que nasceu o movimento e o conceito de agroecologia, que ao longo dos anos cresceu e se consolidou no Brasil. Um marco importante para apropriação do conceito por diversas organizações foi a publicação, em 1989, do livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa*, do agrônomo chileno e professor da Universidade da Califórnia Miguel Altieri (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Importante ressaltar que não existe um conceito único e “fechado” para o termo Agroecologia. São muitas as definições e aspectos observados nas diferentes conceituações. Destacamos, contudo, que nas últimas décadas, ganhou força a compreensão trazida por estudos do campo da agroecologia que procuram estabelecê-la enquanto ciência de caráter transdisciplinar, que aplica os princípios da ecologia para o estudo e o manejo de agroecossistemas. Essas abordagens asseveram que a constituição da agroecologia se sustenta no diálogo do conhecimento científico com os saberes e conhecimentos camponeses e de outras culturas e identidades locais, relacionados ao manejo dos recursos naturais específicos de cada região.

Para Altieri (2009), ao estudar os agroecossistemas, a agroecologia considera que a produção agrícola não é uma questão puramente técnica, e sim um processo condicionado por aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Nessa concepção, os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos estão integrados “à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2009, p. 23).

Leff (2002) argumenta que as práticas agroecológicas são culturalmente compatíveis com a racionalidade camponesa e se constroem na combinação do conhecimento agrícola tradicional com elementos da ciência agrícola. Nesses casos, os processos resultam em técnicas ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis, que otimizam os sistemas de produção devido à “incorporação de novos elementos às práticas tradicionais de

manejo, elevando a produtividade e preservando a capacidade produtiva sustentável do ecossistema” (LEFF, 2002, p. 41).

A perspectiva sociológica e epistemológica é reforçada nos estudos do pesquisador Sevilla Guzmán (2002), para quem a agroecologia procura não apenas superar a fragmentação disciplinar, como também modificar a “epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e ‘formas de conhecimento’ que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central” (SEVILLA GUZMÁN, 2002, p. 18).

No meio acadêmico-científico brasileiro, os avanços da agroecologia se dão principalmente nos anos iniciais da década 2000. Um momento marcante nesse campo ocorre em 2004 com a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que reúne pesquisadoras/es, professoras/es universitárias/os e técnicas/os da extensão rural. A ABA-Agroecologia tem sido um importante ator da sociedade civil, atuando tanto na organização dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs) como participando ativamente da discussão e elaboração de políticas públicas no âmbito acadêmico-científico (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A definição dada pela ABA para o termo agroecologia busca expressar a evolução do conceito no Brasil e a compreensão de que ela integra diferentes dimensões e influências, como 1) a existência de movimentos populares e processos de luta relacionados à conquista e defesa de direitos dos povos dos campos, das florestas, das águas e das cidades; 2) a construção de novos paradigmas científicos baseados no diálogo de saberes e conhecimentos; e 3) a existência de práticas reais de manejo sustentável dos agroecossistemas. Em seu estatuto, a ABA define a agroecologia como

ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões (ABA, 2015, p. 1).⁵⁰

Cabe ressaltar que além da abordagem agroecológica começar a fazer parte dos estudos e pesquisas na academia, “nos últimos anos, multiplicaram-se no país cursos formais, de nível

⁵⁰ Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-AGROECOLOGIA). 2015. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/estatuto-aba-agroecologia/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

médio, superior e de pós-graduação em agroecologia, ou com ênfase em agroecologia, muitos deles direcionados aos jovens do campo” (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 73).

Importante registrar também uma ideia central presente na proposta da agroecologia que se refere ao conceito de “transição agroecológica” (TA). Guardadas as devidas especificidades ao tratar da questão, os diferentes estudos consideram a TA como um processo gradual de mudanças, cujas etapas vão desde a racionalização no uso de insumos industriais até o redesenho completo dos sistemas produtivos (BOSA, 2017, p. 48). Para Caporal e Costabeber (2004), esse processo

tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL, 2004, p. 11-12).

Alguns autores, como Gliessman (2010), atentam para outro aspecto da transição agroecológica, que diz respeito à aproximação “entre aqueles que cultivam os alimentos e aqueles que os consomem, com um objetivo de restabelecer uma cultura de sustentabilidade, que leva em conta as interações entre todos os componentes do sistema alimentar” (GLIESSMAN, 2010, p. 7). Segundo Bosa (2017), esse acréscimo traz uma abordagem que articula os desafios ‘da porteira para dentro’ (produção) e ‘da porteira para fora’ da unidade produtiva (consumidores, sociedade), pois considera que “a conversão ocorre dentro de um contexto social, cultural e econômico, e esse contexto deve apoiar a conversão para sistemas mais sustentáveis” (GLIESSMAN, 2010, p. 7 *apud* BOSA, 2017, p. 49).

Conforme mencionamos anteriormente, é comum encontramos o uso de vários termos – como agricultura orgânica, agricultura ecológica, agricultura regenerativa, agroecologia etc. – para denominar os movimentos e os estilos de agricultura que surgiram como contraposição à agricultura industrial. No entanto, apesar de algumas práticas apresentarem princípios e valores convergentes, elas expressam a construção de movimentos e propostas

diferentes. Percebe-se, por exemplo, que o termo agroecologia é utilizado em muitas ocasiões como sinônimo de outras expressões (como agricultura orgânica), seja por desconhecimento das diferenças entre os tipos de agricultura ou do histórico político que a palavra “agroecologia” carrega, seja propositalmente, no intuito de enfraquecer os avanços conquistados pelo movimento até o momento.

Segundo Almeida (2016, p. 137), citando Caporal e Azevedo (2011, p. 96)⁵¹, ao reduzir a agroecologia a um campo disciplinar, bem como a um tipo de agricultura ou de produto no mercado, além de gerar confusões, essas “interpretações podem minar o potencial transformador que a agroecologia oferece para a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura, para modos de agriculturas e desenvolvimento rural mais sustentáveis”.

No caso da agricultura orgânica, expressão que é mais conhecida na sociedade quando o assunto é alimentação saudável, é recorrente vermos esse termo utilizado para denominar os sistemas agrícolas que incorporam a mudança de alguns aspectos técnicos da produção agropecuária (como a substituição de agrotóxicos e fertilizantes químicos por produtos industriais naturais), mas que desconsideram o contexto cultural e socioeconômico. Apesar de não utilizarem insumos sintéticos, esses sistemas de produção, muitas vezes, reproduzem o modelo de agricultura industrial.

Para Santos (2018, p. 48), a demanda por alimentação saudável vem crescendo no Brasil e o tema vem ganhando destaque tanto na mídia comercial como no dia a dia da população. Esse cenário já atraiu a atenção das empresas do agronegócio, “criando um novo nicho de mercado onde os alimentos orgânicos e naturais vêm sendo transformados em produtos gourmet”. Santos (2018) ressalta, entretanto, que mesmo aquelas pessoas que estão cientes dos problemas à saúde causados pelo consumo de alimentos processados e ultraprocessados (tipo lanches *fast food*, refrigerantes, néctares, doces e biscoitos), ao buscarem uma alimentação mais saudável, podem, muitas vezes, acabar dando suporte a um sistema agroalimentar injusto.

⁵¹ CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edision Oliveira de (Orgs.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

Isso porque, aos poucos, comer bem e de forma saudável vêm se transformando em uma cultura de luxo, acessível somente para quem pode pagar por ela, e, por vezes, o que se consome é resultado de injustiças ambientais provocadas pela repetição de um modelo altamente concentrador de terras e gerador de violência e criminalização no campo, só que sem veneno. É preciso ficar atento para perceber que a gourmetização reflete simbolicamente profundas diferenças sociais de classe e raça, explicitando o cerne da desigualdade brasileira (SANTOS, 2018, p. 49).

Agroecologia e Agricultura Familiar

Conforme procuramos demonstrar até aqui, o alastramento das propostas da agricultura industrial provocou profundas alterações no campo brasileiro. A ação combinada do agronegócio (em áreas da pesquisa, da formação de profissionais, da assistência técnica, do acesso ao crédito, da construção da imagem da agricultura “moderna”), dominou os modos de fazer agricultura não apenas dos latifundiários, mas também de agricultoras e agricultores familiares.

Como destacou Leff (2002, p. 42), muitas práticas agrícolas foram, com o tempo, “desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”. Cabe salientar que esse processo não deve ser tratado de forma homogênea, pois o contexto e o cotidiano de cada agricultora e agricultor são dinâmicos e sua vida e seu sistema produtivo podem estar mais ou menos integrados à lógica industrial-capitalista. Ressaltamos também que buscamos não tratar dicotomicamente as diversas agriculturas presentes na sociedade, pelo mesmo motivo de evitar as generalizações homogeneizantes. Nesse sentido, e tendo em vista a sua importância para a construção da agroecologia, consideramos necessário fazer uma breve observação sobre o termo agricultura familiar.

De acordo com Neves (2012), essa expressão corresponde a múltiplas conotações. Para o nosso estudo, nos interessa principalmente o uso do termo agricultura familiar como categoria de designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal; como expressão de mobilização política; e como conceito jurídico que define os usuários dos programas e políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Em relação a essa última conotação, frisamos que para acessar as políticas públicas, o/a produtor/a tem que solicitar ao Governo Federal uma Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para conseguir essa declaração,

mais conhecida como DAP, o/a agricultor/a tem que atender simultaneamente aos seguintes requisitos previstos na lei 11.326/2006⁵²: 1) não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; 2) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; 4) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. A mesma legislação também define como beneficiários das políticas para agricultura familiar: silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. A DAP permite ao/à agricultor/a familiar acesso a créditos específicos e também a políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras.

Mesmo com essa complexidade e independentemente dos termos usados para designá-los, há um consenso de que a consolidação da agroecologia passa pelo fortalecimento desses sujeitos coletivos que vivem das suas práticas na agricultura e fazem do meio rural seu lugar de reprodução da vida. E, de maneira recíproca, a agroecologia desempenha um papel fundamental na autonomia da agricultura familiar e na democratização dos sistemas alimentares. Para Caporal (2009, p. 26), os processos ecologicamente responsáveis que devem ser implantados são mais compatíveis com a agricultura familiar, “já que transição para estilos de agriculturas sustentáveis exige um manejo ecológico dos agroecossistemas, que só pode ser efetivo se houver uma agricultura com agricultores/as”.

Agroecologia nas políticas públicas

Uma das estratégias adotadas pela ANA para ampliar a agroecologia no Brasil é a incidência sobre as políticas públicas, sendo que os subsídios para sua ação vêm das reflexões coletivas e dos intercâmbios realizados entre as organizações que fazem parte da Articulação. Das lições extraídas das experiências são identificados gargalos e desafios para o

⁵² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 26 jun. 2019.

desenvolvimento da agroecologia e elaboradas propostas para a criação e o aprimoramento de políticas públicas que promovam o aumento de escala da agroecologia nos territórios⁵³.

A partir de 2003, as instituições que integram a ANA passaram a participar ativamente de espaços de diálogo com o governo federal, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Nesses espaços, bem como nos diálogos que se ampliaram com os ministérios, foi possível propor aprimoramentos nas políticas e nos programas já existentes e a criação de novos instrumentos de políticas públicas. Entre as políticas que avançaram nesse período, estão: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2); a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MONTEIRO; LONDRES, 2017; FERRARI; OLIVEIRA, 2019).

A participação nesses processos de institucionalização da agroecologia buscou garantir a transversalidade da temática, de modo que o enfoque agroecológico orientasse os programas e políticas públicas destinados à agricultura familiar. No entanto, de acordo com Ferrari e Oliveira (2019), a criação de uma política específica em 2012, a partir da atuação de movimentos sociais, sindicais, acadêmicos, entre outros, se tornou uma referência histórica para a agroecologia no Brasil. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) envolveu vários ministérios e teve dois Planos Nacionais implementados (Planapo I e II), em 2012 e 2015, respectivamente. Para Monteiro e Londres (2017, p. 77), a Pnapo é fruto

do fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica, da ABA e da ANA; da maior atenção à agroecologia pelos movimentos sociais do campo e das florestas e das pressões que eles fizeram junto ao governo federal; do conjunto amplo de políticas e programas públicos criados, aprimorados ou ampliados nos governos Lula e Dilma, que tiveram à frente gestores públicos que conheciam as realidades da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais; e das reivindicações do movimento agroecológico. A criação da política de agroecologia foi enfaticamente defendida pelas mulheres dos movimentos sociais do campo durante a Marcha das Margaridas em 2011, quando a presidente Dilma Rousseff assumiu publicamente o compromisso de levar à frente esta agenda (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 77).

⁵³ Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

Deve-se destacar também que na última década as organizações do movimento agroecológico intensificaram a participação em espaços de diálogo com o poder público nos âmbitos dos estados e municípios, como os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, os Conselhos de Alimentação Escolar, entre outros. A atuação das redes regionais e estaduais de agroecologia favoreceu a inserção da pauta agroecológica na agenda política e, em alguns casos, levou à institucionalização da questão por meio da construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica (GUÉNEAU *et al.*, 2019).⁵⁴

Diálogos e Convergências

Devido às pressões das trabalhadoras e trabalhadores organizados em diferentes movimentos populares, houve significativos avanços nas políticas públicas que fortalecem a agroecologia e que buscam a reestruturação dos sistemas alimentares. Segundo a ANA (2018, p. 6), essas políticas foram “inspiradas em experiências e proposições da sociedade civil que abriram caminho para a democratização do acesso a recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento das redes de agroecologia que se fazem presentes em todo o país”.

Mas a capacidade de ingerência do agronegócio sobre o Estado e de influência na sociedade continuam desproporcionais. Mesmo nos anos 2000, a partir da criação e fortalecimento de alguns canais de diálogo com as organizações sociais, o governo federal privilegiou os monocultivos destinados à exportação, o fortalecimento do agronegócio e de sua dinâmica expansiva sobre os territórios ocupados pela agricultura familiar camponesa e pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Como parte do mesmo projeto de desenvolvimento neoliberal predatório de bens naturais, vimos ainda os direitos territoriais serem violados com a implantação de projetos de mineração e grandes obras de infraestrutura (FERRARI; OLIVEIRA, 2019; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

⁵⁴ Uma análise sobre a construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica em onze estados brasileiros pode ser conferida em GUÉNEAU *et al.*, 2019.

Após o golpe parlamentar-jurídico-midiático que destituiu o governo eleito, em 2016, e com os resultados das eleições para Presidência da República e para o Congresso Nacional, em 2018, evidencia-se o agravamento da situação no Brasil. Há, no contexto atual, um grande retrocesso na relação com o Estado; o desmonte de políticas públicas conquistadas pela sociedade brasileira nos últimos 30 anos, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988; o ataque aos direitos dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades; e o recrudescimento da violência nas comunidades (FERRARI; OLIVEIRA, 2019; ANA, 2018).

Essa conjuntura reforça a importância de uma diretriz da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em se estabelecer enquanto uma rede de redes e de estreitar relações de parceria com outras redes e fóruns do campo e da cidade, no intuito de buscar a unidade na diversidade e “de dar passos rumo à construção de um projeto democrático e popular para o Brasil” (ANA, 2018, p. 43). Essa diretriz vem desde 2011, quando foi realizado o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, em Salvador (BA), fruto da aliança entre várias redes e movimentos da sociedade civil. O contexto era outro, mas ao olhar para o conjunto das iniciativas desenvolvidas no âmbito do movimento agroecológico, já era possível identificar práticas que vinham sendo construídas ou resistindo com o protagonismo dos sujeitos coletivos nas comunidades. São experiências que vão muito além da mudança de paradigmas da produção agrícola, pois se inserem em uma dinâmica mais ampla, alimentando e sendo alimentadas por diversas outras lutas contra-hegemônicas. A luta pela agroecologia incorpora as lutas e é incorporada nas lutas das mulheres camponesas, das/os trabalhadoras/es rurais sem terra, das juventudes, das/os negras/os, das/os atingidas/os por barragens e pela mineração, das/os indígenas, das/os quilombolas.

Os sujeitos coletivos do movimento agroecológico disputam em seus territórios concepções de desenvolvimento, de conhecimentos, de configurações das relações sociais. As leituras compartilhadas sobre os conflitos nas comunidades favorecem a sistematização e divulgação da importância da agroecologia para que a agricultura familiar possa cumprir funções positivas para o conjunto da sociedade (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

O agronegócio e grandes projetos de mineração que se expandem nos territórios procuram se associar às noções de progresso e desenvolvimento, esforçando-se para ocultar os impactos negativos e para invisibilizar ou desqualificar a agricultura

familiar e as experiências em agroecologia em curso (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 78).

O lema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade” do IV ENA, realizado em junho de 2018 na cidade de Belo Horizonte (MG), expressa bem como a busca por convergências vem tendo centralidade no movimento agroecológico. Desde abril de 2017 até a data do evento, foram realizadas diversas atividades em todas as regiões do País com os objetivos de: partir de experiências concretas como princípio metodológico e politizar a reflexão sobre seus sentidos no atual contexto histórico; estimular a sistematização coletiva das experiências e análise das trajetórias de lutas, conquistas, desafios e retrocessos vividos, conjugando denúncias e anúncios; refletir sobre os territórios como espaços de disputa, reconhecendo as cidades também como parte do processo de construção dos territórios da agroecologia; trabalhar a comunicação e a cultura como dimensões estruturadoras da reflexão e divulgação das experiências agroecológicas; e ampliar e aprofundar o diálogo com outros setores da sociedade, engajando também segmentos organizados do meio urbano.⁵⁵

É difícil saber quantas pessoas se envolveram nas atividades preparatórias nas regiões, mas nos dias do evento, que aconteceu em um espaço público da cidade – no Parque Municipal no Centro de Belo Horizonte – estiveram presentes mais de 2 mil participantes de todas as regiões do Brasil, além de aproximadamente 40 mil moradoras/es que visitaram os espaços abertos do evento. Com 70% do público composto por agricultoras/es familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o IV ENA teve ainda a participação paritária entre mulheres e homens, e expressiva presença das juventudes. Durante os quatro dias do Encontro, foram realizadas mais de 100 atividades, entre elas: quatro plenárias (mulheres, juventudes, quilombolas e indígenas), 14 seminários temáticos, 16 tendas com instalações artístico-pedagógicas dos territórios, 13 vivências e 49 oficinas autogestionadas. Também foram promovidos a Feira Saberes e Sabores, a Feira da Agrobiodiversidade, o Espaço da Saúde, a Ciranda Infantil e apresentações artístico-culturais (ANA, 2020, 2018).

Os temas dos 14 seminários que aconteceram de forma simultânea no IV ENA foram escolhidos de acordo com o momento atual da trajetória de construção da agroecologia no Brasil. Para a Articulação Nacional de Agroecologia, organizadora do IV ENA, esses temas

⁵⁵ Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2018/02/CARTA_CONVOCATORIA_IV_ENA_Final.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

têm o potencial de aglutinar experiências e reflexões e, desta forma, catalisar novas aprendizagens em torno do conhecimento agroecológico. As temáticas definidas para o IV ENA foram:

- Comida de verdade no campo e na cidade: caminhos e diálogos entre a agroecologia e a soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Direito à terra e território: conflitos e resistência dos povos do campo, das águas e da floresta;
- Água e agroecologia: em defesa das águas como bem comum;
- Agriculturas urbanas, agroecologia e direito à cidade;
- Biodiversidade: bens comuns, soberania alimentar e territorial dos povos do Brasil;
- Saúde integral e medicina tradicional;
- Sem feminismo não há agroecologia;
- Agrotóxicos e transgênicos;
- Construção social de mercados;
- Desafios e alternativas para o financiamento da agroecologia;
- Mudanças climáticas e agroecologia;
- Educação do campo e construção do conhecimento agroecológico;
- Comunicação e cultura populares: territórios simbólicos da agroecologia; e
- Juventudes e agroecologia: a nossa ousadia é o campo e a cidade na luta pela agroecologia (ANA, 2018).

O ENA realizado em 2018 reafirmou a ideia de que não é possível a construção de um movimento agroecológico sem um efetivo reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres para a agricultura e, em especial, para a agroecologia. Desde antes do II ENA, que aconteceu em 2006, as mulheres agricultoras e suas organizações vêm provocando com mais organicidade o movimento agroecológico com reflexões e ações voltadas ao fortalecimento das lutas feministas. A participação das juventudes e a inserção de suas pautas também têm crescido no movimento, que passou a se organizar no Grupo de Trabalho (GT) Juventudes da ANA em 2016 (ANA, 2020, 2018).

Ainda que movimentos importantes dos povos e comunidades tradicionais tenham participado da ANA desde o início, há uma constatação de que apenas nos últimos anos

tenha havido um avanço mais significativo nesse sentido. As realizações da Plenária Indígena e da Plenária Quilombola durante o IV ENA, que aconteceram pela primeira vez na história dos Encontros Nacionais de Agroecologia, expressaram a importância dessa aproximação política entre os movimentos para o fortalecimento das lutas em defesa dos territórios (ANA, 2020).

No entanto, apesar das conquistas e avanços alcançados até o momento, são inúmeros os obstáculos a serem superados para ampliar a proposta agroecológica, que vão desde transformações estruturais reivindicadas pelos movimentos sociais para a democratização do acesso aos bens da natureza, como a realização de uma reforma agrária popular, até o apoio concreto àquelas/es que constroem (ou pretendem construir) a agroecologia. Conforme argumentam Monteiro e Londres (2017, p. 80),

em que pese o fortalecimento das redes, se tomarmos o conjunto dos agricultores e das agricultoras do Brasil, ainda é pouco expressivo o número de pessoas desenvolvendo processos de experimentação nas comunidades com base nos princípios da agroecologia, o que coloca para o movimento agroecológico o desafio de construir estratégias e instrumentos criativos para a ampliação do público das redes locais de inovação agroecológica já existentes e para que outras redes possam surgir em territórios onde hoje não estão presentes. É fundamental nesse processo a reflexão sobre a participação de jovens nas redes locais e o desenvolvimento de iniciativas capazes de atrair a juventude (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 80).

Para Stédile (2009), entre os desafios enfrentados pelo movimento agroecológico, está a necessidade de aumentar o número de profissionais disponíveis para apoiar os processos de conversão tecnológico-produtiva com enfoque na agroecologia, principalmente pelo fato de as instituições de ensino e pesquisa serem hegemônicas pelos interesses do agronegócio. Também há um trabalho de convencimento a ser feito com as/os agricultoras/es para mostrar que é possível aumentar a produção e a produtividade por área a partir da adoção de práticas agrícolas coadunadas com a natureza. Stédile (2009, p. 161) ainda aponta o preconceito e a influência do capital sobre a agricultura, o que faz com que muitas/os camponesas/es “ideologicamente pensem apenas em imitar os fazendeiros, como se isso fosse garantir o aumento da produção, do lucro e da melhoria das condições de vida”.

CAPÍTULO 2 – POR QUE INTERESSA À SOCIEDADE APOIAR A DEMOCRATIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA COMUNICAÇÃO?

No capítulo anterior, apresentamos um conjunto de fatores e fenômenos sociais que constitui as condições para o desenvolvimento de diferentes propostas de sistemas alimentares no Brasil, entre eles, as atividades e debates relacionados à ciência e à tecnologia (C&T). Neste capítulo, buscaremos aprofundar alguns aspectos da C&T no Brasil, principalmente no que diz respeito aos sistemas de regulação das tecnologias usadas pela agricultura industrial. Em seguida, procuraremos situar as diferentes abordagens dos estudos que teorizam sobre os processos de produção, difusão e comunicação pública da ciência. Ainda neste segundo capítulo, traremos alguns elementos que permeiam os debates sobre comunicação a partir de outras duas abordagens: 1) as estratégias de comunicação utilizadas pelo agronegócio para consolidar sua hegemonia; e 2) a importância da agenda política referente à democratização da comunicação no Brasil e as iniciativas de comunicação realizadas no contexto dos movimentos populares.

As visões do papel da ciência na sociedade variaram ao longo dos séculos em função de diversos aspectos que vão muito além do entendimento de que ciência se resume a uma forma de produção de conhecimento. Inseridos no contexto das pesquisas que compreendem a ciência como construção humana, os estudos sobre “cultura científica”, por exemplo, evidenciam os aspectos históricos e as influências dos valores, práticas e interesses políticos e econômicos nessa construção. Nesse sentido, contrapõem também a “tendência de tratar a cultura científica como um conceito unívoco, ou seja, como se ela fosse igual em toda parte e em qualquer época”. As noções de cultura científica, suas distintas perspectivas e contextos, contribuem ainda para resgatar os processos de construção das visões sobre ciência e dos papéis que ela desempenha na sociedade hoje em dia (FONSECA, OLIVEIRA, 2015, p. 447).

Não pretendemos neste trabalho aprofundar a descrição das diferentes concepções de ciência e culturas científicas que predominaram no decorrer dos tempos. Nossa intenção é ressaltar algumas características da ciência que julgamos importantes para o nosso trabalho e demarcar que compartilhamos da compreensão de que a ciência, assim como a

comunicação científica, responde a diferentes motivações e varia historicamente. Nesta perspectiva, a análise feita por Castelfranchi (2008) sobre “tecnociência” traz uma abordagem que consideramos pertinente para compreendermos o cenário atual relacionado às tecnologias usadas na agricultura. Para o autor, a tecnociência não se trata de uma mera fusão ou hibridização de termos – ciência+tecnologia – e sim de entrelaçamentos “estratégicos entre mercado, política, produção de conhecimento e técnicas”. Ciência e tecnologia continuam sendo distintas, mas, no emaranhado da tecnociência, os discursos e as práticas de ciência, tecnologia e mercado são funcionais entre si, uma vez que “o mercado tende a fornecer suporte, legitimidade e impulso para os avanços técnico-científicos e a tecnologia confirma a ‘verdade’ do funcionamento do mercado” (CASTELFRANCHI, 2008, p. 11).

Outra observação a ser feita diz respeito às características recorrentemente atribuídas à tecnociência que a fazem funcionar como algo **desejável** (representa o progresso, é importante para resolver problemas, otimiza nosso tempo); **inevitável** (é da natureza humana desenvolver tecnologias); **não-política** (as regras da ciência não têm nada a ver com o jogo político); **não-ideológica** (a ciência e a tecnologia são movidas pela razão; são imparciais). Esta caracterização da tecnociência pode ter origem desse recente entrelaçamento entre técnica, ciência e capitalismo neoliberal, mas também recorre a antigos elementos e processos que fizeram da ciência algo inquestionável, sinônimo de “razão” e “verdade”.

[...] o discurso da tecnociência atual funciona como uma fortaleza. Os símbolos clássicos da ciência podem ser facilmente evocados e usados para a defesa da tecnociência como um todo. A potência da técnica pode ser mobilizada para justificar algo que acontece na esfera econômica. As “leis de mercado” podem servir para legitimar de forma indolor alguma escolha (política) sobre a gestão da técnica. E assim por diante. (CASTELFRANCHI, 2008, p. 205).

Para SANTOS (2007), a ciência ocupa um lugar privilegiado em nossa sociedade, assumindo, em diversos momentos, um controle monopolístico de determinar o que é verdadeiro e falso. Mas o poder hegemônico da ciência não é, em hipótese alguma, isento de críticas e contradições. As disputas no campo científico são extensas e complexas e abrangem desde o modo de fazer ciência até a maneira como o conhecimento científico é acionado para embasar decisões políticas e sociais. Na Carta do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia

(2019) – documento síntese elaborado ao final do evento – podemos ver como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) procura apontar a existência de diferentes concepções de ciência, bem como demarcar aquela na qual a associação defende. Na perspectiva da ABA, a racionalidade que predomina nas instituições científico-acadêmicas se baseia em concepções de ciência produtivistas, elitistas e desconectadas de questões marcantes na sociedade brasileira, como as opressões, violências e desigualdades sociais.

Ancorada em uma visão fixista e homogeneizadora, fragmentada em campos disciplinares, essa ciência cartesiana e mecanicista se orienta pela tentativa de controlar a natureza a partir de uma exploração irracional e ilimitada dos bens comuns, afastando-se dos valores humanos e éticos de solidariedade e fraternidade. Colonizada por uma perspectiva privatista e dominada por arranjos jurídicos, políticos e institucionais que a distanciam do espaço público, a ciência torna-se um poderoso dispositivo de reprodução e perpetuação do modelo capitalista neoliberal (ABA, 2019, p. 1).

Há, contudo, no mesmo documento, uma manifestação a favor da busca pelo crescimento e consolidação de outra cultura científica, que desafia as instituições científico-acadêmicas e todo um sistema de pesquisa e construção do conhecimento.

Ao nos posicionarmos em defesa de uma ciência crítica em diálogo com a cultura e a arte popular, afirmamos a necessidade de que as instituições científico-acadêmicas sejam orientadas pela justiça social, que reconheçam e valorizem as vozes e os saberes dos sujeitos historicamente subalternizados, abrindo horizontes para a criação de uma sociedade estruturada pela justiça cognitiva e epistêmica. Assim, reiteramos que a Agroecologia – como Ciência, Movimento e Prática -, reconhece e constrói saberes e conhecimentos, na luta por uma sociedade justa e igualitária e em diálogo com as práticas cotidianas dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades (ABA, 2019, p. 1-2).

Essa concepção defendida pela ABA está fundamentada na abordagem teórica e metodológica da ecologia de saberes que considera que “a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica simplesmente a sua utilização contra-hegemônica”. Desse modo, a ecologia de saberes cria condições para explorar a pluralidade interna da ciência e promover a sua interação com saberes não-científicos (SANTOS, 2007, p. 87). Santos (2007, p. 88) argumenta que uma das premissas básicas da ecologia de saberes é a concordância de que todas as formas de conhecimento têm limites internos (referentes às próprias intervenções que podem promover no real) e externos (outras formas de conhecimentos podem ser capazes de intervenções alternativas). Ocorre que, por definição, as formas de conhecimento dominantes não admitem seus limites externos. Assim, segundo o autor, o uso contra-

hegemônico da ciência só é possível no âmbito de uma ecologia de saberes, diante de um reconhecimento de seus limites internos e externos. “É por isso que o uso contra-hegemônico da ciência não pode se limitar à ciência” (SANTOS, 2007, p. 87).

2.1 Controvérsias científicas e governança da tecnociência

No que se refere ao papel desempenhado pela ciência e pelas tecnologias empregadas na agricultura industrial, como os agrotóxicos e os organismos geneticamente modificados (OGMs), conforme vimos no capítulo anterior, essa é uma questão altamente controversa. Nesses casos, diante das controvérsias e das incertezas associadas aos seus impactos, emerge uma importante questão: como é a governança das tecnologias usadas na agricultura? Em outras palavras, como funciona e quem participa do processo decisório de apreciação, liberação e regulamentação dos agrotóxicos e transgênicos?

No que diz respeito aos organismos geneticamente modificados, a primeira lei de Biossegurança (Lei n. 8.974) brasileira foi sancionada em 1995. Seguiram a essa lei diversas Medidas Provisórias e disputas em torno da legislação nacional sobre esta temática, com forte pressão das corporações da área de biotecnologia insatisfeitas com as normativas no Brasil. Até que, em 2005, é sancionada a nova Lei de Biossegurança (Lei n. 11.105), que amplia os poderes da já criada Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)⁵⁶ ao convertê-la em instância deliberativa, e não mais consultiva (MELGAREJO *et al.*, 2013).

A nova lei estabelecia que as decisões daquele colegiado seriam tomadas por maioria de dois terços de seus membros (18 votos), o que atribuía poder de influência ao contraditório e reduzia a condição de controle exercida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a quem então cabia nomear 12 dos 27 membros titulares e ainda escolher o presidente da CTNBio, em lista tríplice sugerida por votação simples. Novamente, cedendo a pressões dos setores empresariais interessados, em outubro de 2006 o Governo Federal editou e o Congresso aprovou uma medida provisória determinando que a maioria simples, ou 14 votos, seria o quórum mínimo necessário às decisões da CTNBio. Dessa forma, garantiu-se a hegemonia do conjunto formado pelos membros que apoiavam a rápida expansão dos OGMs (MELGAREJO *et al.*, 2013, p. 15).

⁵⁶ “A CTNBio é uma instância colegiada multidisciplinar, criada através da lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados.” Disponível em: <<http://ctnbio.mcti.gov.br/a-ctnbio>>. Acesso em: 02 out. 2019.

A consequência das mudanças na CTNBio se expressaram no número de organismos geneticamente modificados aprovados e no aumento das lavouras com plantios transgênicos.⁵⁷ Há, ainda, entre os microorganismos aprovados pela CTNBio, alguns que combinam tecnologia transgênica e biologia sintética⁵⁸, esta última ainda sem marco legal específico. Na verdade, várias técnicas de manipulação do DNA vêm dando origem a novas biotecnologias, como a cisgenia, os *gene drives* e a biologia sintética, que carecem de um marco regulatório no Brasil. Essa situação de anomia pode acelerar a entrada desses produtos no mercado, atendendo exclusivamente a interesses econômicos e desconsiderando os seus impactos sociais e ambientais (FERNANDES, 2019).

O aumento do investimento privado nas pesquisas científicas e tecnológicas, assim como o financiamento público moldado para atender os interesses de grandes corporações agroalimentares, são aspectos que mostram a influência do poder econômico nos rumos das políticas de ciência e tecnologia. As indústrias do agronegócio têm capacidade de escolher os problemas e direcionar as pesquisas científicas e o desenvolvimento tecnológico para um rumo que fortalece e consolida o modelo agroalimentar dominante (FERNANDES, 2019).

Outro aspecto da tríade ciência-tecnologia-capital na contemporaneidade que podemos constatar nos processos decisórios sobre transgênicos é o *lobbying* científico. Segundo Castelfranchi (2008), o *lobbying* científico é uma ação institucionalizada, primeiramente nos países anglo-saxões e, a seguir, na Europa e no restante dos países industrializados, sendo que no Brasil os principais lobistas estão diretamente ligados às empresas, sobretudo das áreas farmacêutica e do agronegócio.

Em parecer favorável à liberação comercial de feijão geneticamente modificado, uma observação do relator nas “considerações finais” do documento demonstra como a relação

⁵⁷ Confira na página 38 os organismos geneticamente modificados aprovados no Brasil.

⁵⁸ “A biologia sintética é um novo domínio de investigação científica no qual se pretende modificar organismos existentes para a concepção de células/organismos básicos (incluindo genomas), ou ainda a identificação e utilização de partes biológicas e a construção de sistemas biológicos inteiramente ou parcialmente artificiais para uso nos seguintes sectores: biocombustíveis, antipoluentes, têxteis, cosméticos, instrumentos de diagnóstico e terapêutica, vacinas e componentes sintéticos de alimentos para consumo humano e animal.” **Carta política do Seminário 10 anos de Liberação dos Transgênicos no Brasil**. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Carta-pol%C3%ADtica-do-Semin%C3%A1rio_7.11.2013.pdf> Acesso em: 02 out. 2019

com o mercado está presente nas discussões da CTNBio: “[...] trata-se do primeiro pedido de liberação comercial realizado por uma empresa não apenas brasileira, mas do governo federal. Assim, todas as questões de mercado frequentemente levantadas contra as multinacionais produtoras de sementes não se aplicam”⁵⁹. Ao refutar a ideia de que o requerente da liberação do OGM é uma empresa multinacional, o comentário do relator evidencia, no mínimo, que este é um assunto recorrente nos debates da Comissão.

Castelfranchi (2008, p.212) aponta ainda que o fato de os integrantes da CTNBio não serem apenas biotecnólogos, mas também especialistas de outras áreas (agronomia, ecologia, ciências sociais), foi considerado por muitas pessoas como uma postura demagógica ou “ingênua”. Na opinião de alguns, a Comissão se tornou uma “mistura” ao abrigar “tanto *experts* ‘de verdade’ (biotecnólogos e geneticistas), imunes à ideologia, quanto seguidores de interesses alheios à ciência”. Independentemente de ser composta apenas por *experts* da biotecnologia, a CTNBio é constituída exclusivamente por especialistas “com doutorado” e é o principal espaço de tomada de decisão sobre biossegurança no Brasil.

Assim como na CTNBio, o procedimento de registro de agrotóxicos no Brasil, que passa pela avaliação de três órgãos do governo federal (Mapa, Ibama e Anvisa)⁶⁰, tem a ciência e os porta-vozes do conhecimento técnico-científico como os principais responsáveis por definir o que pode e o que não pode ser usado, muitas vezes em detrimento do que dizem os próprios grupos diretamente impactados. Percebe-se também como as fortalezas da tecnociência – desejável, inevitável, não-política, não-ideológica – podem ser evocadas para justificar procedimentos arbitrários relacionados aos agrotóxicos. Em 2019, por exemplo, o governo federal decidiu acelerar os registros⁶¹ e flexibilizar normativas em relação à classificação toxicológica dos produtos, favorecendo indústrias e empresários do agronegócio.

Nossas observações sobre o poder da ciência nos processos de regulação das biotecnologias não têm por objetivo questionar a relevância do conhecimento científico e a sua importância

⁵⁹ Parecer Consolidado sobre Feijoeiro (*Phaseolus vulgaris* L.) geneticamente modificado resistente ao vírus do mosaico dourado do feijoeiro (*Bean golden mosaic virus*), evento de transformação Embrapa 5.1, de 09 de agosto de 2011.

⁶⁰ Confira na página 29 o processo de registro de agrotóxicos no Brasil.

⁶¹ Ver na página 31 o aumento de registros de agrotóxicos no Brasil em 2019.

para a sociedade. O que achamos necessário pontuar são esses movimentos que têm funcionalidade e operam produzindo injustiças e desigualdades.

Essa ciência, que goza de ampla legitimidade na sociedade, é a ciência que informa os processos de regulação dos agrotóxicos, dos transgênicos e, agora, também das novas técnicas de edição de genes. É também a ciência que pode ser usada para legitimar os movimentos de desregulação dessas tecnologias e de seus usos. É ainda, e não menos importante, a ciência que pode ser usada para deslegitimar os movimentos de construção de alternativas ao sistema agroalimentar dominante. Daí conclui-se que são evidentes os limites que os sistemas atuais de regulação podem apresentar quando examinados desde a perspectiva da soberania alimentar e da justiça social (FERNANDES, 2019, p. 51).

Até o próprio conhecimento científico, quando usado para fundamentar os argumentos que questionam o uso das tecnologias ou quando vai na contramão da lógica do mercado, pode ser rotulado como “ideológico” e “parcial”. Para Melagarejo e Souza (2019),

O debate sobre cultivos transgênicos tem se acirrado na medida em que se acumulam dados de uma realidade contrária ao proclamado em campanhas veiculadas na grande mídia. Torna-se claro um fundamento singular: as decisões de governos e suas agências avaliadoras de riscos se fazem contaminadas por interesses econômicos a tal ponto que contribuem para a construção de ilusões coletivas, contrárias aos interesses nacionais. A mitologia básica, que se difunde com variantes pelos vários campos da economia sustenta que a ciência e a tecnologia de ponta respondem pela segurança de plantas transgênicas, e que estas estariam sendo criadas para atender a interesses e necessidades do gênero humano. As vozes contrárias seriam tolas e equivocadas, devendo ser caladas a qualquer custo (MELGAREJO, SOUZA, 2019, p. 63).

As estratégias de deslegitimação das “vozes contrárias” podem incluir a intimidação, perseguição ou censura pública de pesquisadoras/es que publicam dados desfavoráveis aos interesses da indústria. Essas perseguições são, na maioria das vezes, promovidas pelas instituições representantes do agronegócio ou pelos próprios colegas cientistas.⁶²

No entanto, os impactos socioambientais e as controvérsias geradas pela tecnociência envolvem diversos atores com percepções, informações e conhecimentos que devem ser

⁶² Nestes *links* é possível conferir dois casos de pesquisadores que foram perseguidos após divulgarem dados sobre os impactos dos agrotóxicos:

a) SIMÕES, Mariana. Pesquisadora vira alvo de perseguições após comprovar que não existe dose segura de agrotóxicos. **Agência Pública/Repórter Brasil**. 01 out. 2019. Disponível em:

<<https://reporterbrasil.org.br/2019/10/pesquisadora-vira-alvo-de-persegucoes-apos-comprovar-que-nao-existe-dose-segura-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 13 nov. 2019; e

b) Fiocruz divulga nota pública contra censura de pesquisadores. **Portal Fiocruz**. 08/02/2018. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-divulga-nota-publica-contr-censura-de-pesquisadores>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

levados em consideração na governança das biotecnologias e na elaboração das políticas de ciência e tecnologia. Segundo Callon *et al.* (2009), é necessário aceitar que o conhecimento de especialistas não é o único conhecimento possível e reconhecer a riqueza e relevância do conhecimento desenvolvido principalmente pelos grupos que são afetados direta e indiretamente. Tanto as informações geradas nas pesquisas em laboratórios quanto os problemas encontrados pelas/os cidadãs/os “comuns” devem ser igualmente levados a sério.

Para Guivant (2005, p. 51), no campo dos estudos com enfoque ciência, tecnologia e sociedade, “as controvérsias sociotécnicas não são vistas como obstáculos, mas como oportunidades para explorar alternativas possíveis. O interesse coletivo não é assumido como algo óbvio, mas como produto de negociações, alianças e conflitos sociais”. Neste sentido, deve-se abrir o diálogo e o processo decisório e criar novos espaços de negociação, “que desmonopolizem o conhecimento perito e nos quais se aceite que o conhecimento leigo não é irracional, porque julgamentos de valores estão presentes em todas as fases do processo de gestão de riscos” (GUIVANT, 2005, p. 51).

Há algumas décadas, vários estudos têm se esforçado para mostrar a importância e necessidade de democratização da ciência e tecnologia a partir da participação pública nas discussões e decisões sobre C&T (SISMONDO, 2010, p. 184). Fonseca (2012), citando Jasanoff (2003)⁶³, conclui que não se trata mais de questionar se o público deve ou não participar das decisões, mas como garantir o envolvimento de todas as partes – sociedade civil, produtores, reguladores, peritos etc. – que tenham relação com os riscos e impactos socioambientais. “Acredita-se que, por meio da interação e aprendizagem mútua, os diversos interessados podem chegar a um consenso ao invés de competir e barganhar visando apenas aos próprios interesses” (FONSECA, 2012, p. 154).

Guivant (2005, p. 48) destaca que em alguns países as discussões em torno dos riscos dos transgênicos, por exemplo, têm “estimulado a implementação de diversas experiências concretas de envolvimento público na determinação de políticas públicas em relação à governança dos OGMs”. Diferentes formas de consulta e participação pública já foram

⁶³ JASANOFF, S. **Technologies of humility: citizen participation in governing science**. *Minerva*, v. 41, p. 223-244, 2003.

sugeridas e experimentadas, com variados níveis de formalização, buscando ampliar o diálogo com a sociedade e democratizar as tomadas de decisão no campo da ciência e tecnologia. Alguns modelos de participação social proporcionam um envolvimento mais básico, como a mera divulgação de informações para a sociedade ou a realização de pesquisa de opinião sobre determinada questão. Entretanto, outras iniciativas, testadas e estudadas principalmente em países da Europa e América do Norte, adotam modelos mais complexos com a intenção de: orientar o envolvimento da sociedade em discussões relacionadas à ciência e tecnologia; garantir a equidade na contribuição de especialistas e cidadãos; e ampliar a participação nas tomadas de decisões políticas (ALMEIDA, 2012; GUIVANT, 2005).

Existem estudos, inclusive, que definem critérios e indicadores⁶⁴ para avaliar os tipos de governança adotados e entender se o processo está realmente “participativo”; se as diferentes opiniões e pontos de vista estão sendo equitativamente expressos; se o engajamento público necessariamente leva a uma decisão consensual; se as propostas construídas serão, de fato, incorporadas nas políticas de ciência, tecnologia e inovação; se há equidade de condições de acesso aos debates; se há transparência e rastreabilidade das discussões; se as regras dos debates estão suficientemente inteligíveis; entre outros aspectos.

Callon *et. al* (2009) procuram demonstrar como é possível enriquecer os debates políticos ao enfatizar a importância das experimentações e aprendizagens coletivas nestes espaços organizados para serem participativos – como as conferências de consenso, os grupos focais, o júri cidadão. Nestes espaços com procedimentos dialógicos, chamados de “Fóruns Híbridos”, as discussões que se instalam demonstram que diferentes tipos de atores, com seus conhecimentos específicos (capacidade de diagnóstico, interpretação dos fatos, conjunto de soluções), podem complementar um ao outro (CALLON *et. al*, 2009, p. 33). Os procedimentos adotados devem favorecer não somente a consulta ao cidadão, mas também

⁶⁴ Uma lista de métodos de diálogo, participação e engajamento público, assim como uma tabela com critérios de avaliação da participação pública em espaços formalizados, podem ser vistas em Guivant (2005, p. 56 e 57). A análise e classificação de procedimentos dialógicos a partir de critérios pré-definidos também pode ser conferida em Callon *et. al* (2009, p. 158-189 e p. 210-223).

envolvê-lo na produção do conhecimento referente às **controvérsias** relacionadas à ciência e tecnologia.

As controvérsias, nesta perspectiva, permitem explorar as opções cabíveis que vão além das possibilidades estabelecidas pelos atores oficiais, pois integram a pluralidade de pontos de vista, demandas e expectativas. Um processo de aprendizagem é instalado e desenvolvido por meio de negociações e compromissos assumidos. Para Callon *et. al* (2009), as controvérsias não são apenas bem-vindas e reconhecidas como integrantes da democratização da democracia; devem ser encorajadas, estimuladas e organizadas. A controvérsia revela **incertezas** e, como consequência, novas linhas de pesquisa e soluções a serem exploradas.

As incertezas, por sua vez, podem ser definidas como “algo que nós sabemos que não sabemos, e isto é quase tudo o que sabemos” (CALLON *et. al*, 2009, p. 21). Nestas situações, a única opção é questionar e debater. O que sabemos? O que queremos saber? Os fóruns híbridos ajudam a trazer elementos para responder a estas questões; e as incertezas seriam, portanto, um ponto de partida desta exploração.

Ressaltar a dimensão política deste debate é importante para reconhecer que não se trata apenas de identificar e negociar **riscos**, como em um contrato entre seguradora e segurado, mas de estabelecer procedimentos capazes de gerenciar a aparente contradição entre os pontos de vista das minorias e o que alguns consideram ser o interesse geral. É necessária uma abordagem gradual que favoreça ajustes e correções, cuja prioridade não está necessariamente na decisão, mas no tempo destinado a explorar as opções possíveis antes de decidir (CALLON *et. al*, 2009).

Para muitas/os estudiosas/os sobre o assunto, baseados no Princípio da Precaução, a falta de informações precisas quanto aos possíveis impactos das biotecnologias impõe a necessidade de mais estudos e pesquisas sobre os riscos e incertezas antes de sua liberação.

De acordo com o Princípio de Precaução, as salvaguardas adequadas requerem a adoção de medidas de precaução pelos cientistas, instituições científicas e autoridades públicas responsáveis pela pesquisa, desenvolvimento e implementação das inovações tecnocientíficas. Além disso, o princípio prescreve que essas medidas devem incorporar valores éticos tais como respeito aos direitos humanos, equidade dentro e entre gerações e sustentabilidade ambiental; devem

também levar em conta todos os tipos de riscos que surjam nos contextos humanos, socioeconômicos e ecológicos do uso atual das inovações, inclusive nas situações em que existem incertezas acerca da magnitude e probabilidade da ocorrência dos danos assumidos enquanto risco (LACEY, 2019, p. 245).

Apesar de os exemplos anteriores mostrarem a importância e necessidade em estabelecer procedimentos democráticos para resolução de controvérsias na agricultura, essa não é a realidade que predomina no Brasil. Os questionamentos sobre a legitimidade das decisões referentes aos agrotóxicos – tomadas pelo governo federal ou pelas instâncias responsáveis – levam outros atores (como órgãos do sistema judiciário) a entrarem em cena. Um fato recente que pode exemplificar esse envolvimento ocorreu em novembro de 2019, quando a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Fortaleza suspendeu, por meio de uma liminar, a liberação de 63 novos agrotóxicos no país. O juiz alegou que os produtos liberados para comercialização pelo Executivo são considerados altamente tóxicos e perigosos ao meio ambiente, o que “malferre os princípios constitucionais do poder de assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para gerações presentes e futuras”.⁶⁵ Poucos dias depois, um desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), em Recife (PE), suspendeu a liminar da 1ª Vara Federal, afirmando que os atos de órgãos públicos, como o do Ministério da Agricultura, estão dentro da legalidade, sendo certo que “a adoção pelo poder executivo de política pública relacionada a um tema tão sensível (liberação de agrotóxicos) foi resultado de trabalho e de estudos realizados por diversos órgãos e entidades governamentais competentes para este fim”.⁶⁶

A criação do Fórum Nacional e de Fóruns Estaduais de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, que conta geralmente com a coordenação do Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, é outra iniciativa que mostra o envolvimento de diferentes órgãos nas discussões referentes a esta temática. Além dos representantes do Ministério Público, esses fóruns têm a participação de instituições da sociedade civil, órgãos de governo e representantes do setor acadêmico e científico “envolvidos no debate de questões

⁶⁵ Justiça suspende 63 agrotóxicos liberados pelo Ministério da Agricultura. **Congresso em Foco**. 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/justica-suspende-63-agrotoxicos-liberados-pelo-ministerio-da-agricultura/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

⁶⁶ PORTO, Gustavo. Justiça suspende liminar que proibia o uso de 63 agrotóxicos. **Estadão**. 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/11/28/justica-concede-liminar-contradecisao-que-suspendeu-uso-de-63-agrotoxicos.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

relacionadas aos impactos negativos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente”.⁶⁷

No que se refere ao Poder Legislativo, há em curso no País dois Projetos de Lei (PLs) antagônicos tramitando no Congresso Nacional com a intenção de alterar o marco legal que rege a regulação de agrotóxicos. De um lado, está o PL 6299/2002, também conhecido como Pacote do Veneno, articulado pela bancada ruralista, pelas empresas produtoras de agrotóxicos e pelos grandes produtores de *commodities* agrícolas. Esse PL propõe uma série de medidas para flexibilizar a regulamentação dos agrotóxicos e facilitar os processos de registro e comercialização dos produtos. Do outro lado, está o Projeto de Lei 6670/2016, elaborado por várias organizações da sociedade civil. Esse PL institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA) com o objetivo de aperfeiçoar a atual legislação na perspectiva do direito à saúde da população e ao meio ambiente equilibrado.⁶⁸

No campo da mobilização social, diversas ações foram e têm sido realizadas visando ampliar a participação da sociedade civil nos debates e no monitoramento sobre os impactos dos agrotóxicos e transgênicos, bem como na construção e difusão das propostas alternativas de sistemas alimentares. Para exemplificar, cito a seguir algumas iniciativas:

- No final da década de 1990, um conjunto de movimentos e organizações se mobilizou para debater e difundir o desconhecimento sobre os riscos envolvendo os transgênicos e a necessidade de se ter cautela antes da sua liberação. Um dos frutos desta aliança foi a Campanha Por um Brasil Ecológico, Livre de Transgênicos e Agrotóxicos⁶⁹, lançada em 1999, com a participação de organizações como o Instituto de Defesa dos Direitos do Consumidor (Idec), ActionAid Brasil, Ágora, AS-PTA, Centro Ecológico Ipê, Esplar, Fase, Ibase, Inesc, Idec, Greenpeace Brasil, Sinpaf, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (GUIVANT, 2005). Apesar da dificuldade em manter e constituir um fórum permanente de discussão nos anos que

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/forumnacionaldecombateaosimpactosdosagrototoxicos/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

⁶⁸ Informações sobre as propostas previstas nos Projetos de Lei que pretendem alterar a legislação de agrotóxicos no Brasil podem ser conferidas em: <<https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-RELATOR-RESIDUOS-TOXICOS-ONU---PORTUGUES-final.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

⁶⁹ O nome na época do lançamento era *Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos*.

se seguiram, a Campanha conseguiu continuar desenvolvendo algumas ações, principalmente devido ao empenho de uma das entidades. Entre as atividades realizadas, destacam-se o monitoramento da aplicação da Lei de Biossegurança, por meio do acompanhamento e análise das atividades da CTNBio; e a publicação de um boletim eletrônico com informações alertando sobre os riscos e incertezas dos OGMs e assuntos correlatos. Nas edições do boletim, a Campanha divulgava experiências de agricultura ecológica, apresentando-as como alternativas ao uso de transgênicos e agrotóxicos nas lavouras.⁷⁰

- Em abril de 2011, mais de 30 organizações nacionais lançaram a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, uma articulação de instituições da sociedade civil que busca, por um lado, sensibilizar a população e denunciar os riscos e efeitos dos agrotóxicos e do agronegócio e, por outro lado, anunciar a Agroecologia como modelo alternativo de produção de alimentos saudáveis. Além da participação de representantes da Campanha em ações públicas, o seu site funciona como uma “prateleira” de informações relacionadas ao tema “agrotóxico”, com notícias atualizadas e vários materiais de comunicação “para baixar”, como apresentações, artigos, cartilhas, cartazes, panfletos, livros e filmes.⁷¹
- Desde 2008 o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) mantém uma campanha contra propostas que reduzem a exigência da rotulagem de transgênicos. A legislação brasileira obriga as empresas a informarem no rótulo quando o produto produzido a partir de organismo geneticamente modificado for destinado ao consumo humano ou animal. Essa obrigação é considerada por muitos uma conquista social e algo fundamental para que o/a consumidor/a tenha direito à informação do que está consumindo. Mas existe uma constante pressão das empresas que comercializam produtos com ingredientes transgênicos para mudarem a legislação.⁷²

⁷⁰ A última notícia postada no site da *Campanha Por um Brasil Ecológico, Livre de Transgênicos e Agrotóxicos* é de 8 de março de 2017. Disponível em: <<http://aspta.org.br/campanha/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

⁷¹ Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

⁷² Disponível em: <<https://idec.org.br/campanha/apoie-continuacao-da-rotulagem-de-alimentos-transgenicos>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

- Presentes em todas as regiões do Brasil há várias décadas, são comuns as práticas de agricultoras/es familiares que conservam e reproduzem sementes tradicionais, também chamadas de crioulas, locais ou da paixão. De acordo com as/os agricultoras/es, técnicas/os e pesquisadoras/es inseridas/os nessas práticas, as sementes crioulas são melhores adaptadas ao clima, ecossistema e cultura alimentar da região do que as sementes transgênicas. Quando associadas ao desenvolvimento de experiências agroecológicas de produção de alimentos, as sementes tradicionais representam o direito das/os agricultoras/es ao livre uso e manejo da biodiversidade e autonomia em relação às empresas de comercialização de sementes. Como estratégia de conservação do patrimônio genético e enfrentamento de situações adversas (períodos de falta de chuva, por exemplo), em algumas comunidades, as/os agricultoras/es se organizam para criarem bancos e casas de sementes comunitárias e familiares, com regras solidárias de circulação (retirada e depósito) das sementes.

As informações apresentadas anteriormente são alguns exemplos, dentre vários outros, que demonstram como esferas e setores sociais bem variados estão inseridos nas discussões e decisões referentes à ciência e tecnologia. Atores que podem influenciar o rumo das políticas de C&T, mesmo diante da constatação de que, no neoliberalismo, são mínimas as chances de cidadãos rotulados como “leigos” ou aqueles que se colocam na contracorrente da “lógica do lucro” participarem dos espaços de governança. CASTELFRANCHI (2008) alerta, inclusive, para o risco de, no atual cenário capitalista, o discurso de democratização da ciência e engajamento e participação social serem apenas retórica, bandeiras discursivas da ciência e dos processos decisórios de tomada de decisão sobre biossegurança. Ampliar a participação e estabelecer fóruns mais dialógicos não resultaria, necessariamente, no surgimento de um novo paradigma de gestão da tecnociência. Principalmente, porque as decisões importantes continuam privilégio de elites políticas e financeiras com influências desproporcionais na produção e circulação do conhecimento. “Em suma, o discurso de uma nova *governance* parece menos uma mudança estrutural e fundamental e mais uma maneira de fortalecer a confiança pública e manter a ‘licença de operar’. Não parece corresponder a verdadeiros mecanismos de democracia de baixo para cima” (CASTELFRANCHI, 2008, p. 256).

Por outro lado, mesmo que não represente uma transformação dos processos de tomada de decisão, a nova retórica, os novos estudos, o alargamento do diálogo com o público e a criação de espaços participativos de discussão podem sinalizar algo importante (CASTELFRANCHI, 2008, p. 265). Exemplos mostram o quão relevante pode ser a construção coletiva do conhecimento, com o envolvimento de instituições científicas, governos e as várias “expressões” da sociedade civil, especialmente nas definições sobre a aplicação de biotecnologias.

Conforme argumenta Fernandes (2019, p. 51), compreender e tentar influenciar os sistemas de regulação dessas tecnologias são ações necessárias, e ainda são opções melhores do que se estivéssemos em uma situação desprovida de normas, regras e legislação. Mas qualquer avanço mais significativo no sentido de trazer para esses processos a perspectiva da soberania alimentar e da justiça social deve “passar pela discussão sobre os valores da prática científica que lhes sustenta e sobre suas alternativas”. Nesse sentido, seria preciso desconstruir a narrativa do modelo hegemônico que afirma que não há outros sistemas alimentares possíveis e que, assim sendo, a única opção possível seria aceitar os seus impactos.

2.1.1 Comunicação pública da ciência

Inseridos nessa dinâmica de produção do conhecimento, regulação da tecnociência e elaboração das políticas públicas, estão os processos relacionados à difusão e comunicação pública da ciência e tecnologia. A história da divulgação científica no Brasil acompanha as distintas fases da transformação da ciência no País e, dessa forma, vem se moldando a partir das finalidades e características específicas aos interesses e contextos das diferentes épocas e lugares.⁷³

A exemplo do que acontece nos sistemas de regulação e governança da tecnociência, uma característica que perdura ao longo das últimas décadas, e ainda predomina em atividades de divulgação científica, se refere ao lugar de destaque que as/os cientistas ocupam, assumindo um papel de educar, informar ou comunicar ao público “leigo”. Essa abordagem, denominada como “modelo de déficit”, pressupõe que a população tem um comportamento

⁷³ Para saber mais sobre a divulgação científica no Brasil, ver PORTO; BROTAS; BORTOLIERO, 2011.

sempre passivo à espera de um conhecimento redentor e descontextualizado (CALDAS, 2011; MASSARANI; MOREIRA, 2002). Nas atividades que se orientam por esse modelo de comunicação, “aspectos culturais importantes para qualquer processo divulgativo raramente são considerados, e as interfaces entre a ciência e a cultura são frequentemente ignoradas” (MASSARANI; MOREIRA, 2002, p. 63).

No entanto, outras iniciativas de comunicação científica, diferentemente do modelo de déficit, se baseiam em concepções que consideram que os enunciados não transitam em um sentido único e linear (cientista → público passivo), mas de forma dialógica ou bidirecional, numa rede de fluxos que nem sempre possui os cientistas como ponto de origem ou atores fundamentais (CALDAS, 2011; CASTELFRANCHI, 2008; MARANDINO; CONTIER; NAVAS, 2007). Para Marandino, Contier e Navas (2007), esses novos modelos de comunicação da ciência – entre eles o de “participação pública” –, assim como as discussões que acontecem no campo da educação em ciências, estão relacionados a mudanças estruturais da sociedade do século XX e na construção de paradigmas que buscam a democratização da ciência e da tecnologia. A educação científica, formal e não formal, os museus e centros de ciência, as instituições de pesquisa, os políticos, os próprios cientistas, começam a interrogar-se agora não sobre como melhor “transmitir”, “divulgar”, “popularizar”, “ensinar”, “disseminar” a ciência, mas, principalmente, sobre como “engajar” a população e favorecer a “participação” (CASTELFRANCHI, 2008, p. 259).

Outro campo que estuda a comunicação pública da ciência a partir de uma perspectiva analítica é o do movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Marandino, Contier e Navas (2007) argumentam que articular os processos participativos de comunicação pública da ciência com o enfoque CTS pode favorecer os trabalhos em mídias e espaços de educação que levem a debates sobre temáticas controversas e polêmicas relacionadas à ciência e tecnologia. Os modelos participativos de comunicação – ao envolver uma concepção de público ativo e crítico e buscar que o diálogo entre cientistas e não-cientistas se dê nas mesmas condições – podem se enriquecer com as discussões de CTS “que defendem, justamente, uma apresentação da ciência mais contextualizada, crítica e politizada e, com isso, contribuir para que os cidadãos lidem com os riscos e benefícios da ciência e da tecnologia” (MARANDINO, CONTIER E NAVAS, 2007, s/p). Nessa perspectiva, os próprios

métodos e espaços de governança da tecnociência que se baseiam na participação social poderiam ser entendidos como processos de comunicação pública da ciência.

De acordo com Caldas (2011), tendo em vista o interesse público e os riscos e implicações do conhecimento aplicado, a comunicação científica pode ser analisada também a partir da sua dimensão política e educacional. A ciência, segundo a autora, é uma atividade humana constituída em seu contexto histórico e social. Assim, as práticas de divulgação da ciência deveriam ser elaboradas com ênfase na análise de conteúdos e nos seus impactos junto à sociedade. Caldas (2011, p. 34) ressalta, no entanto, que embora possam ser percebidas melhorias nas iniciativas e concepções de comunicação pública da ciência, ainda “persistem problemas de descontextualização da produção científica”. Nesse sentido, é necessário construir junto à sociedade brasileira uma cultura científica cidadã que leve em consideração o papel estratégico da ciência e da tecnologia, assim como seus riscos e benefícios. Para Caldas (2011), a formação dessa cultura científica – que deve contar com o envolvimento de cientistas, jornalistas e da mídia – é fundamental para que “a sociedade brasileira, em suas diferentes representações sociais, possa participar ativamente da formulação e nas decisões da política científica” (CALDAS, 2011, p. 34). A autora argumenta ainda que para que isso aconteça

a melhor estratégia é a construção coletiva do conhecimento no processo de divulgação científica, em que jornalistas e pesquisadores de todas as áreas, inclusive de Comunicação, possam atuar em regime de parceria, considerando o interesse público (CALDAS, 2011, p. 34).

Deve-se destacar também a existência de estudos que analisam a comunicação da ciência a partir de uma abordagem cultural (DAVIES *et al.*, 2019). Essa concepção considera a importância em ver a comunicação da ciência como cultura (popular) e como processo de construção coletiva de narrativas, valores e significados. De acordo com Davies *et al.* (2019), o foco na cultura cria novas maneiras de analisar as práticas de comunicação científica, pois se afastam da polarização existente entre “modelos de déficit” versus “modelos dialógicos” e se concentram nas análises sobre a qualidade e o significado da comunicação. Esses aspectos favorecem ainda, segundo os autores, que a comunicação pública da ciência seja feita de forma conectada às variadas questões presentes nos contextos onde a comunicação é vivenciada.

Ressaltamos, contudo, que no âmbito da comunicação das controvérsias científicas, o que predomina é a dificuldade em garantir a produção e circulação equivalente dos diversos pontos de vista sobre temáticas que estão em disputa. Utilizando como exemplo o caso dos agrotóxicos e dos transgênicos, identifica-se diferentes abordagens e opiniões sobre a sua real necessidade e os impactos do seu uso. Mas, nesses casos, há uma correlação de forças desigual entre os atores sociais que têm interesse em divulgar e legitimar cada perspectiva e que, para isso, lançam mão de diferentes formas de comunicar.

Compreender como essas desigualdades de poder entre as diferentes percepções sobre agrotóxicos e OGMs foram construídas na nossa sociedade nos remete a um exercício de análise crítica sobre o papel da comunicação na consolidação do agronegócio como modelo hegemônico para a agricultura brasileira. Nesse sentido, apresentaremos a seguir alguns elementos sobre essa questão.

2.2 A estratégia de comunicação do agronegócio

A expansão do agronegócio a partir dos anos 2000 guarda, segundo Delgado (2013), semelhanças e diferenças em relação à estruturação econômica implementada na época da modernização conservadora da agricultura (meados da década de 60 até o ano 1985). Tanto na época dos militares como no arranjo econômico feito no período posterior, a articulação entre as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito público e a propriedade privada perseguiram o lucro e a renda fundiária. O que mudou foi o arranjo político. Diferentemente dos subsídios para a industrialização que predominaram no passado, a centralidade da nova estratégia foi a acumulação de capital pelo setor primário, diretamente vinculada ao crescimento mundial das *commodities*.

Para Delgado (2013), vários aparatos ideológicos e de Estado, ausentes na “modernização conservadora”, estiveram presentes nesse projeto de alargamento do agronegócio:

uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais; uma Associação de Agrobusiness, ativa para mover os aparatos de propaganda para ideologizar o agronegócio na percepção popular; um grupo de mídias – imprensa, rádio e TV nacionais e locais, sistematicamente identificado com formação ideológicas explícita do agronegócio; uma burocracia (Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR) ativa na expansão do

crédito público (produtivo e comercial), acrescido de uma ação específica para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES); uma operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (INCRA, IBAMA E FUNAI), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e de demarcação e identificação e da terra indígena; e uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico (DELGADO, 2013, s/p).

Destacamos um dos elementos citado acima que está relacionado com o tema abordado neste capítulo: *imprensa, rádio e TV nacionais e locais sistematicamente identificadas com formação ideológica explícita do agronegócio*. A comunicação tem um papel central na construção de uma sociedade democrática e na conquista e defesa de direitos. Por meio de um sistema de comunicação livre, plural e independente, é possível circular um maior número de informações qualificadas, confrontar pontos de vista e disputar modos de viver. Ao contribuir para a constituição desse ambiente público e democrático, a comunicação favorece também que a população se aproprie de assuntos estratégicos e defina coletivamente os rumos do país.

Mas, infelizmente, não é este o cenário que predomina no Brasil. Mesmo o artigo 220 da Constituição Federal determinando que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, constata-se que os veículos de maior audiência no Brasil pertencem a poucas empresas de comunicação (BANDEIRA, 2018). A concentração de propriedade e de audiência nas mãos de poucas famílias da elite socioeconômica brasileira influencia nos princípios democráticos da prática comunicacional, comprometendo a qualidade da informação divulgada.

Nestes meios, a participação ativa da sociedade civil é praticamente inexistente e o tratamento dado aos fatos e aos debates é, na maioria das vezes, tendencioso ou omissivo, uma vez que boa parte das empresas se orienta por interesses políticos, econômicos ou religiosos. A concentração dos meios dá a essas empresas de comunicação um poder desproporcional na formação da opinião pública, já que a mídia comercial ainda é um importante meio de informação, entretenimento e difusão da cultura, com forte influência sobre o cotidiano das pessoas.

Uma pesquisa realizada em 2016 pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal⁷⁴ mostrou que 63% das pessoas entrevistadas têm a televisão como o principal meio de comunicação para se informarem sobre o que acontece no Brasil. A internet apareceu em segundo lugar, com 26%. A pesquisa perguntava ainda qual era o segundo meio mais utilizado pelas pessoas. Ao somar as duas opções, a televisão foi citada por 89% das pessoas como canal de informação mais utilizado, e a internet foi mencionada por 49% das/os entrevistadas/os.

O Grupo AUÊ!/UFMG realizou em 2018 pesquisa⁷⁵ semelhante à do Governo Federal que também apontou a televisão como o principal meio de informação de 53% das pessoas entrevistadas. A internet ficou em segundo lugar, com 24% da preferência. A soma das duas menções, nesse caso, teve a TV citada por 68% das pessoas e, a internet, 47%.

Em 1967, Guy Debord publicou sua teoria na qual argumentava que vivemos em uma sociedade do espetáculo na qual a passividade e a aceitação dos valores e da ideologia capitalista ganham amplitude com os meios de comunicação de massa, considerados por Debord sua “manifestação superficial mais esmagadora” (DEBORD, 2003, p. 15). O autor chama a atenção para a invasão provocada por esses veículos de comunicação na vida social, que ainda se beneficiam de uma falsa neutralidade para mediar o contato entre as pessoas e criar um sentimento ilusório de satisfação das necessidades sociais.

Para Debord (2003), logo no início da expansão das condições modernas de produção, o domínio da economia sobre as relações sociais implicou na busca pela acumulação de produtos para realização pessoal, gerando uma “evidente degradação do *ser em ter*”. A fase atual da vida social, orientada ainda pela acumulação de conquistas econômicas, levou a uma busca constante pelo *ter* e também pelo *parecer*. Assim, a vida nas sociedades onde impera o sistema de produção capitalista se configura como uma “imensa acumulação de espetáculos”, sendo que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação

⁷⁴ A “Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016” ouviu, no primeiro semestre de 2016, 15.050 pessoas com mais de 16 anos de todo o país, com o objetivo de conhecer os hábitos de consumo de mídia da população brasileira. Disponível em: <<http://secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>>. Acesso em: 13 out. 2019.

⁷⁵ O Grupo AUÊ!/UFMG entrevistou, no primeiro semestre de 2018, 34 agricultoras/es da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, p. 8-9). Tornamos-nos aquilo que (a)parecemos, e nos relacionamos com as imagens dos outros. Neste cenário, a única mensagem emitida pelo espetáculo é: “o que aparece é bom, o que é bom aparece” (DEBORD, 2003, p. 12). Diante desta imensidão de imagens, a atitude que se espera por princípio é uma aceitação passiva do espectador. E essa passividade é logo alcançada no espetáculo, uma vez que ele é o contrário do diálogo e detém o monopólio da aparência. As imagens, na sociedade do espetáculo, seriam, assim, o mundo real.

Ao analisar a relação do agronegócio com os meios de comunicação, não é difícil perceber a construção de uma imagem espetacularizada do setor. O agronegócio é quase sempre divulgado por meio das imagens das grandes plantações em monocultura, dos parques industriais para beneficiamento dos alimentos, das gigantescas máquinas e sistemas de irrigação, bem como das megafeiras e *shows* que se repetem e se articulam. Com essa divulgação, busca-se criar um imaginário de “aceitação do agronegócio como um modelo de sucesso, necessário ao país, que contempla os povos do campo e a população urbana, sendo capaz, supostamente, e ao mesmo tempo, de preservar e modernizar as tradições” (CHÃ, 2018, p. 179).

Uma ação da mídia comercial que demonstra a identificação ideológica das empresas de comunicação de massa com o agronegócio brasileiro é a campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo como uma grande operação midiática de valorização da imagem do setor. Além das campanhas, há diversas ações promovidas por instituições do agronegócio que buscam construir um consenso sobre o setor, como: publicidade na TV, em veículos impressos e na internet; marketing cultural; patrocínio de projetos sociais nas comunidades; alinhamento do discurso do agronegócio na mídia e na ficção (como as novelas); apoio a programas de educação em todos os níveis (desde o básico até ao ensino tecnológico, de graduação e pós-graduação); entre outras iniciativas (CHÃ, 2018).

Para Chã (2018, p.180), esse conjunto de ações que, a princípio, podem parecer singulares e desvinculadas, se configura como uma estratégia bem planejada de atuação do agronegócio no campo da cultura, “forjada desde a década de 1960, e fortalecida a partir dos anos 1990/2000, para reposicionar a imagem do setor perante a sociedade e ocultar suas

contradições, consolidando a hegemonia do setor nas dimensões econômica, política e ideológica”.

As disputas de valores e ideologias se expressam também no campo dos conceitos. A nomenclatura “agrotóxico”, por exemplo, mesmo prevista na legislação brasileira, não é utilizada pelas empresas representantes do agronegócio que preferem adotar termos como “pesticida”, “produto fitossinatário” e, principalmente, “defensivo agrícola”. Há, inclusive, pressões do setor para mudar a nomenclatura na legislação de “agrotóxico” para “pesticida”, sendo essa uma das propostas do Projeto de Lei 6299/2002. Para aqueles que defendem a manutenção do termo agrotóxico, essa tentativa de mudança seria um exercício de retórica com o intuito de enganar a população e aumentar a aceitação dos produtos.

Como se não bastasse difundir os valores e princípios predatórios que conformam o modelo industrial agrícola, o agronegócio se apropria da linguagem e das pautas de reivindicação dos movimentos populares e hoje incorpora em seus discursos soluções previstas na reforma agrária e na agroecologia, como cumprir a função social da propriedade, não deixar a terra ociosa, cultivar alimentos, cuidar do meio ambiente, promover cultura e inclusão social (CHÃ, 2018).

Até o uso das mesmas palavras ou expressões, como “agricultura sustentável” e “agroecologia”, podem ser encontradas em materiais de comunicação de organizações relacionadas ao modelo difundido pelo agronegócio. Não queremos aqui defender a exclusividade do uso de determinados termos. A nossa intenção é demonstrar que tais palavras ou expressões – dependendo do contexto ou de quem as utiliza – podem significar propostas opostas e que essas situações implicam em desafios extras para as iniciativas de comunicação que buscam demarcar as diferenças entre a agroecologia e a agricultura industrial.

Outro exemplo que ilustra bem o olhar estratégico do setor do agronegócio para a comunicação é a recente criação da CropLife Brasil. O site da instituição diz que ela é uma “associação sem fins lucrativos e sem nenhuma conotação político-partidária ou ideológica”, fundada em 2019 com a “missão de fomentar a inovação e o uso das mais modernas tecnologias nas lavouras brasileiras, apoiar iniciativas de educação e treinamento no campo,

além de estreitar o diálogo com a sociedade”. A instituição agrega, em uma única plataforma, entidades representativas do setor, como a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), e a Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (AgroBio). A CropLife conta ainda com mais de 30 empresas associadas, entre elas, grandes corporações transnacionais, como a Basf, a Bayer e a Syngenta.⁷⁶

Em matéria publicada no *site* do Globo Rural⁷⁷ sobre o evento de lançamento da CropLife Brasil, o presidente-executivo, Christian Lohbauer, disse que “durante muitos anos a indústria de insumos ficou ocupada com a produção, enquanto tinha gente falando mal da gente e espalhando mitos e preconceitos”. O executivo justificou a criação da associação avaliando que o setor está perdendo a guerra da comunicação e que é hora de reverterem essa situação. O evento contou ainda com a presença dos ministros Ricardo Salles, do Meio Ambiente, e Tereza Cristina, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A ministra Tereza Cristina, que já foi presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - a estrutura mais organizada da bancada ruralista no Congresso -, reforçou as palavras do Lohbauer ao afirmar, durante o evento, que “existe uma desinformação cínica e proposital por parte de uns e ignorância por parte de outros”.

Apesar de o executivo da CropLife Brasil e da ministra Tereza Cristina insistirem nos argumentos de que estão perdendo a “guerra da comunicação”, o que os estudos de Chã (2018) e Delgado (2013) nos apontam é exatamente o contrário. Ou seja, o poder político-econômico e o alinhamento com a mídia comercial, entre outros fatores, deram ao agronegócio condições favoráveis desiguais na comunicação com a sociedade. A desinformação, nesse caso, seria dizer que as narrativas críticas sobre o agronegócio são mitos e preconceitos.

⁷⁶ Disponível em: <<https://croplifebrasil.org>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

⁷⁷ BLECHER, Bruno. Agro lança entidade para vencer a “guerra da comunicação”. **Globo Rural**. 31 out. 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2019/10/agro-lanca-entidade-para-vencer-guerra-da-comunicacao.html>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

2.3 A comunicação como direito

Mas por que as pessoas acreditam na desinformação? O Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social se fez esta pergunta e procurou respondê-la ao publicar, em 2019, o livro “Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das *fake news*”. A popularização do que tem sido chamado de *fake news* (notícias falsas) nos últimos anos mobilizou setores da sociedade brasileira e de outros países do mundo a entenderem esse fenômeno. Para o Intervezes (2019), analisar essa questão sob a perspectiva da desinformação é central para entender que o problema é bem mais complexo do que simplesmente dizer se determinado conteúdo é verdadeiro ou falso.

A expressão *fake news* ganhou notoriedade em 2016 quando foi usada por Donald Trump durante a campanha pela presidência dos Estados Unidos. Para ganhar a eleição, Trump produziu uma enxurrada de desinformação que desqualificava seus adversários e favorecia sua candidatura; após eleito, o presidente dos EUA ataca rotineiramente a imprensa para abafar as críticas contra o seu governo. O mesmo fenômeno se repetiu em outros contextos, como nos referendos sobre o Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e no acordo de paz na Colômbia, ambas em 2016, e na campanha eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro presidente do Brasil, em 2018 (INTERVOZES, 2019; CUNHA, 2018).

De acordo com CUNHA (2018, p. 29), a situação é mais grave no Brasil, pois se em países da Europa e nos EUA há uma imprensa com histórico de independência e pluralismo, por aqui há grande concentração dos meios de comunicação e uma mídia que possui “alinhamento automático com a defesa dos valores do mercado e dos interesses das classes dominantes”. A possibilidade de um novo cenário de comunicação criado pela internet, já que os custos para manter um veículo ficaram bem menores, deixou os meios tradicionais brasileiros preocupados em perder influência política e receitas com publicidade (CUNHA, 2018). Foi nesse contexto que floresceram as primeiras críticas da mídia comercial às *fakes news*, que para não perder seu caráter de oligopólio, direcionou os debates num sentido de deslegitimar as iniciativas de comunicação populares e independentes e culpabilizá-las pela desinformação.

Para retirar de cena a competição – seja ela comercial, ideológica ou cultural no sentido mais amplo – tudo que não seguia o cardápio da imprensa tradicional foi jogado na vala comum das notícias falsas ou de nível inferior de elaboração. O argumento falacioso se baseava na capacidade presumida dos veículos convencionais em manter salvaguardas técnicas do material produzido (CUNHA, 2018, p. 30).

Se a preocupação com o “negócio” comunicação orientou o primeiro momento das notícias falsas no Brasil, CUNHA (2018) argumenta que o segundo estágio aconteceu quando se acirrou a disputa de narrativas. Nesse momento, a imprensa hegemônica brasileira, seguindo seu histórico de submissão e de instrumento dos sistemas capitalista e colonizador, assumiu a notícia como ideologia e intensificou a defesa política da economia de mercado e dos valores conservadores. A cobertura recente de temas como as reformas trabalhista e da previdência, privatização e propriedade da terra, direitos humanos, segurança e justiça social mostrou como a imprensa exibiu uma visão simplista dos temas; e como o jornalismo da mídia comercial, “em vez de informar e propiciar o debate, passou a subsidiar projetos” (CUNHA, 2018, p. 31).

Este modo de operar da mídia favorece, entre outros aspectos, a extrema polarização da sociedade, a anulação do debate público civilizado e a naturalização de comportamentos violentos, sejam eles físicos ou digitais. Essas situações ficam ainda mais explícitas em momentos de crise ou períodos de eleições, como vimos nas campanhas à presidência nos Estados Unidos e, mais recentemente, no Brasil (CUNHA, 2018).

Apesar de não ser um fenômeno restrito aos tempos atuais e às redes sociais digitais, o cenário da desinformação ganhou em complexidade com as novas tecnologias e a internet. Os textos, vídeos e áudios com conteúdos destinados à desinformação circularam principalmente por aplicativos de troca de mensagens, como o WhatsApp, e por plataformas das redes sociais como o Twitter e o Facebook (INTERVOZES, 2019).

A mentira ou a distorção não começou com a Internet. São conhecidos muitos casos de emissoras de TV que desvirtuaram ou ocultaram fatos para favorecer seus interesses. Também a espetacularização dos debates públicos já predominava na mídia tradicional, destacando os efeitos em detrimento dos conteúdos. A novidade do que ocorre a partir das novas tecnologias pode estar na escala (a velocidade de propagação quase imediata combinada com alcance global, popularizada como “viralização”) e no direcionamento segmentado das mensagens associado à coleta de dados pessoais dos(as) usuários(as) de Internet, o que torna o problema mais complexo de se enfrentar (INTERVOZES, 2019, p. 6).

No caso da internet, repete-se a estratégia já conhecida de oligopolizarem mercados. “Google e Facebook, por exemplo, abocanharam 61% da publicidade online de todo o mundo em 2017, segundo o grupo de análise estatística Statista” (INTERVOZES, 2019, p. 17). E como se não bastasse a estrutura concentrada de propriedade e o controle da comunicação, o modelo de negócio dos grandes conglomerados do mundo digital, como Google, Facebook, Apple, Amazon, entre outras empresas, inclui a coleta, o tratamento e a venda de “dados pessoais dos usuários em estratégias de propaganda direcionada a públicos segmentados de acordo com critérios privados, mas que, sabemos, são baseados nas informações obtidas a partir da vigilância e análise do que fazemos na Internet” (INTERVOZES, 2019, p. 17).

Diante das diferentes formas de concentração de poder no campo da comunicação, tanto midiática quanto digital, e dos seus impactos na sociedade, alguns movimentos populares e organizações da sociedade civil, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), se articularam para por em prática estratégias e ações que busquem efetivar o **direito à comunicação** no Brasil. A intenção é, entre outras propostas, ampliar o debate público sobre as diversas temáticas relacionadas à comunicação, como a distribuição de concessão para emissoras de rádio e TV; o acesso e uso da internet; o combate às *fake news* (notícias falsas), à desinformação e à invasão de privacidade; os efeitos da alta concentração de audiência e de propriedades da mídia comercial; a segurança da informação no ambiente digital; a falta de medidas eficazes de controle e de regulamentação da Constituição Federal no que diz respeito ao sistema de mídia no Brasil (TAVARES, 2018; VILELA, 2018).

O movimento pelo direito à comunicação reforça a compreensão de que o nosso direito não se restringe a escolher o que queremos conhecer, ver e ouvir. Todas as pessoas têm o direito de falar, de transmitir informações e ideias, de se expressar e decidir o que quer mostrar.

Direito à comunicação não diz respeito apenas ao direito básico do cidadão em ter acesso à informação livre e abundante ao conhecimento produzido pela humanidade. Isso é essencial nas sociedades democráticas. Nem se cogita a possibilidade de restrições à liberdade de informação e de expressão. Porém, direito à comunicação na sociedade contemporânea requer a negação da concentração da mídia nas mãos de grandes grupos econômicos e políticos; pressupõe o direito a mensagens fidedignas e livres de preconceitos; e inclui o

direito ao acesso ao poder de comunicar. Ou seja, pressupõe que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação – rádio, televisão, internet, jornal, alto-falantes etc. – enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado. Nessas condições o cidadão se torna sujeito, assume um papel ativo no processo de comunicação (PERUZZO, 2007, p. 26-27).

2.3.1 Comunicação popular

Como a possibilidade de influência dos setores populares da sociedade na mudança dos rumos da mídia comercial é praticamente inexistente, coube aos movimentos sociais lançarem mão dos seus próprios meios de comunicação. Principalmente a partir da década de 1980, cresceu no Brasil o número de práticas comunicacionais utilizadas por diversas instituições da sociedade civil e movimentos populares engajados em processos de mobilização e reivindicação por direitos e justiça social. São instrumentos ligados à luta do povo que se caracterizam como uma das formas de exercer o direito à comunicação. Essas iniciativas, de modo geral, têm sido compreendidas pelo termo **comunicação popular** e são meios de manifestação política, artística e cultural, desenvolvidos com a finalidade de informar, mobilizar, denunciar, fomentar debates, formar, construir novos conhecimentos e confrontar pontos de vista (TAVARES, 2018; PERUZZO, 2009). Segundo a definição de Peruzzo (2009), a comunicação popular seria

expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2009, p. 49-50).

Outros termos também são encontrados no Brasil para conceituar as ferramentas e formas de expressão popular: comunicação comunitária, alternativa, participativa, horizontal, independente, dialógica, livre e radical. Apesar de esses conceitos poderem apresentar algumas especificidades, de modo geral, possuem um mesmo sentido político. Ou seja, são iniciativas de comunicação desenvolvidas no contexto de mobilização e participação política em lutas contra desigualdades e injustiças sociais (PERUZZO 2009).

Peruzzo (2009) alerta para o uso da expressão comunicação comunitária que, desde o final do século passado, passou a ser usada em um sentido menos politizado. Mesmo que esse conceito incorpore aspectos da comunicação popular em sua fase original, às vezes, ele se distancia do contexto dos movimentos sociais e assume outras aparências. A grande mídia, por exemplo, passou a adotar o termo “comunitário” para nomear algumas de suas produções. “Percebe-se, dessa forma, que o termo é de uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si” (PERUZZO 2009, p.47).

Muitos dos instrumentos de comunicação popular surgiram da necessidade das organizações em comunicar com suas bases e militantes. Mas também deve-se ressaltar as diversas iniciativas que há vários anos são resistências à imprensa comercial e buscam fazer a disputa de ideias na sociedade, como as imprensas sindical, anarquista, socialista, comunista e alternativa (TAVARES, 2018). Os veículos de jornalismo popular são ferramentas estratégicas para a construção de uma visão de mundo contrária àquela imposta pela imprensa comercial. No jornalismo popular, as informações e debates de interesse público e coletivo se mantêm como foco mesmo quando a abordagem parte de histórias de vida de pessoas.

Em um estudo sobre os conceitos e práticas comunicativas de organizações comunitárias e movimentos populares brasileiros, Peruzzo (2017) mostra como os pressupostos da educação libertadora na obra de Paulo Freire ressoam nas manifestações da comunicação popular e nas práticas sociais com vistas à transformação da realidade e à realização dos interesses coletivos. A autora identifica alguns princípios freirianos presentes nos movimentos populares e, por consequência, incorporados nas práticas de comunicação realizadas por eles.

Destaco aqui o conceito trabalhado por Paulo Freire no livro “Extensão ou Comunicação?”, no qual ele diz que o que caracteriza a comunicação é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Nessa perspectiva, a comunicação acontece onde há sujeitos se interagindo de forma dialógica e horizontal, refletindo juntos sobre a realidade da qual fazem parte para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la (FREIRE, 1983).

(...) a comunicação popular incorporou o princípio do diálogo, ao se valer da comunicação interpessoal e grupal, ao instituir a horizontalidade, ao transformar receptores em emissores-receptores e ultrapassar a ideia de que existe comunicação apenas quando ela se dá por intermédio de artefatos tecnológicos, ou de “meios” de comunicação (PERUZZO, 2017 s/p)

Essa percepção sobre o que é comunicação reforça a compreensão de que uma pessoa não precisa ter formação na área para ser comunicador/a e que a comunicação não se restringe à produção de instrumentos. Ou seja, temos que ter a convicção de que todas/os somos comunicadoras/es e de que a comunicação é todo o processo do qual, muitas vezes, as ferramentas são apenas uma parte. Em sua pesquisa, Peruzzo (2017) aponta ainda os diferentes aspectos da comunicação que se estabelece na realidade cotidiana das pessoas em seus territórios. O que se percebe, nesses casos, é

(...) uma comunicação entre pessoas do próprio lugar, uma comunicação humana dialógica, segundo a concepção de Freire, mas vai mais além ao se concretizar no relacionamento também entre estas pessoas e suas organizações representativas e congêneres, com o poder público e na sociedade. Ela se realiza basicamente pela expressão oral, a comunicação face a face, e na coordenação de ações. Mas, o diálogo com a sociedade se amplia, pois, é crescente a apropriação de tecnologias (jornal, rádio, vídeo, internet) para ressoar o alcance das vozes de segmentos subalternos do povo para falar de seus problemas, de suas demandas e conquistas, com o objetivo de repercutir informações e a concepção de mundo providas de outras fontes – das bases da sociedade – e assim sensibilizar, promover o debate e a deixar sementes para nova hegemonia (PERUZZO, 2017).

Todavia, percebemos que apesar da sua relevância, o tema da comunicação não tem centralidade e apropriação coletiva no conjunto das organizações populares no Brasil, a exemplo do que acontece com outros assuntos, como reforma agrária, direito à cidade, importância do Sistema Único de Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional, entre outros. Assim, ainda há um longo caminho a percorrer para que pautas como a democratização dos meios e o direito à comunicação ganhem força social e sejam de fato compreendidas e inseridas na agenda de luta dos movimentos sociais.

Segundo TAVARES (2018, p. 24), é preciso pensar estrategicamente e encontrar diferentes formas para enfrentar a batalha da comunicação: *1) denunciar o caráter de classe da imprensa comercial, desvelar suas contradições e violências, compreender sua ligação com o poder e não dar palco para seus produtos; 2) seguir na luta insistente por mudanças no marco regulatório que permitam uma maior democratização da voz pública, incluir essas bandeiras nas pautas do projeto popular, compreender sua história e dificuldades, conhecer*

os atores envolvidos e promover articulações e força política em torno do tema; e 3) conhecer as ferramentas de comunicação contra-hegemônicas já existentes, preocupar-se com seu desenvolvimento e fortalecimento, envolver-se na superação dos seus desafios, difundi-las e reconhecê-las.

É importante também que mais pessoas se entendam como comunicadoras e se apropriem da relevância em refletir e qualificar suas práticas comunicativas. Nesse sentido, deve-se ressaltar o potencial transformador dos processos de formação em comunicação, principalmente quando são pensados como espaços de troca e desenvolvidos de forma colaborativa. Os diferentes saberes e olhares favorecem a aprendizagem coletiva e o surgimento de novas ferramentas e linguagens, frutos das conexões entre comunicação, cultura e educação.

Os processos educativos em comunicação popular também podem gerar debates e reflexões que podem contribuir não apenas na capacitação técnica para uso das ferramentas, mas também na formação política. Para aprimorar a comunicação que é feita com as/os ativistas que compartilham dos mesmos valores, bem como para ampliar as disputas de narrativas com quem está fora da “bolha” de um determinado grupo, é preciso que mais pessoas, organizações e movimentos discutam e gerem conhecimentos relacionados à comunicação popular e à sua centralidade na luta por justiça social no Brasil.

CAPÍTULO 3 – POR QUE INTERESSA AO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO DISCUTIR COMUNICAÇÃO?

Nos dois capítulos anteriores apresentamos os resultados do nosso movimento de buscar compreender os contextos relacionados à construção dos sistemas alimentares no Brasil, bem como as diferentes concepções referentes à governança de biotecnologias utilizadas na agricultura. Trouxemos também alguns elementos que mostram o papel da comunicação nesses processos e a importância em analisar criticamente as práticas comunicativas em uma perspectiva de defesa do direito à comunicação.

A diversidade de abordagens possíveis mostra a complexidade e o desafio em desenvolver pesquisas em comunicação. Conforme aponta Peruzzo (2018), os estudos nessa área podem enfocar os meios de informação (rádio, jornal, televisão, cinema); os ambientes comunicacionais na internet (cibercultura, dispositivos tecnológicos, interatividade, mídias e redes sociais online); a comunicação organizacional e as relações públicas; a publicidade; a comunicação interpessoal e grupal; a comunicação pública; a comunicação popular, comunitária e alternativa; entre outros meios e formas comunicativas. Percebe-se também uma ênfase nos estudos em Jornalismo e, mais recentemente, sobre a cibercultura, relacionados principalmente à internet e à preocupação com a mediação tecnológica nos fenômenos comunicacionais e culturais. A autora cita ainda algumas pesquisas de comunicação que, sob a influência da perspectiva teórica dos estudos culturais, abordam as identidades culturais, os imaginários e as representações narrativas nas ou a partir das mídias (PERUZZO, 2018).

Consideramos que nossa pesquisa está inserida no campo dos estudos sobre comunicação popular e, como mostramos anteriormente, possui também conexão com os estudos sobre divulgação científica, mais especificamente com as abordagens críticas da comunicação pública da ciência e da tecnologia. A partir de agora, tentaremos evidenciar a evolução das ações e debates relacionados a comunicação agroecológica. Por ser este o tema central do nosso produto para o Promestre, detalharemos também nesta parte como se deu o processo que orientou a elaboração do conteúdo do livro *Propostas para comunicação agroecológica*.

Inicialmente, havíamos pensado em produzir um material que trouxesse informações sobre as diferentes concepções de sistemas alimentares em disputa em nossa sociedade, além de dados atualizados sobre o uso de agrotóxicos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A intenção era aproveitar a nossa inserção profissional em equipes de pesquisa e trabalhos coletivos para desenvolver, pelo mestrado, um produto de comunicação que estivesse diretamente relacionado a tais trabalhos. Mas o desenrolar das pesquisas no âmbito do Promestre mudou um pouco nosso caminho.

Os estudos realizados no primeiro ano do mestrado nos levaram a uma riqueza de informações sobre a comunicação agroecológica que reorientou nosso projeto. A proposta inicial (produzir material de comunicação sobre os impactos dos agrotóxicos e os sistemas alimentares) pode ser viabilizada no contexto dos projetos nos quais estávamos inseridos e, paralelamente, seguimos os estudos sobre comunicação agroecológica para elaborar outro produto. Ademais, identificamos um vasto repertório de instrumentos de comunicação referentes aos agrotóxicos, sendo que muitos deles podem ser encontrados no sítio eletrônico da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.⁷⁸

Dentre a diversidade de instrumentos possíveis para contribuir com o movimento agroecológico, optamos por construir um livro a partir da identificação e sistematização de características e abordagens que orientam as iniciativas de comunicação diretamente relacionadas à agroecologia. A nossa intenção foi, com isso, definir um conjunto de ideias ou diretrizes que possa qualificar as estratégias e práticas de comunicação que têm como referência os princípios da agroecologia. Além das diretrizes para a comunicação agroecológica, pensamos que a publicação poderia trazer também um pequeno inventário de iniciativas no intuito de incentivar novos processos de comunicação e apresentar exemplos que mostram como as diretrizes se manifestam na prática.

No nosso entendimento, qualquer aspecto referente à consolidação da agroecologia em um território traz seus próprios desafios. Por isso, ressaltamos que para acionar o potencial transformador da comunicação é necessário um olhar atento e específico sobre essa temática. As diretrizes apresentadas com certeza não são as únicas, não são exclusivas da

⁷⁸ Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/para-baixar/>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

comunicação agroecológica e evoluirão à medida que forem interpretadas e adaptadas. Todavia, desejamos que consigam, desde já, contribuir com os importantes processos de construção da agroecologia que estão em curso.

Compreendemos, assim, que o livro se destina tanto a quem já faz parte da realização de ações de consolidação da agroecologia (mas não tem se dedicado a discutir a comunicação), como a quem possui habilidade técnica e desenvolve ferramentas de comunicação (mas ainda está se iniciando no movimento agroecológico). É bem possível que para muitas/os comunicadoras/es que já estão inseridas/os em processos de promoção da agroecologia essas propostas não representem muita novidade. Esperamos que, nesses casos, nosso exercício sirva mais como inspiração para continuarem com as práticas que já realizam e, também, como um convite para seguirmos juntas/os na sistematização, reflexão e construção de conhecimentos relacionados à comunicação agroecológica.

Devido ao acesso crescente à internet e às mídias digitais, escolhemos um formato que facilita a leitura em aparelhos eletrônicos, como *smartphone* e computador. Além dos textos que elaboramos e das imagens das iniciativas de comunicação que identificamos na nossa pesquisa, utilizamos, para compor o conteúdo da publicação, fragmentos de painéis de facilitação gráfica⁷⁹ desenhados durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia. A facilitação gráfica é uma metodologia de organização e síntese visual de ideias, depoimentos e propostas, que tem sido utilizada por instituições do movimento agroecológico para registrar algumas atividades. Os desenhos e painéis elaborados proporcionam uma visão global de determinado assunto e são uma forma de potencializar o diálogo com a sociedade. A facilitação gráfica representa também uma “possibilidade de ampliar nossa capacidade de escuta das/os agricultoras/es e demais sujeitos e, a partir dessa interação, construir caminhos nos quais o diálogo entre diferentes saberes possa ser reconhecido e visibilizado” (ANA, 2020).

A definição do conteúdo do livro se deu à medida que a pesquisa foi sendo realizada e tem como referência os resultados e análises apresentados nesse trabalho. No que diz respeito à sua estrutura, decidimos por dividi-la em três partes: 1) uma breve reflexão sobre o **direito à**

⁷⁹ No anexo 05 é possível ver um painel de facilitação gráfica elaborado durante o IV ENA.

comunicação e por que interessa à sociedade e ao movimento agroecológico discutir e dar centralidade à temática; 2) sete **diretrizes** que podem servir para inspirar e orientar a realização das práticas de comunicação relacionadas à agroecologia; e 3) algumas **iniciativas** que nos mostram como é possível construir novos paradigmas para uma comunicação e sistemas alimentares mais justos e democráticos.

Processo de construção do produto do Promestre

O caminho metodológico percorrido buscou convergir as pesquisas bibliográfica e documental com os aprendizados pessoais adquiridos a partir da nossa participação em projetos e processos coletivos de formação, reflexão, planejamento e desenvolvimento de iniciativas de comunicação popular e agroecologia. Nesse sentido, identificamos documentos e publicações produzidas no âmbito do movimento agroecológico, principalmente aqueles que tratam de temáticas relacionadas à comunicação, para serem nossas fontes de pesquisa.

Destacamos aqui alguns documentos pesquisados: o relatório da oficina de comunicação realizada pela ANA na cidade de Salvador, em março de 2017; o relatório da oficina de comunicação preparatória para o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), que aconteceu em Belo Horizonte, em julho de 2017; o termo de referência e o relatório do seminário temático Comunicação e Cultura Populares: Territórios Simbólicos da Agroecologia, ocorrido durante o IV ENA, em junho de 2018; e a Carta Política do IV ENA. Além dos documentos da ANA, outro arquivo acessado que contribuiu para definição do conteúdo desse livro foi o documento *Estratégia de Comunicação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)*.⁸⁰

Com o objetivo de orientar nossa pesquisa nos diferentes materiais, buscamos por informações que tentavam definir ou caracterizar a comunicação realizada no contexto do

⁸⁰ A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1986, que atua na construção da agroecologia no campo e na cidade. A REDE tem por objetivo colaborar com o fortalecimento das iniciativas agroecológicas, principalmente nas dimensões da produção, da construção social de mercados e da organização popular. Sua ação acontece junto às agricultoras/es familiares e urbanas/os da região metropolitana de Belo Horizonte e do Leste de Minas Gerais.

movimento agroecológico, assim como por diretrizes ou orientações para as práticas comunicativas.

Encontramos em alguns dos documentos pesquisados registros de dinâmicas em grupos – realizadas durante reuniões e oficinas – para levantamento coletivo de princípios, orientações ou objetivos para as práticas de comunicação agroecológica. Percebemos que as informações registradas serviram bem para o propósito da atividade na qual elas foram coletadas. Contudo, não seguiam uma mesma estrutura e eram apresentadas geralmente na estrutura de tópicos de listas, sem muita preocupação em diferenciar objetivos, princípios, valores, ideias, diretrizes, características. Fizemos, portanto, um exercício em agrupar as informações encontradas nos diferentes documentos, levando em consideração as semelhanças entre seus conteúdos. Identificamos nesse exercício três grupos de informações que categorizamos como princípios, diretrizes e objetivos.⁸¹

É um procedimento frequente nas atividades agroecológicas – como encontros, seminários e oficinas – incluir na metodologia a apresentação de experiências para servirem de “ponto de partida” e enriquecerem os debates e reflexões das/os participantes. Nessa perspectiva, além das três categorias citadas anteriormente (princípios, objetivos e diretrizes), o estudo nos possibilitou a elaboração de um pequeno inventário com exemplos de comunicação agroecológica. Muitas das iniciativas que compõem o inventário foram coletadas nos documentos pesquisados, e outras foram identificadas nos eventos de agroecologia que participamos nos últimos anos.

Por fim, destacamos que as pesquisas bibliográfica e documental também nos permitiram perceber alguns aspectos históricos da comunicação agroecológica que, conforme observamos, é moldada no espectro da comunicação popular e segue entrelaçada com a trajetória do próprio movimento agroecológico. E é por essa história da comunicação agroecológica que começaremos a apresentar os principais resultados da nossa pesquisa.

⁸¹ Para nomear essas categorias, adotamos como referência definições encontradas no dicionário Michaelis: 1) Princípio – causa primeira de alguma coisa a qual contém e faz compreender suas propriedades essenciais ou características; conjunto de proposições fundamentais e diretivas que servem de base e das quais todo desenvolvimento posterior deve ser subordinado. 2) Diretriz – conjunto de instruções; linhas gerais que orientam um projeto. 3) Objetivo – resultado ou meta que se quer atingir numa ação; alvo, fim, finalidade, objeto, propósito.

3.1 Trajetória e objetivos da comunicação agroecológica

O movimento agroecológico cresce nas circunstâncias da redemocratização do Brasil após a Ditadura Militar (1964 a 1985), sob forte influência das dinâmicas e atitudes críticas de parte da sociedade brasileira empenhada no estabelecimento da democracia e da cidadania no campo e na cidade. A práxis das organizações que constroem a agroecologia incorpora, desde sua origem, princípios emancipadores próprios dos movimentos populares e de setores da igreja católica alinhados com a Teologia da Libertação, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A trajetória de muitas lideranças do movimento agroecológico aponta, inclusive, uma passagem pelas CEBs ou por outros processos e movimentos relacionados à reivindicação de direitos. É nesse contexto que se dá a comunicação popular e, por consequência, a gestação da comunicação popular no movimento agroecológico.

Constata-se, assim, que a evolução da comunicação agroecológica nos últimos 35 anos passa pelas discussões e práticas sobre comunicação popular, de modo geral, e também pelas conquistas e desafios enfrentados para consolidação da agroecologia no Brasil. “Antes do início do período de redemocratização do Brasil, era bastante desafiador produzir comunicação. A partir dos anos 2000, o lugar da comunicação parece ganhar maior destaque na história do movimento agroecológico” (ANA, 2017, p. 31).

O crescimento da comunicação no movimento está relacionado à percepção da sua importância para a promoção e fortalecimento da agroecologia, principalmente a partir dos aprendizados com as práticas comunicacionais associadas a processos educativos nas comunidades. Na última década, amplia nas instituições agroecológicas o entendimento de que a comunicação não se restringe à produção de materiais.

As manifestações de rua, as feiras, as caravanas agroecológicas despontam como práticas e estratégias de comunicação e mobilização social que contribuem para ampliar as bandeiras da agroecologia para diferentes públicos: seja das zonas urbanas, seja das zonas rurais. Observa-se, também, um amadurecimento das práticas de comunicação popular. A comunicação popular é resistência. É um caminho para romper padrões estéticos e políticos e imprimir outras narrativas em contraponto aos discursos estigmatizantes da mídia hegemônica. A comunicação popular potencializa a narrativa da agroecologia como alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio e da “alimentação industrial”. Neste sentido, a comunicação enquanto eixo estratégico de ação começa a ser percebida e incorporada nas organizações do movimento agroecológico. O que potencializa a

articulação em rede, as relações mais horizontalizadas, o trabalho coletivo e a gestão de recursos humanos e financeiros (ANA, 2017, p. 32-33).

Observa-se também que, na última década, a popularização dos *smartphones* e o aumento do acesso à internet e às redes sociais digitais fez com que as estratégias de comunicação se diversificassem. O uso do celular para registro de atividades relacionadas à agroecologia se tornou mais frequente e a apropriação de meios de comunicação, como as redes sociais, pelas organizações agroecológicas favoreceu que a comunicação se transformasse em um “campo aberto a experimentações”. Em muitos casos, são as/os próprias/os agricultoras/es que têm assumido a comunicação externa dos grupos, coletivos, redes e movimentos que fazem parte, geralmente com o protagonismo de jovens e mulheres nas redes sociais (ANA, 2017).

Em estudo recente, Angélica Almeida (2019) analisa a relação entre redes sociais, gênero e agroecologia que se dá no atual cenário moldado pela internet. Ao pesquisar as postagens no Facebook feitas por agricultoras que pertencem ao movimento agroecológico, ALMEIDA (2019, p. 2) relata que mesmo sendo um ambiente que privilegia a circulação de informações egocentradas, há “nos perfis dessas mulheres imagens e discursos que dizem de uma construção maior, fazendo emergir ‘faces coletivas’ de mulheres enquanto sujeitas políticas, inseridas em movimentos e contextos socioambientais diversos”. A construção da identidade virtual dessas agricultoras perpassa pelo autoconhecimento e pelas formas como reelaboram as causas que comunicam em uma rede social que possibilita a expressão autônoma.

As tematizações públicas que essas mulheres produzem e os seus relatos orais evidenciam que os perfis têm se constituído como vetores de autovalorização dessas mulheres, seus trabalhos e territórios; como ambientes de comunicações positivas que trazem à tona não só os aspectos produtivos e técnicos da agroecologia, mas relacionais, sociais e políticos: as miudezas, o quintal, o roçado, o arredor da casa, o “ao redor” da mesa, as varandas, cozinhas e espaços de reunião, as labutas da roça, das ruas, das organizações, as bandeiras de luta, a cultura local, a política e os partidarismos, as forças resistentes, solidárias e criativas do coletivo, crenças e valores... Tudo pelo olhar de mulheres cuja contribuição, por muitas vezes, é invisibilizada ou tida como desimportante (ALMEIDA, 2019, p. 140).

Apesar de não termos nos deparado com registros de processos de avaliação das ações e dos instrumentos de comunicação agroecológica, foi possível identificar nos documentos

pesquisados uma série de objetivos – citados pelas comunicadoras e comunicadores – que orienta as suas práticas (REDE, 2006; ANA, 2017). Entre os objetivos, estão:

- contribuir na luta por direitos por meio da mobilização e incidência política;
- reforçar o caráter político da comunicação nos diferentes espaços públicos;
- disputar narrativas, contrapondo-se aos meios e informações hegemônicos;
- evidenciar, para diferentes públicos, as propostas de agricultura e sociedade pautadas pela agroecologia;
- favorecer a participação social nos processos de tomada de decisões políticas;
- realizar formação continuada em comunicação popular e qualificar as iniciativas comunitárias de comunicação;
- sistematizar processos de construção do conhecimento agroecológico;
- divulgar e dar visibilidade às experiências, lições aprendidas e impactos positivos da agroecologia;
- dinamizar processos de troca e de intercâmbio de saberes, a partir da produção de material informativo sobre as experiências;
- subsidiar processos de formação, com a elaboração de material didático;
- mobilizar e captar recursos para as ações de promoção da agroecologia;
- qualificar a imagem das organizações e prestar contas à sociedade (transparência); e
- facilitar o fluxo de informação e qualificar a comunicação interna de organizações, redes e articulações.

No que diz respeito aos desafios enfrentados para a prática da comunicação agroecológica, observamos nos documentos pesquisados que, apesar da progressiva compreensão sobre a sua importância estratégica para o movimento agroecológico, ainda é difícil para muitas organizações romperem com a visão imediatista e instrumental da comunicação. Essa dificuldade faz com que raramente essa temática seja discutida enquanto uma pauta política e assumida como bandeira de luta das instituições. Garantir recursos financeiros e humanos para as iniciativas de comunicação é outro desafio identificado, o que acaba por sobrecarregar e precarizar o trabalho das pessoas responsáveis pelas ações (ANA, 2017, 2019).

A apropriação das narrativas e das pautas agroecológicas pela mídia comercial e por instituições do agronegócio também é apontada como obstáculo a ser superado pela prática comunicacional. “O desafio maior que está posto para a comunicação popular e agroecológica é o de sensibilizar/engajar diferentes públicos para lutas comuns, massificando a adesão às pautas e bandeiras agroecológicas sem, no entanto, perder a profundidade dos temas em questão” (ANA, 2017, p. 34).

Deve-se ressaltar ainda que a comunicação realizada no contexto do movimento agroecológico também está sujeita às adversidades e questões colocadas para o próprio movimento. A dificuldade em acessar recursos (públicos, privados, nacionais, internacionais); a criminalização dos movimentos populares; a perseguição de lideranças comunitárias; o avanço das atividades econômicas predatórias nos territórios; o desmonte das políticas públicas duramente conquistadas pela sociedade brasileira são alguns exemplos de desafios que impactam as ações do movimento agroecológico, em geral, e as iniciativas de comunicação, em particular.

A falta de segurança digital é outro tema relevante que vem ganhando destaque nos espaços coletivos. Conforme relata ALMEIDA (2019), em novembro de 2018, o Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) migrou do WhatsApp para o *software* livre Signal em busca de maior segurança digital. No tocante ao Facebook, nos últimos anos intensificaram as críticas e denúncias de que a empresa estaria coletando dados pessoais e utilizando-os para fins publicitários ou fornecendo-os a programas de vigilância do governo estadunidense. No entanto, apesar de todas essas críticas, “o movimento agroecológico feminista ainda o compreende como um importante ambiente a ser disputado pelas organizações na construção de diálogos mais amplos com a sociedade, tendo em vista sua alta adesão” (ALMEIDA, 2019, p. 39).

3.2 Princípios da comunicação agroecológica

No capítulo anterior, trouxemos um pouco da trajetória e características da comunicação popular e das discussões sobre o direito à comunicação no Brasil. A nossa intenção agora é apontar os princípios que identificamos nos documentos pesquisados que servem de base

ou ponto de partida para mobilizar as decisões coletivas e que estão incorporados às práticas da comunicação agroecológica.

Nessa perspectiva, observamos que as iniciativas compartilham princípios que, de modo geral, estão relacionados ao direito à comunicação. Esse entendimento aparece explícito em vários trechos dos documentos que tratam dos pressupostos da comunicação agroecológica, como: “comunicação deve ser compreendida como direito humano, pautada no respeito à pluralidade e à diversidade dos povos, e que estes sejam sujeitos dos seus processos de comunicação”⁸²; “cultura e comunicação como direitos humanos e bens comuns, voltadas para os interesses coletivos; comunicação democrática e plural, condição necessária para uma democracia saudável e fortalecida; luta pela democratização dos meios de comunicação, possibilitando a diversidade de vozes, de expressões culturais, de representações regionais, de identidades, de gêneros, de geração, raças e etnias”⁸³; “bem comum e democratização dos meios de comunicação”⁸⁴.

A estreita relação da comunicação com a cultura popular também aparece de forma marcante na definição dos princípios por comunicadoras e comunicadores da agroecologia. “Aliar a comunicação política e cultural”⁸⁵; “a cultura e a comunicação como ações integrantes e estruturantes na construção do conhecimento agroecológico; a cultura e a comunicação como estratégias que possibilitem diálogos entre campo e cidade”⁸⁶ são algumas das abordagens pretendidas e citadas nos momentos de planejamento das atividades.

A diversidade de experiências agroecológicas está conectada às diferenças culturais presentes nos territórios brasileiros. As comidas, as poesias, as músicas, as rezas, as danças, as espiritualidades, os sotaques são expressões dos povos que apontam formas distintas de viver e de se relacionar com as pessoas e com os lugares. Assim como a agroecologia é mais

⁸² Cf. ANA, 2017.

⁸³ Termo de Referência do Seminário Temático “Comunicação e Cultura Populares: territórios simbólicos da Agroecologia”, realizado durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em Belo Horizonte / 2018.

⁸⁴ Relatório da Oficina de Comunicadoras/es realizada em Belo Horizonte, em julho de 2017, preparatória para o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA).

⁸⁵ *Ibidem*

⁸⁶ Termo de Referência do Seminário Temático “Comunicação e Cultura Populares: territórios simbólicos da Agroecologia”, realizado durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em Belo Horizonte / 2018.

do que o cultivo de alimentos sem veneno, a cultura não se restringe a entretenimento e a comunicação não diz respeito apenas às ferramentas de registro e divulgação. Ao compreender a comunicação e a cultura como direitos e bens comuns, a democratização da comunicação e o respeito e fomento à diversidade cultural passam a serem percebidas como centrais na efetivação da democracia (ANA, 2018).

As ferramentas de comunicação, quando têm como princípio as perspectivas e culturas das/os camponesas/es, dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, possibilitam a elaboração de narrativas divergentes daquelas presentes de forma hegemônica na mídia comercial. Pode-se dizer ainda que as práticas agroecológicas e as iniciativas de comunicação e cultura popular se fortalecem mutuamente e operam articuladas na definição de novos paradigmas relacionados aos direitos à alimentação, à cultura e à comunicação.

Deve-se, no entanto, salientar que apesar dos avanços dos debates em torno da aproximação da cultura e da comunicação, existe no interior do movimento agroecológico reflexões que apontam que essa percepção ainda não está consolidada.

É necessário entender a cultura não como algo espontâneo ou momentâneo, mas como processo que exige e reivindica seu lugar de reconhecimento para além de apresentação, de entretenimento, de preencher espaços na programação dos eventos. Nesse sentido, colocar as/os artistas e mestras/es da cultura e das artes populares como protagonistas imprescindíveis para o fortalecimento e comunicação das lutas agroecológicas. É preciso que essa questão siga avançando, não saia do horizonte perseguido pelo movimento agroecológico e esteja nas pautas dos próximos eventos, encontros, espaços de discussão e ações da agroecologia no Brasil (ANA, 2020, s/p).

Outro aspecto presente nas práticas comunicativas de movimentos e organizações inseridas na agroecologia diz respeito à aplicação dos princípios da comunicação popular. “Que a comunicação seja dialógica e não pautada no que ‘eu sei’; que a comunicação tenha uma perspectiva de transformação social; humildade de aprender; é importante ter em mente que não se sabe tudo”⁸⁷; “uma comunicação horizontal, que visa o acesso aos direitos, à análise e à transformação da realidade, por meio da efetiva participação política dos sujeitos

⁸⁷ Cf. ANA, 2017.

envolvidos”⁸⁸; “desconstruir paradigmas da comunicação comercial e do agronegócio; descentralização e horizontalidade; agricultoras/es como sujeitos da comunicação; respeito à diversidade, pluralidade e diferenças; comunicação colaborativa”⁸⁹. Esses foram alguns dos pressupostos encontrados nos documentos pesquisados que indicam como princípios da comunicação popular estão visíveis na concepção da comunicação agroecológica.

Sublinhamos ainda as abordagens relacionadas ao conceito de comunicação não-violenta ou de uma “comunicação afetiva” que, apesar de não ser tão frequente no movimento agroecológico, têm aparecido nos últimos anos em processos coletivos de comunicação agroecológica. Entre os pressupostos que encontramos nos documentos pesquisados estão: “escuta atenta e sensível; comunicação do afeto”⁹⁰; “comunicar os valores da agroecologia de forma amorosa e real; que a comunicação seja amorosa, justa e baseada no bem-querer”⁹¹.

No campo da linguagem e na definição dos instrumentos, observamos também uma preocupação frequente das/os comunicadoras/os em demarcar a importância de construir iniciativas que consigam, de fato, promover o diálogo. “Utilizar palavras acessíveis”; “ter atenção às imagens usadas, à qualidade do áudio e do vídeo”; “acionar e criar linguagens e estéticas”; “ter criatividade” são algumas citações que expressam esse cuidado.

3.3 Diretrizes da comunicação agroecológica

As diretrizes que apresentaremos a seguir representam um conjunto de abordagens ou propostas que podem orientar a construção de iniciativas de comunicação agroecológica. Essas diretrizes, definidas a partir das informações encontradas em nossa pesquisa, dialogam diretamente com os princípios e fundamentos do conhecimento agroecológico. Compreendemos ainda que elas não são as únicas e não devem ser vistas como uma série de regras e normas fixas a serem seguidas. Longe disso, deve-se reconhecer que essas diretrizes

⁸⁸ Termo de Referência do Seminário Temático “Comunicação e Cultura Populares: territórios simbólicos da Agroecologia”, realizado durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em Belo Horizonte / 2018.

⁸⁹ Relatório da Oficina de Comunicadoras/es realizada em Belo Horizonte, em julho de 2017, preparatória para o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA).

⁹⁰ *Ibidem*

⁹¹ Cf. ANA, 2017.

têm origem em um contexto definido e foram constituídas em um determinado momento histórico. Entendemos também que as diretrizes – assim como os princípios da comunicação agroecológica – estão inter-relacionadas e se expressam na prática de modo integrado. No entanto, apesar de fazemos essas ressalvas, achamos importante apresentá-las separadamente, com a intenção de facilitar o apontamento de algumas especificidades e contribuir para os processos de reflexão, ajuste e complementação que poderão acontecer em outros momentos.

Uma vez identificadas as diretrizes, pesquisamos em alguns materiais do IV Encontro Nacional de Agroecologia⁹², principalmente na Carta Política do IV ENA, por elaborações que pudessem fundamentar e trazer mais elementos para o conteúdo das propostas. Na nossa compreensão, as diretrizes se tornam aplicáveis por meio da realização de ações práticas que incluem as perspectivas dos diferentes sujeitos que constroem a agroecologia. Assim, para cada diretriz, além de uma breve definição e contextualização, apresentamos algumas dicas e sugestões de como as ideias podem ser expressas nas iniciativas de comunicação.

A) Referência nas práticas sociais

As práticas sociais que acontecem nas diversas regiões do Brasil são os principais elementos para a construção da agroecologia no País. Os conhecimentos acumulados por essas experiências alimentam as análises e decisões das redes e articulações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que orientam os processos de reivindicação e elaboração de políticas para promoção da agroecologia. As ações são desenvolvidas no campo e na cidade, de forma familiar ou comunitária, em propriedades públicas, privadas, ocupações ou assentamentos.

Em meio a esse cenário de profundas rupturas no funcionamento das instituições democráticas, parece-nos fundamental destacar o significativo acúmulo de conhecimentos, experiências e formas de organização social voltados ao manejo da biodiversidade, desenvolvidos nos últimos anos no contexto das redes de agroecologia, incluindo: bancos e feiras de sementes; práticas de manejo agroflorestal; iniciativas de produção, processamento e comercialização de produtos da agrobiodiversidade; projetos e metodologias voltados ao melhoramento participativo de diferentes cultivos; construção coletiva de protocolos bioculturais; fortalecimento dos quintais produtivos e do trabalho das mulheres sob uma perspectiva feminista; experiências voltadas à valorização da

⁹² Escolhemos os documentos do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) como referência para as nossas pesquisas porque entendemos que este é um evento nacional, realizado recentemente (2018), com significativa representatividade no movimento agroecológico.

biodiversidade através da gastronomia; elaboração de propostas de legislação visando proteger os direitos dos camponeses/as, agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais no acesso à biodiversidade; e formulação e implantação de instrumentos de políticas públicas voltados à promoção da biodiversidade, como compra das sementes crioulas através dos mercados institucionais (ANA, 2018, p. 20-21).

Além das diversas iniciativas de produção agroecológica e beneficiamento de alimentos presentes na citação anterior, o redesenho dos sistemas alimentares contam com estratégias de construção social de mercados, principalmente a partir de circuitos curtos de troca, distribuição e comercialização.

Em todo o país existem experiências que articulam produção e consumo de produtos agroecológicos, em formatos diversos e criativos, sendo as feiras livres a expressão mais nítida do mercado que queremos construir, por respeitarem a diversidade local e a cultura alimentar dos povos, bem como por compartilharem os benefícios gerados pelos atos de troca, compra e venda (ANA, 2018, p. 30).

Sugestões

- Comunicar o que é específico em cada território e em cada sistema produtivo é uma forma de mostrar que a produção agroecológica é resultado de experimentações e do uso de diferentes técnicas e relações sociais que aliam o cultivo de alimentos à conservação e ao cuidado com a biodiversidade. O que dá certo em um lugar, por exemplo, uma variedade de semente de milho crioulo, pode não dar certo em outro, devido às diferenças no clima ou solo. Divulgar as iniciativas locais e regionais, seus erros e acertos, seus avanços e desafios, pode contribuir para o desenvolvimento de outras experiências, ao mesmo tempo em que mostra à sociedade a relevância em apoiar a agroecologia.
- Importante anunciar as conquistas que resultam da construção da agroecologia: as transformações das condições de vida material e de bem-estar social; a constituição de atores coletivos e redes; as estratégias e formas de gestão coletiva de bens comuns (água, terra, biodiversidade, conhecimento, comunicação); o fortalecimento dos processos de auto-organização das mulheres e dos jovens; o reconhecimento de direitos territoriais de camponesas/es, indígenas e povos e comunidades tradicionais; entre outros tantos avanços que podem ser identificados em cada local.

São experiências que resgatam as identidades alimentares regionais e reforçam a noção de comida como patrimônio biocultural e alimentar. Os sistemas alimentares que queremos são aqueles que produzem comida de verdade no campo e na cidade, que valorizam a agrobiodiversidade, os alimentos in natura e regionais, com o protagonismo das mulheres, o respeito à ancestralidade negra, indígena e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, além do resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Comida de verdade não mata nem por veneno, nem por conflito (ANA, 2018, p. 10-11).

- Apresentar os benefícios e efeitos positivos das práticas também contribui para mostrar como a agroecologia favorece a superação de problemas enfrentados atualmente na sociedade, como as mudanças climáticas, as intoxicações e contaminações por agrotóxicos, os desmatamentos e a perda da biodiversidade. Por outro lado, denunciar os conflitos presentes em cada território é essencial na comunicação agroecológica. É importante dizer o que está em jogo, descrever os problemas e nomear quem está por trás deles.

Ouvimos fortes denúncias de violência, criminalização dos movimentos sociais, impactos dos projetos de mineração, desmatamento pela ação das madeiras, impactos dos grandes projetos de barragens, sobreposição de Unidades de Proteção Integral sobre as comunidades tradicionais e outras experiências que eliminam formas de produzir sustentáveis, provocam a degradação territorial e a fragmentação das comunidades (ANA, 2018, p. 12).

B) Protagonismo de quem faz

Povos indígenas, quilombolas, agricultoras/es familiares, camponesas/es, extrativistas, pescadoras/es artesanais, faxinalenses, agricultoras/es urbanas/es, geraizeiras/os, sertanejas/os, vazanteiras/os, quebradeiras de coco, caatingueiras/os, criadoras/es em fundos e fechos de pasto, seringueiras/os, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro.

As identidades socioculturais citadas acima são das trabalhadoras e trabalhadores do campo, das florestas, das águas e das cidades que estiveram presentes no IV Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Belo Horizonte no ano 2018. Essa lista é uma pequena representação da diversidade de sujeitas e sujeitos que constroem a agroecologia no Brasil (ANA, 2018).

Sugestões

- Identificar e nomear as pessoas e sujeitos coletivos, suas histórias e suas conquistas são formas de reconhecer o protagonismo de quem faz agroecologia e de valorizar o trabalho daqueles que promovem saúde e colocam comida sem veneno na mesa das/os brasileiras/os. No que se refere à medicina tradicional, é preciso assegurar a

autonomia de parteiras, raizeiros/as, benzedeiros/as, curandeiros/as, mateiros/as e homeopatas populares, agricultores/as familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, para que possam seguir praticando e repassando seus conhecimentos no cuidado da saúde da família, da comunidade e da terra, assim como assegurando o livre uso e acesso às riquezas naturais nos diferentes territórios. Devemos reconhecer a importância desses ofícios na prestação de saúde comunitária, na preservação do conhecimento culturalmente acumulado e na proteção da biodiversidade e das águas dos territórios onde vivem os povos e comunidades praticantes da medicina tradicional e popular. A medicina tradicional tem papel central na construção da agroecologia e assim deve ser reconhecida. É uma prática transmitida de mãe para filha, que trabalha a ancestralidade, a espiritualidade e a fé (ANA, 2018, p. 22-23).

- Comunicar os desafios encontrados por essas pessoas é também uma maneira de visibilizar as violências e injustiças que criminalizam saberes e práticas tradicionais, inviabilizam a produção agroecológica de alimentos e, muitas vezes, impedem que esses sujeitos exerçam seus direitos à terra e ao território.

Para os povos indígenas, a terra e tudo o que há na natureza são fontes de vida que demandam cuidados com o espaço sagrado, promovendo uma relação harmônica e recíproca entre o homem e a natureza. Os/As indígenas repudiam todas as formas de exploração que ocorrem com a Terra Mãe e defendem os territórios imemorialmente agroecológicos. As comunidades quilombolas reconheceram que a agroecologia é uma prática cultural ancestral e produtiva dos quilombos e é preciso defender seus territórios como modo de vida e de bem viver, pois, sem a terra, o quilombo não sobrevive (ANA, 2018, p. 14).

- Fortalecer as ações e instrumentos de comunicação popular desenvolvidos pelos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades, bem como pelas mulheres e juventudes, é outra forma de amplificar as vozes, percepções, saberes, expressões culturais e lutas daquelas/es que são recorrentemente atacados.

C) Diálogo de saberes

O conhecimento agroecológico é construído a partir do diálogo de saberes (populares, tradicionais, ancestrais, científicos). Mas o que isso quer dizer? Significa que a agroecologia é

resultado de processos que reconhecem e promovem a integração de diferentes tipos de conhecimentos comprometidos com questões sociais, ambientais, políticas e econômicas. Nesses processos, as práticas culturais ancestrais e os conhecimentos tradicionais, por exemplo, não são vistos como objetos de estudo de uma pesquisa científica.

Essa perspectiva não se refere, no entanto, à ideia de que o que precisamos é simplesmente resgatar a tradição. Os sistemas de produção agroecológica resultam justamente da combinação de conhecimentos tradicionais e científicos. O que se percebe é a confluência de novos sentidos e valores em processos que levam a novos paradigmas de construção do conhecimento (TOLEDO, 2016).

O diálogo de saberes refuta ainda a compreensão usual de assistência técnica e difusão do conhecimento científico, onde o técnico “repassa” seus conhecimentos e ensina ao/à agricultor/a como fazer agricultura. Diferentemente disso, os processos de aprendizagem são compreendidos como momentos onde cada pessoa lança mão dos seus conhecimentos para encontrar, juntas, respostas aos desafios que surgem localmente.

A crescente aproximação e inserção de indígenas, quilombolas e muitos outros povos e comunidades tradicionais na promoção da agroecologia reafirma a essência de um movimento que busca constantemente se prevenir contra as tentativas de cooptação do conceito e redução da agroecologia a um pacote de técnicas de produção orgânica compatível com os valores do agronegócio.

A efetiva participação de representantes de organizações indígenas, quilombolas, extrativistas e de muitos outros povos e comunidades tradicionais é uma expressão de que a agroecologia se encontra com ela mesma, com suas raízes fundadoras. Esse é um avanço decisivo para reafirmar a essência de nosso movimento e nos prevenirmos contra as tentativas de cooptação que pretendem reduzir a agroecologia a um enfoque tecnocrático de “esverdeamento” da agricultura industrial (ANA, 2018, p. 42).

Sugestões

- Ao definir a iniciativa e o conteúdo da comunicação, é importante que a perspectiva do diálogo de saberes seja priorizada em relação às abordagens que hierarquizam e relegam os conhecimentos tradicionais e ancestrais à condição de objetos de estudo.

- Nos textos, deve-se evitar afirmações que colocam a “comprovação científica” como única forma de legitimar a agroecologia, sob o risco de favorecer o apagamento dos diferentes conhecimentos presentes no diálogo de saberes.
- Ressalta-se o cuidado necessário para não colocar cientistas, pesquisadoras/es e técnicas/os como as/os peritas/os e especialistas que assumem o papel de educar, informar ou comunicar ao público “leigo”. Importante lembrar ainda que as pessoas que constroem a agroecologia nos territórios devem ser também as/os protagonistas e referências dos processos comunicativos.
- Apresentar as metodologias adotadas nas atividades de formação é uma forma de comunicar os valores e princípios envolvidos na construção da agroecologia. Os mutirões, as trocas de saberes, os encontros de agrobiodiversidade, os intercâmbios de experiências, entre outras iniciativas, são momentos ricos onde as/os agricultoras/es compartilham seus conhecimentos para gerarem novos saberes.

D) Construção coletiva

A agroecologia é construída coletivamente em todo o Brasil. As práticas agroecológicas desenvolvidas em áreas rurais ou urbanas se conectam em redes locais, estaduais, regionais e nacional, e seguem juntas fortalecendo um movimento formado por expressiva diversidade. A determinação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) de se fortalecer enquanto uma rede de redes expressa bem essa dimensão de construção coletiva e solidária presente no movimento agroecológico.

O ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) é o espaço para compartilharmos os saberes e os sonhos que trouxemos em nossas bagagens cuidadosamente preparadas em muitos e muitos encontros realizados pelo Brasil afora. Esses eventos preparatórios contribuíram para fortalecer nossas articulações e redes locais, estaduais e regionais e para atualizar a nossa identidade em torno de valores, princípios e práticas que convergem para uma mesma direção: Democracia e Bem Viver (ANA, 2018, p. 6).

Reuniões, encontros, ações de incidência política, participação articulada em comissões e conselhos relacionados à implementação de políticas públicas são exemplos de iniciativas

promovidas coletivamente. A atuação em rede fortalece cada prática local de agroecologia e, por consequência, as articulações territoriais, estaduais e regionais.

Sugestões

- Mostrar as iniciativas coletivas que existem no território, bem como a diversidade de sujeitos e organizações que integram as redes e articulações, tem grande potência comunicativa, pois torna visível as várias pessoas que acreditam, apoiam e constroem a agroecologia. São associações, cooperativas, redes, fóruns, sindicatos, coletivos informais, grupos de consumidoras/es e pessoas voluntárias envolvidas nas ações.
- Comunicar que tais interações entre pessoas e organizações acontecem em diferentes âmbitos (local, territorial, regional, estadual, nacional) também demonstra a força do movimento e ajuda a perceber que não estamos sozinhos nessa luta por um mundo melhor.

As vozes dos territórios ouvidas em nosso Encontro mostraram como a agroecologia vem sendo construída em todas as regiões do país, em formas de resistência criativa colocadas em prática pelas nossas organizações e redes, e se constitui como uma alternativa a esse sistema homogeneizador e autoritário. Além de contribuir diretamente para o alcance da soberania e da segurança alimentar e nutricional do povo, elas mostraram como as redes territoriais de agroecologia são decisivas na construção da sociedade justa, igualitária e sustentável pela qual lutamos (ANA, 2018, p. 9).

- Destacar o aspecto da solidariedade presente nas ações coletivas, como nos mutirões e nas casas de sementes, ajuda a demonstrar como as pessoas e organizações se ajudam e aplicam os princípios da agroecologia de acordo com suas realidades.

Importante mencionar os processos de certificação participativa como uma conquista, por valorizar a dinâmica social das famílias e do seu entorno social, permitindo a dinamização de redes locais de conhecimento através do intercâmbio de práticas e saberes agroecológicos (ANA, 2018, p. 30).

- A dimensão da coletividade é inspiradora para o desenvolvimento das práticas comunicativas. Planejar uma atividade, pensar uma ferramenta, produzir conteúdos de forma colaborativa e em rede têm grande força nos processos de comunicação. As iniciativas coletivas favorecem, por exemplo, a identificação de desejos e habilidades

entre as pessoas participantes que poderão assumir diferentes tarefas: registro fotográfico, audiovisual, escrita, entrevista, publicação nas redes sociais, entre outras.

D) Centralidade feminista

O protagonismo feminino na construção e memória da agroecologia no Brasil se manifesta de várias formas: no papel desempenhado pelas mulheres no manejo sustentável dos agroecossistemas, na preservação dos bens comuns, na garantia da saúde e da soberania alimentar e no trabalho de sustentabilidade da vida.

Conforme ressalta o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), não é possível fazer agroecologia sem considerar as vidas das mulheres, suas experiências e seus trabalhos produtivos e reprodutivos (ANA, 2018, p. 26). Nesse sentido, cabe ao movimento agroecológico reconhecer a contribuição histórica das mulheres e fortalecer o

processo de auto-organização feminista que tem suas nascentes nas lutas travadas cotidianamente nos territórios da agroecologia, em enfrentamento às diferentes manifestações das desigualdades de gênero que perpassam as realidades familiares, comunitárias, institucionais e sociais de toda ordem (ANA, 2020, s/p).

Sugestões

- Por meio da comunicação, é possível dar visibilidade às manifestações das desigualdades de gênero e às lutas contra o patriarcado e o machismo, bem como ressaltar as crescentes conquistas dos movimentos feministas e os diversos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres em suas famílias, comunidades, organizações sociais, redes, articulações, conselhos e demais espaços públicos.

A experiência de sistematização da produção de mulheres rurais e urbanas, realizada pelas Cadernetas Agroecológicas, mostrou a força desse instrumento não apenas de monitoramento, mas de luta das mulheres para mostrar sua contribuição econômica; ressignificar e valorar os sentidos da produção e relações de reciprocidade; sistematizar sua importância para a geração de renda; dar maior autonomia para decidir sobre as questões da comercialização e na gestão do dinheiro; e enfrentar situações de violência (ANA, 2018, p. 26).

- Nos conteúdos e ações de comunicação, deve-se redobrar a atenção para não reforçar o lugar comumente assumido pelo homem de “porta-voz” da família e das organizações sociais. É importante ter o cuidado para que, nas ferramentas de comunicação, a abordagem do texto, as entrevistas e a escolha das imagens e vídeos reconheçam e valorizem os trabalhos das mulheres.

E) Ousadia das juventudes

A inserção das/os jovens na agroecologia acontece em diversos momentos, seja nas atividades de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos, seja nos processos organizativos em suas comunidades. Mas apesar do crescente reconhecimento das juventudes como sujeitos políticos fundamentais à agroecologia, ainda é necessário garantir formas de ampliar a sua participação no movimento agroecológico.

Ao usar o termo juventudes no plural, demarca-se a compreensão de que a condição juvenil não diz respeito a um grupo homogêneo definido por um recorte etário. As diferentes juventudes são constituídas a partir das suas vivências em contextos diversos. É dessa diversidade que emergem percepções e pontos de vista próprios sobre a realidade, assim como estratégias de luta para enfrentamento das adversidades vivenciadas.

As/os jovens trazem novos olhares para pautas antigas e apresentam as novas pautas que surgem em suas realidades. E o que as juventudes reforçam hoje é que as lutas da agroecologia não estão restritas à produção ou comercialização de alimentos saudáveis. As resistências “alcançam as dimensões afetivas e dos corpos, das identidades, das condições de existência enquanto sujeitos e do combate a todas as formas de violências” (ANA, 2020, s/p).⁹³

Sugestões

- É importante comunicar as diferentes pautas levantadas pelas juventudes, assim como as diversas ações promovidas por elas que reforçam a renovação da

⁹³ ANA. Sujeitos coletivos: processos auto-organizados e as plenárias no IV ENA (caderno 4). In: **Memórias do IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade**. (no prelo). Rio de Janeiro: AS-PTA, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2019.

agroecologia e o rejuvenescimento das agriculturas. As juventudes inseridas na agroecologia são as mesmas que inovam nas formas de mobilização e protagonizam ações pela garantia de direitos, como à educação contextualizada e à livre orientação sexual e identidades de gênero (ANA, 2018).

A juventude anuncia a urgência do rompimento da falsa dicotomia entre campo e cidade, compreendendo que só a unidade entre as resistências conseguirá produzir um novo paradigma para a produção de alimentos e para o campo brasileiro. A juventude quer debater gênero nas escolas, implementar a política de sucessão rural, defender territórios livres de agrotóxicos, aprofundar suas experiências de agricultura urbana, criar territórios livres de machismo e LGBTIfobia e consolidar suas autonomias. Tudo isso será construído a partir da inovação no diálogo entre nossas expressões culturais, entendendo que nossas solidariedades políticas se construirão de forma criativa com a cara da irreverência e radicalidade das juventudes (ANA, 2018, p. 39).

- As iniciativas de formação em comunicação popular, com a participação de representantes de organizações da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais, são extremamente importantes para a construção da agroecologia. Deve-se, no entanto, ressaltar como a inserção das/os jovens nesses processos é estratégica, pois favorece que a comunicação agroecológica expresse as narrativas e resistências das juventudes, com os saberes, afetos, ousadia e criatividade que lhes são característicos. “É tempo também de construir uma comunicação popular que possibilite espaço para as nossas narrativas e resistências” (ANA, 2018, p. 39).

F) Diálogos e Convergências

Os territórios da agroecologia são os mesmos locais onde acontecem diversas ações de enfrentamento aos efeitos do capitalismo, do patriarcado, do racismo e do colonialismo – sistemas de opressão e dominação que operam de forma conjugada na nossa sociedade atual e que produzem diferentes formas de subalternização de corpos, saberes, modos de vida e de produção. É nos territórios que povos do campo, das águas, das florestas e das cidades resistem a tantas violências e preconceitos, ao mesmo tempo em que promovem cotidianamente iniciativas voltadas à construção de uma sociedade justa e igualitária.

Reafirmamos nossa firme determinação de fortalecer a Articulação Nacional de Agroecologia enquanto uma rede de redes, em diálogos e convergências com

diferentes segmentos da sociedade, no campo e na cidade. Somente com o compromisso de buscar a unidade na diversidade seremos capazes de dar passos rumo à construção de um projeto democrático e popular para o Brasil. Temos a clareza da dimensão estratégica da aliança entre a comunicação popular e a educação do campo para fortalecer as lutas contra-hegemônicas (ANA, 2018, p. 43).

As ações do movimento agroecológico, em confluência com os movimentos antirracismo, antimachismo e em defesa das juventudes, das pessoas LGBTI+, da justiça ambiental, da saúde coletiva, da economia solidária, da reforma agrária, do direito à cidade, entre outros, convergem rumo à democracia e ao bem viver.

Destacamos aqui dois apontamentos atuais, feitos principalmente pelas juventudes e mulheres do movimento agroecológico, que podem ser resumidos nos seguintes lemas: “Se tem racismo não há agroecologia” e “Com LGBTI+fobia não há agroecologia”. Essas bandeiras mostram a necessidade da comunicação popular provocar processos que não apenas promovam a convergência da agroecologia com as temáticas de outros movimentos, mas que também contribuam para atualizar os valores, princípios e práticas do próprio movimento agroecológico.

Essas pautas precisam ser enfrentadas com urgência, principalmente diante do avanço do conservadorismo e de seu impacto nas vidas das pessoas, especialmente na vida de mulheres negras e das juventudes lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual.

Sugestões

- As iniciativas de comunicação são ferramentas potentes para evidenciar as diferentes lutas que se constituem nos territórios. Possuem também a capacidade de promover o diálogo entre os movimentos, identificando e visibilizando, por um lado, o que dá unidade ao campo popular e, por outro lado, o que os diferenciam das lógicas dominantes e opressoras da sociedade.
- A realização de ações coletivas, como as Caravanas Agroecológicas e Culturais, torna possível uma análise conjunta sobre a realidade do território, a partir das perspectivas das diferentes pessoas que estão participando da atividade. As visitas permitem conhecer as práticas agroecológicas, seus benefícios à família e à

comunidade, assim como os desafios e as ações locais que ameaçam a sua continuidade (mineração, agronegócio, hidroelétrica, órgãos de proteção ambiental, vigilância sanitária etc.). A inserção de comunicadoras/es populares nessas ações contribui para que apareça nos debates questões como o direito à comunicação e a importância dos processos comunicativo nos quais os sujeitos coletivos são os protagonistas (ABA, 2017).

Com firmeza, as mulheres negras expõem o quanto ainda é mais cruel a violência sofrida por elas e a urgência de que o movimento agroecológico afirme também o lema: “Se tem racismo não há agroecologia”. Elas destacam a importância de a agroecologia considerar o corpo das mulheres também como um território a ser defendido, como reivindicam as mulheres indígenas e as que integram povos e comunidades tradicionais (ANA, 2018, p. 27).

As juventudes se posicionaram também na defesa da diversidade das orientações sexuais ao afirmarem que “Com LGBTIfobia não há agroecologia” (ANA, 2018, p. 41).

3.4 Exemplos de iniciativas de comunicação agroecológica

Adotando como referência a concepção de Paulo Freire (1983) que compreende a comunicação enquanto diálogo, observamos que no campo agroecológico são inúmeros os contextos nos quais a prática comunicativa acontece. Onde tem reunião, curso, oficina, caravana, feira, intercâmbio para trocas de experiências e saberes, tem comunicação. Mas, apesar de reconhecermos a sua relevância e de termos interesse nessa área de estudo, não foi foco do nosso trabalho aprofundar a pesquisa sobre a comunicação interpessoal que se dá, muitas vezes, sem a mediação de instrumentos ou “meios” de comunicação para a construção do conhecimento agroecológico.

Contudo, a pesquisa que realizamos nos levou a várias iniciativas de comunicação popular, em diferentes formatos, linguagens e meios, que as organizações da sociedade civil elaboram para fortalecer as narrativas do movimento agroecológico referentes aos sistemas alimentares que querem e estão construindo. É difícil listar todas elas, mas para exemplificar, podemos dizer que vemos a comunicação sendo realizada por meio de peças teatrais, cordéis, músicas, poesias, vídeos, jornais, revistas, rádios, cartilhas, redes sociais, facilitações gráficas, instalações artístico-pedagógicas, passeatas, banquetes públicos, bloco de carnaval, cinema de rua, entre outras.

A ideia inicial que tivemos seria apresentar as iniciativas de comunicação organizadas segundo as diretrizes definidas no item anterior. Esse exercício explicitou, no entanto, uma situação que se refere ao fato de as diretrizes se materializarem nas práticas de comunicação de modo inter-relacionado. Ou seja, em uma mesma ação ou ferramenta de comunicação é possível perceber a expressão de várias diretrizes. Dessa forma, para organizar as iniciativas de comunicação relacionadas à promoção da agroecologia, optamos por agrupá-las nas seguintes categorias: jornal/boletim informativo; vídeo; rádio; site; redes sociais; cartilhas; cobertura colaborativa; jornalismo popular; museu.

A tabela 06 traz a lista de algumas ações de comunicação que identificamos na nossa pesquisa. Em seguida, além dos nomes de cada iniciativa e da instituição ou movimento proponente, apresentaremos uma breve caracterização com informações que buscamos na internet. Optamos por trazer a descrição presente no próprio material, quando possível, com a intenção de evidenciar o contexto de elaboração do instrumento e os objetivos de quem o produziu. Ressaltamos que nem todas as ferramentas apresentadas são destinadas a tratar exclusivamente da comunicação agroecológica ou produzidas por organizações que têm a construção da agroecologia como objetivo principal de suas ações. No entanto, mesmo nesses casos, verifica-se que os instrumentos ou conteúdos elaborados sobre a agroecologia estão em sintonia com as diretrizes identificadas nesse estudo.

Tabela 06 – Iniciativas de comunicação popular e agroecológica

<p>A. JORNAL / BOLETIM INFORMATIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Agroecologia no Leste de Minas ● Saberes do Quintal ● O Candeeiro <p>B. VÍDEO</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Cultivando Saberes ● As várias formas de construir a Agroecologia: Rumo ao IV ENA ● Programa Curta Agroecologia ● Semeando Vida – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde ● O Veneno está na mesa 2 <p>C. RÁDIO</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Riquezas da Caatinga ● Semente Boa! <p>D. SITE</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Jovens em Comunicação – compromisso com a informação do campo no Bico do Papagaio ● Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida ● Beiras D'Água 	<p>E. REDES SOCIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Comissão de Jovens Multiplicadores e Multiplicadoras da Agroecologia ● Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) ● Associação Cultural dos Realizadores Indígenas (ASCURI) ● Ororubá Filmes <p>F. CARTILHAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia ● Saberes Populares <p>G. COBERTURA COLABORATIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Comissão de Comunicação e Cultura do IV Encontro Nacional de Agroecologia <p>H. JORNALISMO POPULAR</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Brasil de Fato ● Mídia Ninja <p>I. EXPOSIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Labirinto dos Agrotóxicos
--	--

Fonte: Elaboração do autor

A. JORNAL / BOLETIM INFORMATIVO

Agroecologia no Leste de Minas

O informativo Agroecologia no Leste de Minas é uma publicação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas em parceria com a Rede Agroecológica do Leste de Minas.

O objetivo do informativo é fortalecer o movimento por uma agricultura mais saudável, ecológica e socialmente justa. Para isso, são apresentadas histórias de agricultores e agricultoras familiares que praticam a agroecologia no Leste de Minas, assim como oportunidades e experiências que possam servir de inspiração.⁹⁴

Saberes do Quintal

O jornal Saberes do Quintal é produzido desde 2016 pela equipe do Kaipora – Laboratório de Estudos Bioculturais, que fica na Unidade Ibirité da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), com a finalidade de divulgar práticas e saberes tradicionais associadas aos quintais. O jornal é composto por quatro seções: (i) um pequeno texto com a temática dos quintais – trechos de poesias ou transcrições de

⁹⁴ REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Agroecologia no Leste de Minas**, n. 15, junho de 2017.

depoimentos de moradores locais sobre seus quintais; (ii) “está na época” – indicação sobre a sazonalidade de frutas, legumes e hortaliças; (iii) receitas – indicação de receitas tradicionais de alimentos, manejo de hortas ou uso de plantas para o cuidado com a saúde; e (iv) “para refletir” – com o intuito de destacar informações sobre soberania alimentar e saberes tradicionais. Em geral, as dicas e as receitas são fornecidas pelos mestres populares que participam do Ciclo de Encontros, uma das ações propostas pelo projeto Saberes do Quintal. Os jornais são publicados em mídia digital e impressa, com finalidade educativa. Os jornais impressos são afixados, preferencialmente, em locais públicos como escolas, postos de saúde, igrejas, comércios em geral, entre outros. Desde 2018 são afixados também em coletivos urbanos de Ibirité (RMBH).⁹⁵

O Candeeiro⁹⁶

Com o início do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), no ano de 2007, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) passou a realizar e publicar a sistematização de experiências de agricultores e agricultoras do Semiárido em formato do boletim impresso O Candeeiro. Desde o ano de 2012, a ASA passou a contar com a sistematização de experiências também em formato de banner em lona, o que abriu mais possibilidades e formas de partilha das histórias do Semiárido. Os comunicadores e as comunicadoras da ASA constroem O Candeeiro de forma participativa com os próprios agricultores e agricultoras, em uma dinâmica que proporciona a reflexão sobre suas práticas agroecológicas; de comercialização; de organização; de luta pela água, terra e território; de convivência com o Semiárido, entre muitas outras. Os exemplares dos boletins impressos e os banners são entregues aos próprios agricultores e agricultoras que os partilham em suas comunidades, em associações, nos sindicatos, em eventos, nos intercâmbios, em feiras e onde mais desejarem. Cada experiência sistematizada em texto é publicada com mil exemplares impressos, em um boletim que pode ser de duas ou quatro páginas, com fotos, ou em formato de banner, com um exemplar, também contendo textos e fotos.⁹⁷

B. VÍDEO

Cultivando Saberes

Série de seis documentários curta-metragem, que retratam experiências de vida de agricultores urbanos e familiares da região metropolitana de Belo Horizonte. Tais experiências, realizadas em quintais, hortas comunitárias e assentamentos de reforma agrária propiciam o desenvolvimento, resgate e troca de saberes entre diversos atores sociais, durante as práticas de produção, comercialização e consumo dos alimentos e produtos agroecológicos. A direção dos documentários é de Davi Fuzari e Laura Barroso.⁹⁸

⁹⁵ Disponível em: <<http://uemg.br/component/content/article/211-proex/jornal/2245-jornal-saberes-do-quintal?Itemid=437>>.

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>>.

⁹⁷ ANGOLA, Catarina; CRUZ, Fernanda; MACEDO, Elka; NOGUEIRA, Gleiceane; MAGNO, Carlos. Artigo sobre experiência de comunicação da ASA é apresentado no X Congresso Brasileiro de Agroecologia. **ASA Brasil**. 15 set. 2017. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10335>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁹⁸ Disponível em: <<https://cultivandosaberes.wordpress.com/>>.

As várias formas de construir a Agroecologia: Rumo ao IV ENA (5'06")

Vídeo de divulgação e convite para o IV ENA, muito utilizado no processo de mobilização das/os agricultoras/es.

Nós construímos a agroecologia no trabalho com as plantas medicinais, protegendo as nascentes, guardando sementes crioulas, buscando formas alternativas de resistência à mineração, construindo relações saudáveis, fortalecendo nossas tradições na cidade, na aldeia, nas florestas e no campo. Nós construímos a agroecologia como parte de um projeto feminista, popular, anti racista que luta pela emancipação das mulheres, pela socialização do trabalho doméstico, contra a violência. Nós construímos a agroecologia com tecnologias sociais, com gestão de resíduos e com o cuidado com a terra e com as pessoas. Existem muitas formas de construir a agroecologia e chegou o momento de celebrar o encontro delas: IV Encontro Nacional de Agroecologia acontece de 31 de maio a 3 de junho de 2018, em Belo Horizonte (MG).⁹⁹

Programa Curta Agroecologia

Curta Agroecologia é um programa do Canal Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) produzido em parceria com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). O programa divulga “documentários de experiências bem-sucedidas em agroecologia e agricultura familiar desenvolvidas de forma autônoma por grupos populares em territórios rurais”.¹⁰⁰

Semeando Vida – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (35'47")

O vídeo Semeando Vida – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) foi produzido durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 2018, em Belo Horizonte / MG, quando mulheres de diversos movimentos sociais, profissionais de saúde, benzedeiras, parteiras, raizeiras e pesquisadoras/es se reuniram e refletiram sobre o que é saúde e a importância das práticas integrativas em todas as dimensões do cuidado. O material faz parte do projeto "Movimentos Sociais Femininos e a Resposta à Síndrome do Zika Vírus", uma parceria entre Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto René Rachou (Fiocruz Minas) e University of York (Reino Unido). A direção do vídeo é de Carina Aparecida.¹⁰¹

⁹⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rV27VY5qGsQ>>.

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://www.canalsaude.fiocruz.br/programas/programaAberto/curta-agroecologia>>.

¹⁰¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HMQ5P5Z-89U>>.

O Veneno está na mesa 2 (70 min)

Após impactar o Brasil mostrando as perversas consequências do uso de agrotóxicos em *O Veneno está na Mesa*, o diretor Sílvio Tandler apresenta no segundo filme uma nova perspectiva. *O Veneno Está Na Mesa 2* atualiza e avança na abordagem do modelo agrícola nacional atual e de suas consequências para a saúde pública.

O filme apresenta experiências agroecológicas empreendidas em todo o Brasil, mostrando a existência de alternativas viáveis de produção de alimentos saudáveis, que respeitam a natureza, os trabalhadores rurais e os consumidores. Com este documentário, vem a certeza de que o país precisa tomar um posicionamento diante do dilema que se apresenta: Em qual mundo queremos viver? O mundo envenenado do agronegócio ou da liberdade e da diversidade agroecológica?¹⁰²

C. RÁDIO

Riquezas da Caatinga

Desde 2005, a Articulação do Semiárido (ASA) produz e disponibiliza edições do Riquezas da Caatinga. O objetivo do programa é divulgar com a proposta política da convivência com o Semiárido. O Riquezas da Caatinga é disponibilizado mensalmente para rádios parceiras, organizações da ASA e instituições parceiras em todo o país. Esses produtos de áudio valorizam a sabedoria das famílias camponesas, debatem e defendem políticas públicas para o Semiárido e apresentam as belezas e singularidades dos biomas da Caatinga e do Cerrado.¹⁰³

Semente Boa!

Semente Boa é um podcast feito através de uma parceria do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com um projeto de extensão da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. Esse podcast tem por objetivo: explicar o que é e como funciona o Movimento, mostrar quem são as pessoas que o constroem e contar suas histórias. Mas não paramos por aí. Também abordaremos assuntos que estão diretamente ligados à luta pela terra, como agroecologia e reforma agrária.¹⁰⁴

D. SITE

Jovens em Comunicação – compromisso com a informação do campo no Bico do Papagaio

Este blog foi criado a partir da oficina de comunicação popular Jovens em Comunicação, promovida pela Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). Os participantes éramos nós, jovens de seis comunidades camponesas da região conhecida como Bico do Papagaio, no extremo norte do

¹⁰² Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/o-veneno-esta-na-mesa/>>.

¹⁰³ Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/radio-asa/riquezas-da-caatinga>>.

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://www.megafono.host/podcast/semente-boa>>.

estado do Tocantins: Canaã, Mulatos, Olho D'Água, Ouro Verde, Santa Juliana e São Félix. A formação aconteceu em alternância, com módulos presenciais e atividades nas comunidades. Durante seis encontros, discutimos sobre comunicação, aprendemos a fazer textos, fotografias e vídeos, e voltamos às nossas casas para colocar a mão na massa, com a produção de reportagens escritas e audiovisuais sobre nossas realidades. O objetivo é divulgar as experiências agroecológicas que estão gerando renda e alimentos saudáveis, e que não conseguem espaço na grande mídia. Todo o material produzido você encontra neste blog, que tem compromisso com a informação do campo no Bico do Papagaio. Nós enfrentamos os preconceitos dos meios de comunicação pautados pelos valores urbanos – também propagados pelas nossas escolas –, para nos tornarmos correspondentes. Assim, com orgulho, vamos lançar ao mundo o campo que produz vida: a nossa realidade a partir da nossa própria visão. Se gostar, convidamos você a ajudar a espalhar essa semente!¹⁰⁵

Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida

O site da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida funciona como uma “prateleira” de informações relacionadas ao tema agrotóxico. Além de notícias atualizadas, há um conjunto de materiais de comunicação “para baixar”, como apresentações, artigos, cartilhas, cartazes, panfletos, livros e filmes.

A Campanha tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam e, a partir daí, tomar medidas para frear seu uso no Brasil. Hoje já existem provas concretas dos males causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo, milhares de agricultores pelo Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida luta por outro modelo de desenvolvimento agrário. Por uma agricultura baseada na agroecologia ao invés dos agrotóxicos e transgênicos, que acredita no campesinato e não no agronegócio, que considera a vida mais importante do que o lucro das empresas.¹⁰⁶

Beiras D'Água

O Beiras é um acervo colaborativo de conteúdo audiovisual conectado pelas águas do Rio São Francisco. São filmes feitos nas beiras dos rios, riachos e veredas que compõem a Rede Hidrográfica do Velho Chico. Um território que abrange cinco estados, 521 municípios e três biomas conectados por águas que atravessam cinco regiões metropolitanas e uma grande diversidade de comunidades tradicionais, camponesas e povos indígenas. O Beiras é sobre as águas, sobre o semiárido, sobre memórias, sobre as pessoas e sobre suas realidades. É sobre populações tradicionais, produção comunitária, movimentos sociais e instituições. O acervo do Beiras é uma ferramenta de sistematização e organização do saber produzido neste território. Facilita o diálogo entre iniciativas populares, ONGs, pesquisadores e instituições, apoiando assim o fortalecimento e a defesa das pautas sociais e políticas que permeiam o ecossistema. O projeto Beiras D'Água é uma realização da

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/>>.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/>>.

Cooperativa EITA e do Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat) do Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz-PE).¹⁰⁷

E. REDES SOCIAIS

Comissão de Jovens Multiplicadores e Multiplicadoras da Agroecologia¹⁰⁸

A Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia (CJMA) tem atuação em Pernambuco, nas regiões da Mata Sul, Agreste Setentrional e Sertão do Pajeú.

A CJMA é estratégica, pois é um espaço pleno de formação, mobilização, articulação, incidência e auto-organização das juventudes em seus territórios. O desenvolvimento das ações de formação, comunicação e desenvolvimento agroecológico tem contribuído com o protagonismo político dessa geração, criando condições sustentáveis e estimulando a permanência das juventudes no campo, com mais dignidade e mais oportunidades.¹⁰⁹

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento social popular organizado em dezoito estados brasileiros, que representa as mulheres trabalhadoras do meio rural. Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres. Há mais de vinte anos construímos um Movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista. Nesse período, nos organizamos, lutamos e conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros. Continuamos lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.¹¹⁰

Associação Cultural dos Realizadores Indígenas (ASCURI)

Nós, da Associação Cultural dos Realizadores Indígenas (ASCURI), somos um grupo de jovens realizadores/produtores culturais indígenas de Mato Grosso do Sul (Brasil) que busca, por meio da linguagem cinematográfica e das novas tecnologias de comunicação, desenvolver estratégias de formação, resistência e fortalecimento do jeito de ser indígena tradicional. A ASCURI atualmente se estabelece como uma alternativa pensada por realizadores indígenas Terena, Kaiowá e Quechúa frente ao modo predominante de se pensar e de se fazer cinema na América Latina. A partir de nossa experiência, acreditamos que novas mídias devam ser usadas em prol dos nossos direitos originários e da garantia de nossa participação ativa em temas que

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://beirasdagua.org.br/>>.

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/cjmapejuv/>>.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/jovens-multiplicadores-em-agroecologia-uma-metodologia-transformadora>>.

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/>>.

nos dizem respeito, tais como a gestão de nossos territórios, sua conservação ambiental, o uso de seus recursos naturais, e o desenvolvimento de políticas de segurança alimentar.¹¹¹

Ororubá Filmes

“Utilizando o que tem de moderno, para fortalecer o que tem de ancestral.” Este é o lema da Ororubá Filmes, um coletivo de jovens indígenas que compreende a comunicação como estratégia de registrar e fortalecer os acontecimentos do povo Xukuru do Ororubá (Pernambuco). Na página no facebook da Ororubá Filmes é possível assistir transmissões ao vivo de atividades do povo Xukuru e várias produções audiovisuais realizadas pelas/os jovens.¹¹²

F. CARTILHAS

Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia

Esta cartilha, editada pela Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), tem como objetivo apresentar a metodologia da Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia, que ocorreu na cidade de Conceição de Coité / BA, nos dias 25 e 27 de março de 2014, com a participação de cerca de 200 agricultores e agricultoras familiares, representantes de movimentos e organizações sociais de diversos municípios baianos.

Os objetivos principais da Caravana são: mostrar o que está sendo realizado no campo da Agroecologia; identificar os principais conflitos da comunidade a serem resolvidos; e informar a importância da Agroecologia. A AABA é uma articulação que reúne organizações e movimentos que se identificam com a construção e fortalecimento do campo agroecológico, de forma a promover o diálogo e o intercâmbio de experiências entre atores que estão elaborando e experimentando alternativas de produção, comercialização, organização comunitária e gestão de recursos naturais.¹¹³

Saberes Populares

Esta cartilha é um trabalho de sistematização de conhecimentos construídos e compartilhados pela interação entre agricultores/as, técnicos/as, estudantes, professores/as, pesquisadores/as, interessados/as, militantes e artistas. São conceitos, práticas e receitas desenvolvidas e difundidas por todos/as os elos que compõem essa corrente e que, cotidianamente, contribuem para a consolidação da agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Este produto representa a própria riqueza que a cidade nos fornece: a possibilidade da troca entre os

¹¹¹ Disponível em: <<https://ascuri.org/>>.

¹¹² Disponível em: <<https://www.facebook.com/OrorubaFilmes/>>.

¹¹³ Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/cartilha-da-caravana-agroecologica-e-cultural-da-bahia/>>.

diferentes. A conclusão deste trabalho foi possível através da parceria entre a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana – AUÊ!, grupo de pesquisa e extensão universitária da Universidade Federal de Minas Gerais.¹¹⁴

G. COBERTURA COLABORATIVA

Comissão de Comunicação e Cultura do IV Encontro Nacional de Agroecologia

O IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) aconteceu entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 2018, em Belo Horizonte. Mas a decisão sobre a sua realização se deu na Plenária Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), no mês de abril de 2017. Desde a plenária, várias iniciativas de comunicação ocorreram tanto no contexto do processo preparatório do IV ENA como nos dias do evento e nos meses seguintes. A Comissão de Comunicação e Cultura foi uma das primeiras a se formar e a iniciar o processo de construção para o IV ENA. Ainda em 2017 foi realizado um Encontro Ampliado com a presença de comunicadoras/es de instituições da agroecologia de Minas Gerais e de outros estados e de movimentos e coletivos de comunicação popular de Belo Horizonte. Esse Encontro foi de extrema importância para criar um sentido coletivo da tarefa e para ampliar o entendimento do fazer da comunicação popular que seria construído rumo ao IV ENA. Desde o início da organização do IV ENA, foi colocada a perspectiva de trabalhar as dimensões da comunicação e da cultura em uma mesma supercomissão. A intenção ao realizar essa conexão foi abandonar a visão de que as fortalezas populares relacionadas à cultura são apenas ferramentas, momentos de lazer e entretenimento. A cobertura colaborativa do IV ENA teve a participação 79 comunicadoras/es (49 mulheres e 30 homens) que produziram um rico acervo textual, audiovisual e fotográfico (ANA, 2020).

Exemplos de ações e ferramentas de comunicação utilizadas no contexto do IV ENA

- Antes do evento: posts no facebook da ANA, elaboração de matérias para o site da ANA, produção de vídeos, formação de um Bloco de Carnaval, sessão de filmes de agroecologia...
- Durante o IV ENA: posts e transmissões ao vivo no facebook, matérias no site da ANA, informativos para o Whatsapp, rádio poste, assessoria de imprensa, facilitações

¹¹⁴ Disponível em: <https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/09/saberes-populares_aue.pdf>.

gráficas, apresentações artístico-político-culturais, produção de vídeos, registro fotográfico, instalações artístico-pedagógicas...

- Depois do Encontro: posts no facebook, matérias para o site da ANA, produção de vídeos, compartilhamento de fotos...

Canal da ANA no YouTube: www.youtube.com/channel/UCJAtJb86gN1NyFPpewZXRCw

Flickr da ANA: www.flickr.com/photos/135192960@N07/albums

Facebook da ANA: www.facebook.com/articulacaonacionaldeagroecologia/

Site da ANA: www.agroecologia.org.br/

Site do ENA: <http://enagroecologia.org.br/>

H. JORNALISMO POPULAR

Os veículos de jornalismo popular são ferramentas estratégicas para a construção de uma visão de mundo contrária àquela imposta pela imprensa comercial. No jornalismo popular, as informações e debates de interesse público e coletivo se mantêm como foco mesmo quando a abordagem parte de histórias de vida de pessoas. Nessa perspectiva, não é difícil perceber a colaboração mútua dessa mídia com a agroecologia. Apesar de não serem canais de comunicação popular relacionados diretamente à agroecologia, achamos importante trazer os exemplos a seguir. Procuramos destacar, por um lado, a relevância de conhecer, fortalecer e nos informar por estes veículos e, por outro lado, a importância de termos sempre em mente as parcerias que podemos fazer com a mídias populares.

Brasil de Fato

O Brasil de Fato (BdF) é um site de notícias e uma radioagência, além de possuir jornais regionais no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná e em Pernambuco. Lançado em 25 de janeiro de 2003, o BdF circulou por mais de dez anos com uma versão impressa nacional. Por entenderem que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos populares criaram o Brasil de Fato para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Plural e diversificado, o BdF reúne jornalistas, articulistas e movimentos populares do Brasil e do mundo. Além do site, da Radioagência e das edições impressas, o Brasil de Fato circula pelas redes sociais, por Facebook, Twitter, Youtube, Flickr e SoundCloud.¹¹⁵

¹¹⁵ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/>>.

Mídia Ninja

Somos uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho. Entendemos a comunicação democrática como um direito humano e defendemos o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação, visibilizando pautas de comunicação, causas identitárias, cultura, meio ambiente, juventude e outras que dialogam com os desafios do século XXI. A Mídia NINJA foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhões nas ruas do Brasil. À ocasião realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. Em 2016 foi uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio a instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil.¹¹⁶

I. EXPOSIÇÃO

Labirinto dos Agrotóxicos

O Labirinto dos Agrotóxicos é um módulo da exposição temporária Processaber realizada no Espaço do Conhecimento UFMG em 2016. A estrutura do labirinto é pensada para criar histórias e narrativas referente às controvérsias científicas. Esse aparato expositivo apresenta um problema inicial e oferece um percurso com uma série de bifurcações para ser percorrido pelo visitante, a partir das suas escolhas. A cada passagem, são colocadas questões e o visitante segue para um beco sem saída ou uma saída precipitada do labirinto. Versátil e de fácil construção, o Labirinto pode ser montado em vários lugares, independente de museus ou exposições, com a possibilidade de abordar diferentes temas controversos.¹¹⁷

3.5 Relação entre as diretrizes e as iniciativas de comunicação popular

Conforme dito anteriormente, não foi objeto de nosso estudo fazer uma análise dos conteúdos das iniciativas de comunicação. Mas achamos importante registrar que ao pesquisar e reunir o material nos deparamos com informações que nos ajudaram a definir e qualificar a contextualização das diretrizes. Reiteramos que nossa compreensão é de que as diferentes diretrizes se manifestam de forma inter-relacionada nas práticas de comunicação, seja em um pequeno trecho do conteúdo, seja no todo da ação realizada ou do material

¹¹⁶ Disponível em: <<http://midianinja.org/>>.

¹¹⁷ Disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/processaber/>>.

produzido. Entretanto, consideramos que trazer aqui alguns exemplos de conteúdo pode ajudar a visualizar o que está sendo proposto.

Juvecílio Vieira Trindade e Teresinha de Souza Trindade moram há dez anos com a filha Joana na comunidade do Funil, em Simonésia (MG). Na propriedade de 1,2 ha é possível encontrar uma expressiva variedade de cultivos, como: café, milho, feijão, amendoim, arroz, mandioca, cana, abacaxi, banana, caju, laranja, mexerica, limão, manga, abacate, ameixa, graviola, conde, acerola e pêssego. O casal também possui uma horta e cria galinhas e porcos. Para Teresinha, estar no meio de tanta diversidade, utilizando princípios ecológicos nos cultivos e na propriedade, é a forma que eles encontraram para viverem com mais satisfação. “Na verdade, a gente não sabe viver de outro jeito. Quando descobrimos o que é a agroecologia, é como se 90% da vida da gente já estivesse resolvida”, acredita a agricultora. Juvecílio concorda com Teresinha, e complementa: “A questão da diversificação é dar condições de vida para tudo e para todos; para o ser humano, para os animais e para os vegetais. Respeitando a natureza, respeitando as criações”.¹¹⁸

O texto acima faz parte do informativo *Agroecologia no Leste de Minas*, publicado pela instituição Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e pela Rede Agroecológica do Leste de Minas. Salientamos duas diretrizes da comunicação agroecológica presentes nesse trecho: **referência nas práticas sociais** e **protagonismo de quem faz**. Este número do informativo traz a história de uma família da agricultura familiar que pratica a agroecologia em sua propriedade, localizada em uma região onde predomina o cultivo de café em sistema de monocultura. A diversificação da produção é vista pelo casal como uma forma de qualificar a alimentação saudável e de buscar outras fontes de renda.

Publicações com formato semelhante a esse boletim têm sido produzidas com frequência por organizações do movimento agroecológico. O conteúdo do material é geralmente resultado de processos participativos de sistematização realizados nos territórios com o objetivo de proporcionar reflexões coletivas sobre as experiências agroecológicas e seus contextos. *O Candeeiro*, produzido pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), é uma das iniciativas mais conhecidas nesse formato. Desde 2007, já foram publicados na versão impressa mais de duas mil edições com sistematização de experiências de agricultores e agricultoras familiares no Semiárido¹¹⁹.

A mandioca foi domesticada por nós povos indígenas há séculos. É uma fruta bruta que foi domesticada pelos povos indígenas para sustentação. A mandioca tem o nome na

¹¹⁸ Trecho do Informativo **Agroecologia no Leste de Minas**, n. 15, junho de 2017. Publicado pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e Rede Agroecológica do Leste de Minas.

¹¹⁹ Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

origem Tupi, do tronco Tupi. Existe uma lenda de nós povos indígenas que fala como a mandioca surgiu. Fala sobre Mani, que era uma indígena de uma tribo Tubi, que faleceu. E quando essa índia faleceu, onde os anciões enterraram o corpo de Mani nasceu uma planta. E essa planta tinha uma raiz clara e tão branca quanto a pele de Mani. E daí um pajé foi e colocou no nome de mani – mandioca. A mandioca é muito importante para nós povos indígenas não só para a questão da alimentação, da nutrição. Mas a mandioca também tem um lado espiritual. Alguns povos do Brasil usam a mandioca para fazer o caxiri. O caxiri é uma bebida tradicional que os pajés e os xamãs, os anciões, usam essa bebida para transcender e chegar a um estágio avançado de se comunicar com os espíritos, para poder fazer seus trabalhos de cura. Então, além da alimentação, a mandioca tem uma finalidade espiritual.¹²⁰

Esse trecho do vídeo sobre a Casa de Farinha da comunidade indígena Tingui Botó é um exemplo de comunicação popular que também destaca o **protagonismo de quem faz**, seus valores e sua cultura. O vídeo, que foi produzido pelo Núcleo de Cinema Guerreiros Tingui Botó, apresenta a forma de plantio da mandioca e o processo de produção de farinha na comunidade. Contudo, as entrevistas e imagens escolhidas narram essa história de forma articulada à cultura e modos de vida da comunidade, e não apenas como um conjunto de regras e técnicas a serem aplicadas. A inter-relação entre a origem da planta, a produção agroecológica, a segurança alimentar, os cantos de trabalho e a relevância da mandioca para as práticas culturais também apontam para a importância de construir sistemas alimentares baseados no respeito aos valores e à ancestralidade indígena e às tradições dos povos e comunidades tradicionais.

Este capítulo traz receitas que resgatam alguns dos princípios do manejo agroecológico, que consiste em utilizar o que estiver disponível, reciclar e reutilizar materiais, aproveitar os recursos naturais (sol, chuva, biodiversidade), sempre em equilíbrio e compreendendo o solo como um organismo vivo. A agroecologia, no entanto, não é um conjunto de técnicas, mas um processo de construção social, onde cria-se e faz-se junto, experimentando em grupo e refletindo sobre as práticas, avanços e dificuldades. Nesse sentido, o diálogo entre o conhecimento popular e o científico está presente em cada uma das receitas que compartilharemos agora com vocês.¹²¹

No trecho acima, que foi retirado da cartilha *Saberes Populares*, é possível observar como a organização Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana – AUÊ! da Universidade Federal de Minas Gerais tiveram a atenção em demarcar que o conteúdo da publicação é originado do **diálogo de saberes**. A publicação é

¹²⁰ Trecho do filme **Casa de Farinha dos Tingui Botó**, realizado pelo Núcleo de Cinema Guerreiros Tingui Botó. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=30rlgpDo0uk>. Acesso em: 2 dez. 2019.

¹²¹ Trechos da cartilha **Saberes Populares**, 2016. Publicada pela Rede de Intercâmbio e pelo Grupo AUÊ! / UFMG. Disponível em: <https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/09/saberes-populares_aue.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

resultado da sistematização de conhecimentos construídos a partir da interação entre agricultoras/es, técnicas/os e pesquisadoras/es e compartilhados por meio de práticas e receitas de manejo agroecológico, culinária e remédios caseiros de plantas medicinais.

Durante os dias 25 e 27 de março de 2014 aconteceu a 1ª Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia, que reuniu cerca de 200 agricultores e agricultoras familiares, representantes de movimentos e organizações sociais de diversos municípios baianos na cidade de Conceição de Coité – BA. O processo de construção da Caravana, realizado pela Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), apresentou cinco etapas distintas: planejamento, articulação, mobilização, realização e sistematização para divulgação dos resultados. A função das caravanas é engajar a participação de agricultoras e agricultores na experimentação e construção social da Agroecologia. Os objetivos principais são: mostrar o que está sendo realizado no campo da Agroecologia; identificar os principais conflitos da comunidade a serem resolvidos; e informar a importância da Agroecologia.¹²²

A manifestação da **construção coletiva** em um instrumento de comunicação agroecológica foi observada na cartilha Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia. Ao descrever o processo de preparação e realização da caravana, pode-se constatar a presença da coletividade e da solidariedade nas atividades de construção da agroecologia. As caravanas, por exemplo, favorecem a mobilização de atores locais e a reflexão conjunta sobre a realidade de cada território, além de fomentar a troca de experiências entre diversos participantes, contribuindo para o reconhecimento de saberes, o intercâmbio multi e transdisciplinar e o fortalecimento de vínculos (ABA Metodologia, p. 57).

Rompendo com a naturalização das desigualdades, de norte a sul do país, há mulheres que protagonizam a construção de uma agricultura sem venenos e sem exploração de seus corpos, vidas e trabalhos. “Outras Marias” que seguem organizadas na transformação das injustiças a que são submetidas dentro e fora de casa. As quatro lideranças da Zona da Mata mineira, retratadas neste documentário, ecoam a voz de mulheres rurais com semelhantes enfrentamentos e que têm seguido juntas em busca de sua autonomia pessoal, econômica e política, demonstrando que Sem Feminismo não há Agroecologia!¹²³

O filme *Outras Marias* comunica o **protagonismo feminino** na construção da agroecologia ao demonstrar tanto as tarefas das mulheres na agricultura como as lutas para transformação das desigualdades de gênero. O texto acima é a apresentação que está no encarte do filme.

¹²² Trechos da cartilha **Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia**. Publicada pela Articulação de Agroecologia da Bahia e pelo Instituto de Permacultura da Bahia. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/cartilha-da-caravana-agroecologica-e-cultural-da-bahia/>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

¹²³ Apresentação do filme **Outras Marias**. Iniciativa do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede. Produção de Formosa Filmes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nEzSbsE4bVU>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

Ressaltamos ainda que além dos materiais que tratam especificamente da realidade das mulheres, como o filme *Outras Marias*, várias práticas comunicativas produzidas no âmbito do movimento agroecológico se atentam para não reproduzir ou reforçar as desigualdades entre os gêneros. Esse cuidado pode se manifestar na escolha do conteúdo dos textos e imagens que vão entrar no instrumento de comunicação, mas também na linguagem adotada. O trecho a seguir mostra, por exemplo, como o uso da barra (/) pode ser uma opção à regra da norma-padrão da língua portuguesa que usa o gênero masculino na formação do plural.

É preciso construir e fortalecer redes locais, regionais e nacional que assegurem a autonomia de parteiras, raizeiros/as, benzedeiros/as, curandeiros/as, mateiros/as e homeopatas populares, agricultores/as familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, para que possam seguir praticando e repassando seus conhecimentos no cuidado da saúde da família, da comunidade e da terra, assim como assegurando o livre uso e acesso às riquezas naturais nos diferentes territórios (ANA, 2018, p. 22).

Juventudes de várias partes do Bico do Papagaio participam de reunião realizada nesta sexta-feira, 8, na sub-sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriti. Uma das ideias do encontro foi organizar a juventude, reconhecer e valorizar suas ações nas comunidades. Eles já desenvolvem algumas ações em suas comunidades como o Jovens em Comunicação, apicultura, Sistemas Agroflorestais (SAFs) e o grupo de artesanato Pindova. Essas atividades se dividem em 8 municípios da região: Axixá, Sítio Novo, São Miguel, Praia Norte, Augustinópolis, Buriti, Araguatins e Esperantina. “Depois que passei a fazer apicultura mudei minha relação com a natureza. Tenho uma visão diferente, antes só queria ir para cidade, mas hoje percebo que o jovem do campo tem condições de viver com contiguidade no campo”, diz Matheus dos Santos Filho, morador da comunidade Santa Cruz, setor sede de Buriti, e estudante da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (EFABIP).¹²⁴

O *blog Jovens em Comunicação – compromisso com a informação do campo no Bico do Papagaio*, do qual foi coletamos essa notícia, foi criado a partir de uma oficina de comunicação popular promovida pela instituição Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). O objetivo é “divulgar as experiências agroecológicas que estão gerando renda e alimentos saudáveis, e que não conseguem espaço na grande mídia”. De acordo com as/os jovens que produzem o *blog*, os meios de comunicação comerciais são pautados por valores urbanos, também propagados nas escolas, e, por isso, elas/es precisam “lançar

¹²⁴ Trecho de matéria publicada no site **Jovens em Comunicação**. Disponível em: <<https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/2018/06/11/jovens-do-bico-se-reunem-para-discutir-aco-es-produtivas-e-de-comunicacao-em-suas-comunidades/>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ao mundo o campo que produz vida” a partir da visão que têm sobre a realidade”¹²⁵. Na matéria que reproduzimos acima, verifica-se a **inserção da juventude** em atividades agropecuárias (sistemas agroflorestais e apicultura) e de comunicação popular, bem como um relato que mostra a mudança de percepção de um jovem sobre a natureza e a vida no campo.

Além de não conter agrotóxicos, o alimento agroecológico também não porta em si injustiças. Ele não porta expropriação da terra, ele não porta trabalho infantil, ele não porta violência contra a mulher, ele não porta contaminação ambiental, dos rios, dos solos, dos açudes, contaminação das pessoas e contaminação dos alimentos.¹²⁶

Esse é um trecho do filme *O veneno está na mesa – 2*, produzido pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Via e dirigido pelo cineasta Sílvio Tendler. Ele sintetiza o **diálogo e a convergência** de alguns dos princípios da agroecologia com os de outros movimentos que lutam por direitos e justiça social, como o direito à terra e ao território, os direitos das crianças e das mulheres, o direito à alimentação adequada, o direito ao usufruto democrático dos bens comuns da natureza. O primeiro filme *O Veneno está na Mesa* priorizou apresentar o contexto político e econômico de difusão dos agrotóxicos no Brasil e os impactos do uso no meio ambiente e na saúde das pessoas. Já a segunda edição atualiza e avança na abordagem do modelo agrícola nacional, com foco na apresentação de experiências agroecológicas empreendidas em todo o Brasil que mostram a existência de alternativas viáveis de produção de alimentos saudáveis sem contaminar o ambiente e sem intoxicar as/os trabalhadoras/es rurais e consumidoras/es.¹²⁷

¹²⁵ Disponível em: <<https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

¹²⁶ Trecho da entrevista de Raquel Rigotto, retirado do filme **O veneno está na mesa - 2**. Iniciativa da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/o-veneno-esta-na-mesa/>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

¹²⁷ Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/o-veneno-esta-na-mesa/>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia para realizar essa pesquisa veio de uma percepção compartilhada por diversas pessoas do movimento agroecológico sobre a importância em discutir e qualificar a comunicação desenvolvida no contexto da agroecologia. Apesar de termos uma riqueza de iniciativas – chamadas neste trabalho de comunicação agroecológica – nas diversas regiões do Brasil, percebemos poucas pesquisas acadêmicas sobre essa prática social. Diante dessa realidade, definimos a comunicação como nosso objeto de estudo, com a intenção de contribuir para as reflexões sobre essa temática no âmbito do movimento agroecológico.

Para desenvolver esse trabalho, procuramos estabelecer um diálogo entre os conhecimentos científico-acadêmicos de diferentes campos disciplinares com os conhecimentos produzidos nas ações cotidianas pelas organizações sociais e movimentos populares. Assim, buscamos realizar pesquisa bibliográfica e analisar documentos produzidos principalmente no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o que nos permitiu identificar e refletir sobre algumas informações relacionadas às práticas de comunicação agroecológica. Nesse sentido, constatamos como comunicadoras e comunicadores têm avançado no entendimento sobre o caráter popular das práticas de comunicação agroecológica, da sua conexão com diferentes culturas e da necessidade em não perder de vista a perspectiva da comunicação enquanto um direito. Essas abordagens se manifestam em diversas iniciativas desenvolvidas com diferentes formatos e linguagens.

Ressaltamos, no entanto, que na opinião de pessoas inseridas nas reflexões coletivas sobre a comunicação agroecológica, as lições aprendidas e os avanços na concepção e realização das práticas comunicativas não são devidamente compartilhados no movimento. Essa avaliação convergiu com o requisito do Promestre que determina que a/o aluna/o deve elaborar um produto ou recurso educativo complementar à dissertação. Assim, optamos por produzir um livro digital – *Propostas para Comunicação Agroecológica* – com referência nos resultados e análises desse estudo.

Deve-se destacar que definimos como público prioritário do livro pessoas que já estão inseridas em ações de agroecologia. Nesse sentido, decidimos priorizar na publicação as

informações e análises que sistematizamos sobre comunicação, em vez de colocar os conhecimentos acumulados sobre os sistemas alimentares e as tecnologias usadas na agricultura. Essa definição partiu também da avaliação de que as informações sobre agroecologia, de modo geral, estão mais acessíveis e apropriadas pelas/os profissionais e ativistas do campo agroecológico, ao contrário do que acontece quando o assunto é comunicação.

Importante observar também que adotamos o termo *Comunicação Agroecológica* nesse trabalho por ser uma expressão que tem sido utilizada por comunicadoras/es inseridas/os em processos de reflexão relacionados às iniciativas de comunicação da agroecologia. Contudo, consideramos necessário demarcar nosso entendimento de que as propostas apresentadas não são as únicas possíveis para orientar as práticas de comunicação sobre agroecologia; e também não quer dizer que elas sejam exclusivas da comunicação agroecológica. Elas foram constituídas nas circunstâncias desse trabalho e, portanto, têm origem em um contexto definido e em um determinado momento histórico.

Reconhecemos ainda que o livro foi elaborado a partir de conhecimentos gerados coletivamente por comunicadoras e comunicadores da agroecologia. Nessa perspectiva, salientamos a nossa intenção em circular a publicação nos coletivos dos quais participamos, bem como utilizá-lo como referência em processos de formação sobre comunicação e agroecologia.

No que se refere ao nosso processo de investigação, ainda que tenhamos nos guiado por perguntas – algumas delas viraram os títulos dos capítulos –, essa dissertação não teve o objetivo de oferecer respostas. O trabalho pretendeu trazer elementos que ajudam a compreender as questões e, ao mesmo tempo, apresentar alguns aprendizados coletivos que apontam para respostas.

Ao pesquisar a construção histórica da agroecologia, constatamos que, nas últimas décadas, ganhou força a compreensão trazida por estudos que procuram conceituá-la enquanto ciência de caráter transdisciplinar, que articula diferentes áreas do conhecimento científico-acadêmico com os saberes e conhecimentos camponeses e de outras culturas e identidades locais. Paralelamente, os estudos sociais de ciência e tecnologia partem de pressupostos

“que envolvem o rechaço da imagem da ciência como atividade pura e neutra, a crítica da concepção de tecnologia como ciência aplicada e neutra e a rejeição a estilos tecnocráticos promovendo a participação pública na tomada de decisões” (MARANDINO, CONTIER, NAVAS, 2007, s/p). Há ainda outros movimentos de atualização crítica dos debates no campo da divulgação científica que informam uma mudança de concepção na comunicação pública da ciência ao refutar o modelo unidirecional do conhecimento, valorizar os modelos dialógicos e considerar que a sociedade tem um papel determinante nos rumos da ciência. Recentemente, surgiram também pesquisas que partem de uma abordagem cultural para compreenderem a comunicação científica como processo de construção coletiva de narrativas, valores e significados. Percebemos, assim, importantes aproximações entre os referenciais teóricos e as práticas de comunicação agroecológica e comunicação pública da ciência que podem contribuir para as teorizações sobre a complexa e dinâmica relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Tais aproximações podem ainda favorecer a construção coletiva de conhecimentos, a partir do diálogo de saberes, bem como qualificar as estratégias e ações de comunicação contra-hegemônicas.

Ressaltamos também que a perspectiva do direito à comunicação e os processos de incidência política do movimento agroecológico nos pareceram muito relevantes para discutir a governança da tecnociência e os modelos de divulgação e comunicação científica. Verifica-se algumas semelhanças entre as abordagens, mas, como alerta Castelfranchi (2008), deve-se ficar atento para o risco de o discurso de democratização da ciência e engajamento e participação social não se tornar apenas retórica, bandeiras discursivas da ciência e dos processos decisórios sobre biossegurança.

Podemos considerar que essa observação de Castelfranchi vale também para os debates sobre a democratização da comunicação e dos sistemas alimentares. Ou seja, ampliar a participação e constituir espaços mais dialógicos não significa necessariamente que haverá uma mudança de paradigma dos sistemas de comunicação e alimentação dominantes. Principalmente quando as definições estratégicas continuam favorecendo elites financeiras que possuem influências desiguais nas tomadas de decisões. Nesses casos, há os mesmos riscos de esses discursos e espaços acabarem maquiando os processos decisórios e legitimando os mecanismos geradores de injustiças. Desse modo, é importante apoiar a

consolidação das ações concretas que mostram na prática os caminhos da democratização, bem como fortalecer os debates sobre o direito à comunicação que apontam para a direção de que diante de tantas incertezas e com tanta coisa a ser dita e a ser feita, não é necessário apenas abrir os canais de diálogo com o público e/ou reconhecer que já existe uma diversidade de atores e pontos de vista envolvidos no debate. É preciso garantir a essa diversidade de atores condições de dizerem, de serem ouvidos e que o que dizem seja incorporado nas políticas e na definição de assuntos estratégicos para o País.

Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 94), ao descrever as características do que ele chama de ecologia de saberes, destaca que sua natureza é constituir-se por meio de “perguntas constantes e respostas incompletas”. Segundo Santos (2007, p. 94), “a ecologia de saberes nos capacita a uma visão mais abrangente tanto daquilo que conhecemos como daquilo que desconhecemos, e também nos previne de que aquilo que não sabemos é ignorância nossa e não ignorância em geral”.

Orientados por essa concepção, apresentaremos em seguida alguns elementos levantados nas nossas pesquisas, mas que foram pouco explorados nesse trabalho. São, entretanto, questões que consideramos relevantes e que poderão ser objeto de investigações em projetos futuros. Por exemplo, buscamos evidenciar e estabelecer algumas propostas para comunicação agroecológica, partindo das iniciativas e análises que já existem e agregando nossas experiências e reflexões geradas durante o processo de pesquisa. Destacamos que as práticas comunicativas que são desenvolvidas no âmbito do movimento tentam fortalecer e ampliar as experiências concretas de agroecologia, mas também fazer com que as vozes das mulheres, das juventudes, das/os negras/os, dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades circulem, se amplifiquem e sejam ouvidas. Não se trata, contudo, de “dar voz” a esses sujeitos que sempre as tiveram e sempre as usaram para resistir aos sistemas opressores capitalista, patriarcal, racista e colonizador. No entanto, não analisamos nesse trabalho o real impacto dessas iniciativas de comunicação, nem se (e como) alcançaram seus objetivos. Consideramos que estudos nessa direção são fundamentais para entendermos os limites e avanços das práticas de comunicação agroecológica, principalmente se tais investigações forem feitas com (e na perspectiva) dos sujeitos coletivos anteriormente citados.

Aproveitamos também para registrar que nosso trabalho priorizou entender o que pode caracterizar as práticas comunicativas sobre a agroecologia e seu potencial para a construção de ações e narrativas críticas. Portanto, não teve como foco analisar as contradições e limitações inerentes à agroecologia e ao movimento agroecológico. No entanto, reconhecemos a relevância e necessidade das pesquisas que buscam compreender essas limitações e contradições como forma de seguirmos avançando na construção de movimentos e ações que levem à superação das diferentes manifestações de desigualdade presentes em nossa sociedade.

Ao longo do nosso estudo percebemos que quem se beneficia com as concepções dominantes de agricultura, de comunicação e de ciência talvez não sejam exatamente os mesmos grupos. Mas podemos dizer que mais do que uma relação íntima, eles estão no mesmo lado e defendem os mesmos interesses. No Brasil, o que predomina é a economia de mercado e uma elite nacional que enxerga o País (e seus recursos) como uma grande empresa de sua propriedade. Na área da comunicação, a concentração de propriedade e de audiência favorece que a informação e a comunicação continuem a ser tratadas como mercadorias regidas por contratos e concessões. Em relação à ciência e tecnologia, identificamos o predomínio de interpretações “produtivistas, elitistas e desconectadas de questões marcantes na sociedade brasileira, como as opressões, violências e desigualdades sociais” (ABA, 2019, p. 1). Vimos também como a invisibilidade dos sujeitos coletivos que lidam com a terra foi reforçada pelas lógicas de opressão e dominação presentes em nossa sociedade e significou o apagamento de relevantes culturas e conhecimentos relacionados ao manejo sustentável de agroecossistemas.

Para Santos (2007, p. 79-80), vivemos em uma forma de governo indireto no qual o Estado, em diversas situações, “se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados, de modo que poderosos atores não-estatais adquirem controle sobre a vida e o bem-estar de vastas populações”. No governo indireto, a obrigação política do Estado constitucional moderno foi “substituída por obrigações contratuais privadas e despolitizadas”. De acordo com o autor, este contexto representa ainda a ascensão de “um regime social de relações de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (SANTOS, 2007, p. 80).

As características evidenciadas por Santos (2007) sobre a atual configuração da nossa sociedade se expressam também na realidade do campo no Brasil, onde boa parte da agricultura familiar e camponesa está submissa não apenas às indústrias de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes, como também às empresas que detêm o controle das cadeias de comercialização dos produtos agrícolas. As medidas adotadas pelo Estado brasileiro acabam por legitimar e permitir a atuação do “governo indireto”, criando uma legislação favorável à ampliação e ao fortalecimento do agronegócio, em detrimento dos modos de vida comunitários e dos conhecimentos associados à conservação dos ecossistemas naturais. A existência de uma bancada ruralista no Congresso brasileiro serve para certificar que as prioridades do modelo de desenvolvimento agrícola seguirão direcionadas para a tecnificação e adequação ao mercado (enquanto consumidor de insumos industriais e fornecedor de *commodities*), favorecendo o controle das empresas transnacionais.

A despolitização de questões centrais para nossa sociedade é uma forma de manter a concentração de poder e os privilégios de uma elite econômica no Brasil. Despolitizar os debates representa um esforço em reduzir a agricultura e a comunicação a questões puramente técnicas; a cultura a apresentações artísticas; e a ciência a um sistema de produção de conhecimento alheio ao seu contexto.

Ao observar a confluência das discussões sobre os sistemas alimentares e de comunicação, constatamos que quando o assunto é agricultura, o que usualmente vemos na mídia comercial é um grande aparato atuando a favor do agronegócio. A imagem espetacularizada do setor, adotando aqui como referência o conceito de sociedade do espetáculo proposto por Guy Debord, opera no sentido de tentar criar um imaginário de que o agronegócio é um modelo de sucesso imprescindível à economia do País e às populações do campo e da cidade. Conforme argumenta Chã (2018, p. 180), há uma estratégia orquestrada do agronegócio em se posicionar perante a sociedade de forma a ocultar suas contradições e consolidar sua hegemonia nas dimensões econômica, política e ideológica. Como se não bastasse difundir os valores e princípios do agronegócio, a narrativa predominante da mídia

comercial colabora para criminalizar e difundir uma perspectiva negativa dos movimentos que lutam por direitos e outros paradigmas de agricultura.

Por outro lado, os debates sobre agriculturas, ciência e comunicação ajudaram a identificar as diferentes concepções engendradas na agroecologia e no direito à comunicação que podem favorecer o desenvolvimento de processos comunicacionais e de sistemas alimentares baseados em outros paradigmas. Diante da constatação acima, procuramos trazer a análise de comunicadoras e comunicadores que mostra a importância do movimento agroecológico dar centralidade à discussão sobre comunicação. O olhar estratégico para essa temática é fundamental a um movimento que tem propostas para os sistemas alimentares baseadas em práticas cotidianas dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades. Simultaneamente, o movimento agroecológico se propõe a denunciar com veemência os impactos do regime neoliberal sobre o Estado Democrático de Direito; a apropriação dos bens comuns pelas empresas do agronegócio; e o aumento da violência e das violações de direitos que colocam em risco a biodiversidade e atacam os diferentes modos de vida nas comunidades e territórios (ABA, 2019). Assim, é preciso encontrar maneiras de evidenciar as contradições do agronegócio e da mídia comercial e as condições desiguais de poder existentes na construção e regulação de sistemas públicos de comunicação, de alimentação e de ciência e tecnologia.

Podemos dizer que não é um desafio pequeno para o movimento agroecológico e, conseqüentemente, para a comunicação agroecológica, a desconstrução concreta e simbólica de sistemas, ideias e valores dominantes; ao mesmo tempo em que busca construir e comunicar o seu potencial para soberania e segurança alimentar (mostrar que é capaz de produzir comida de verdade em quantidade suficiente para alimentar a população), por meio de métodos justos e solidários (sem hierarquizar pessoas e saberes) e orientada por outros princípios e valores. Mas é preciso considerar que a favor da comunicação agroecológica estão as experiências de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos saudáveis e as lições aprendidas pelas redes locais. Essas práticas sociais e os conhecimentos que delas emergem são as fortalezas e principais referências do movimento agroecológico e da comunicação que busca mobilizar a sociedade para a democratização dos sistemas alimentares.

REFERÊNCIAS

- ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Carta Sergipana do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (XI CBA)**. Sergipe: ABA, 2019. 7p. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/XI-CBA-Agroecologia_Carta-Sergipana.pdf>.
- ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Caderno de Metodologias – ABA-Agroecologia / André Biazoti, Natália Almeida, Patrícia Tavares (Org.)**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017. p. 57-60. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/caderno-de-metodologia/>>.
- ALMEIDA, Angélica. **A construção do ‘eu’ e do ‘nós’**: processos de mobilização social em perfis de mulheres agroecológicas no Facebook. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- ALMEIDA, Carla. **Organismos Geneticamente Modificados e Atores Diretamente Impactados**: como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos? Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- ALMEIDA, Daniela Adil. **Isto e Aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do Progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 5a ed, 2009.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA)**: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. Rio de Janeiro: ANA, 2018. 47p. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2019/03/carta_politica_web.pdf>.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Memórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia**: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. Rio de Janeiro: ANA, 2020. No prelo.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Oficina de Comunicação**. Salvador, 14 a 16 mar. 2017. Relatório (Sistematização: Bruna Hercog). 91 p. Não publicado.

BANDEIRA, Olívia. Concentração da comunicação e os riscos à democracia no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Associação Henfil, 2018. p. 34-41.

BARTZ, Dietmar. Marcas dominando mercados. In **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 48-49.

BENSADON, Ligia. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2016.

BOMBARDI, Larissa. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296 p.

BOSA, Jairo Antônio. **A percepção dos agricultores e mediadores sociais sobre a transição agroecológica do café no Leste de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v.6, p.51-62, jan./dez. 2007.

BRASIL. Decreto n. 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n. 7.802/89 (Lei federal dos agrotóxicos). Brasília, **Diário Oficial da União**, 2002.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília, **Diário Oficial da União**, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 2 v.

CALDAS, Graça. Mídia e políticas públicas para comunicação da ciência. In: PORTO, Cristiane; BROTAS, Antônio Marcos; BORTOLIERO, Simone Terezinha (Org.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Acting in an uncertain world: an essay on technical democracy**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2009.

CAPORAL, Francisco. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: MDA/SAF, 2009. 35p.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al* (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTELFRANCHI, Juri. **As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 207 p.

CONSEA. 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015, Brasília/DF. **Relatório Final...** Brasília: Presidência da República, 2015. 145 p.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019

CUNHA, João Paulo. Notícias falsas, grandes negócios. In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Associação Henfil, 2018. p. 29-33.

DAVIES, Sarah; HALPERN, Megan; HORST, Maja; KIRBY, David; LEWENSTEIN, Bruce. Science stories as culture: experience, identity, narrative and emotion in public communication of Science. **Journal of Science Communication**, 18(05), 2019.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

DELGADO, Guilherme. **O que significa a economia política do agronegócio no Brasil atual (Anos 2000)**. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2013/12/10/delgado-projeto-do-agronegocio-seria-impensavel-numa-democracia-real/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

DORNELAS, Rafaela. Movimento agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na agroecologia. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

FARIA, Alice; NETO, Paulo Sérgio. **Ferramentas do diálogo: qualificando o uso das técnicas do DRP – diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FERNANDES, Gabriel. **Novas biotecnologias, velhos agrotóxicos: um modelo insustentável que avança e pede alternativas urgentes**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2019. 60 p.

FERNANDES, Gabriel; PETERSEN, Paulo Frederico; WEID, Jean Marc von der. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.30, n.252, p.1-9, set./out. 2009.

FERNANDES, Gabriel. O POP do AGRO. In **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 22-23.

FERRARI, Eugênio; OLIVEIRA, Marques. Educação do Campo e Agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções e práticas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 4, e6701, 2019

FONSECA, Marina Assis; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Variações sobre a “cultura científica” em quatro autores brasileiros. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.445-459, abr.-jun. 2015.

FONSECA, Paulo. A virada deliberativa nos estudos sociais da ciência e tecnologia e seus reflexos para novos regimes de inovação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.151-164, mar. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3347>> Acesso em: 21 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1983.

GLASS, Verena. Lutas de morte ou vida. In **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 46-47.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 658p.; il.

GUÉNEAU *et al.* A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, p. 7-21, 2019.

GUIVANT, Julia. A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil. In: **Ciência, Tecnologia e Sociedade: novos modelos de governança**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2005, p.47-86.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news**. São Paulo: Intervozes, 2019.

LACEY, H. Adoção de medidas de precaução diante dos riscos no uso das inovações tecnocientíficas. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 95, p. 245–258, 2019

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Tradução: Francisco Roberto Caporal. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p.36-51, jan/mar 2002.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011. 190 p.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MARANDINO, Martha; CONTIER, Djana; NAVAS, Ana Maria. Controvérsia científica, comunicação pública da ciência e museus no bojo do movimento CTS. **Ciência & Ensino**, Campinas, vol. 1, número especial, s/p, nov. 2007. Disponível em: <http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=rcen&cod=_controversiacientificaco>. Acesso em: 29 dez. 2019.

MASSARANI, Luisa. NATÉRCIA, Flávia. **Transgênicos em Debate**. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2007.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Luisa Massarani, Ildeu de Castro Moreira e Fátima Brito (Org.). Rio de Janeiro: Casa da Ciência / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 43-64.

MELGAREJO, Leonardo; FERRAZ, José Maria; FERNADES, Gabriel. Transgênicos no Brasil: a manipulação não é só genética. **Revista Agriculturas** – experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.14-21, mar. 2013.

MELGAREJO, Leonardo; SOUZA, Murilo. Transgênicos no Brasil: produtividade, uso de agrotóxicos e violações aos direitos humanos. In **Agrotóxicos e Agroecologia: enfrentamentos científicos, jurídicos, políticos e socioambientais**. Murilo Mendonça de Souza e Cleber Adriano Folgado (Org.). Anápolis: Ed. UEG, 2019. 388 p.

MOLDENHAUER, Heike; HIRTZ, Saskia. De sete para quatro hegemonzando o mercado. In **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 20-21.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In SAMBUICHI, Regina; MOURA, Iracema; MATOS, Luciano; ÁVILA, Mário; SPÍNOLA, Paulo; SILVA, Ana Paula (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 53-83.

NEVES, Delma. Agricultura Familiar. In **Dicionário da Educação do Campo**. Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto (Org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 34-42.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2012.

PERUZZO, Cicilia. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PERUZZO, Cicilia. Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em Comunicação no Brasil. **Comunicação e Sociedade**, Braga, vol. 33, p. 25-40, 2018. Disponível em: <<https://revistacomsoc.pt/article/view/1053>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/947/887>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PERUZZO, Cicilia. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. **Revista Famecos** – mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan-abr 2017.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/24207/15002>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PORTO, Cristiane; BROTAS, Antônio Marcos; BORTOLIERO, Simone (Org.) **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011. 242 p.

REDE. Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. **Estratégia de Comunicação**. Belo Horizonte: REDE, 2006. 18 p. Não publicado.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal – das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos** (CEBRAP), São Paulo, n.79, p.71-94, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SANTOS, Maureen. Do *fake* saudável à gourmetização. In **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 10-11.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. In **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18-28, jan/mar, 2002.

SISMONDO, Sergio. **An introduction to science and technology studies**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

SOARES, Wagner; PORTO, Marcelo Firpo. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. **Revista de Saúde Pública** [online]. 2012, vol.46, n.2, p.209-217.

STÉDILE, João Pedro. A agroecologia e os movimentos sociais do campo. In **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Paulo Petersen (Org.). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 159-162.

TAVARES, Joana. Comunicação e Projeto Popular para o Brasil. In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Associação Henfil, 2018. p. 16-24. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/publicacoes/cartilha-comunicacao-e-direitos-humanos/>>.

TOLEDO, Victor M. A Agroecologia é uma Revolução Epistemológica. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 42-45, 2016. Entrevista concedida a Diana Quiroz.

VILELA, Pedro. Democratização da comunicação – o que é? In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Associação Henfil, 2018. p. 32-52.

WILKINSON, John. Supersize me. In **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p. 10-11.

ANEXOS

Anexo 01: Vendas por Classes de Usos dos Produtos Formulados – 2017 / Toneladas de ingrediente ativo (IA)

	Classe de Uso	BRASIL		MINAS GERAIS	
		Qtde. (ton. IA)	Perc. (%)	Qtde. (ton. IA)	Perc. (%)
1	Herbicida	315.573,38	58,45%	20.047,12	63,73%
2	Fungicida	65.114,91	12,06%	545,08	1,73%
3	Inseticida	54.544,00	10,10%	3.852,69	12,25%
4	Inseticida, Acaricida	34.369,41	6,37%	2.648,14	8,42%
5	Acaricida, Fungicida	25.437,24	4,71%	1.255,48	3,99%
6	Adjuvante	21.301,82	3,95%	1.006,78	3,20%
7	Acaricida	7.931,86	1,47%	214,32	0,68%
8	Espalhante	3.799,63	0,70%	213,58	0,68%
9	Inseticida, Acaricida, Fungicida	2.778,99	0,51%	380,10	1,21%
10	Inseticida, Acaricida, Adjuvante	2.196,72	0,41%	209,55	0,67%
11	Regulador de Crescimento	2.112,01	0,39%	140,17	0,45%
12	Inseticida, Fungicida	1.300,87	0,24%	331,34	1,05%
13	Fungicida, Bactericida	1.014,43	0,19%	254,72	0,81%
14	Inseticida, Cupinicida	775,78	0,14%	44,31	0,14%
15	Adjuvante, Inseticida	579,44	0,11%	150,51	0,48%
16	Inseticida, Nematicida	546,84	0,10%	83,78	0,27%
17	Fungicida, Formicida, Herbicida, Inseticida, Nematicida	391,65	0,07%	70,91	0,23%
18	Protetor de Sementes	126,35	0,02%	0,13	0,00%
19	Formicida	25,32	0,00%	3,16	0,01%
20	Formicida, Inseticida	24,19	0,00%	3,10	0,01%
21	Moluscicida	0,11	0,00%	0,08	0,00%
	TOTAL	539.944,95	100,00%	31.455,05	100,00%

Fonte: IBAMA

Anexo 02: Casos de intoxicação por agrotóxicos em Minas Gerais e no Brasil | Período: 2007-2017

Agente Tóxico: Agrotóxico agrícola, Agrotóxico doméstico, Agrotóxico saúde pública, Raticida, Prod. veterinário

Local de residência	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Minas Gerais	429	629	1.044	1.197	1.729	1.919	2.201	2.053	1.924	1.782	1.930	16.837
Brasil	5.030	5.879	6.934	7.977	9.954	11.233	12.593	12.951	12.640	12.242	13.715	111.148

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) / Ministério da Saúde

Anexo 03: Casos de intoxicação por agentes tóxicos em Minas Gerais e no Brasil | Período: 2007-2017

Agente Tóxico: Agrotóxico agrícola, Agrotóxico doméstico, Agrotóxico saúde pública, Raticida, Prod. veterinário

Local de residência	Agrotóxico agrícola	Agrotóxico doméstico	Agrotóxico saúde pública	Raticida	Prod. veterinário	Total
Minas Gerais	5.165	1.502	329	8.155	1.686	16.837
Brasil	41.345	13.307	2.155	45.142	9.199	111.148

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) / Ministério da Saúde

Anexo 04: Notificações por agrotóxicos agrícolas e por ano em Minas Gerais e no Brasil | Período: 2007-2017

Local	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Minas Gerais	131	178	277	342	443	608	831	663	543	534	615	5.165
Brasil	2.181	2.427	2.710	2.996	3.427	3.808	4.924	4.882	4.424	4.498	5.068	41.345

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) / Ministério da Saúde

Anexo 05: Pannel de facilitação gráfica da Plenária Final do IV Encontro Nacional de Agroecologia (Autoria: Repentistas do Desenho)



Fonte: ANA, 2020

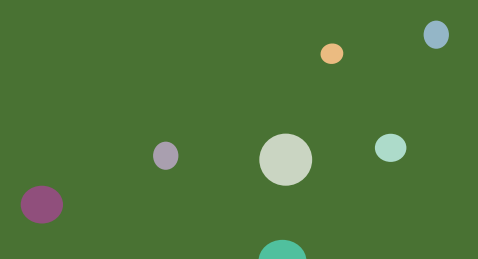
APÊNDICE

Apêndice 01: Produto / Recurso educativo para o Promestre





PROPOSTAS PARA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA



PROPOSTAS PARA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA

Marcelo Oliveira de Almeida

FaE
Faculdade de Educação

UFMG

Belo Horizonte / MG
2020

Autoria: Marcelo Oliveira de Almeida

Projeto Gráfico: Sylvia Vartuli

Ilustração da capa: Gabriela Guerra

Ilustrações do miolo: desenhos retirados dos painéis de facilitações gráficas do IV Encontro Nacional de Agroecologia (Belo Horizonte/2018) e fragmentos da ilustração da capa.

Apoio: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Este livro foi produzido em conjunto com a dissertação de mestrado de Marcelo Oliveira de Almeida, orientado pela profa. Verona Campos Segantini, no Programa de Pós-graduação PROMESTRE da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A447p Almeida, Marcelo Oliveira de, 1977-
Propostas para comunicação agroecológica / Marcelo
Oliveira de Almeida. - Belo Horizonte : UFMG/FaE, 2020.
54 p. : il., color.

ISBN: 978-65-00-01168-5
Inclui Bibliografia

1. Ecologia agrícola. 2. Comunicação. 3. Comunicação na
agricultura. 4. Comunicação na ciência. 5. Comunicação --
Aspectos sociais.

I. Título. II. Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

CDD- 630.2745

DIREITO À COMUNICAÇÃO

7

Por que interessa à sociedade discutir comunicação?

Comunicação popular

Todas/os somos comunicadoras/es

Guias de comunicação popular

Por que interessa ao movimento agroecológico discutir comunicação?

DIRETRIZES PARA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA

19

Referência nas práticas sociais

Protagonismo de quem faz

Diálogo de saberes

Construção coletiva

Centralidade feminista

Ousadia das juventudes

Diálogos e Convergências

INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA

36

Jornal/ Boletim Informativo

Vídeo

Rádio

Site

Redes Sociais

Cartilhas

Cobertura Colaborativa

Jornalismo Popular



Exposição





APRE SEN TA ÇÃO

A ideia para fazer este livro veio da percepção coletiva de diversas pessoas do movimento agroecológico sobre a importância em discutir e qualificar a comunicação desenvolvida no contexto da agroecologia. Ao longo dos últimos anos, comunicadoras e comunicadores da agroecologia têm avançado no entendimento do caráter popular das práticas comunicativas, da sua conexão com diferentes culturas e da necessidade em não se perder de vista a perspectiva da comunicação enquanto um direito. Esse documento foi construído a partir dos debates realizados por essas/es comunicadoras/es, principalmente nos âmbitos do Coletivo de Comunicação e Cultura da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e dos movimentos e organizações sociais que atuam na promoção da agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

No que diz respeito à sua estrutura, o livro está dividido em três partes:

- 
1. breve reflexão sobre o direito à comunicação e por que interessa à sociedade e ao movimento agroecológico discutir e dar centralidade à temática;
 2. sete diretrizes para inspirar e orientar a realização das práticas de comunicação relacionadas à agroecologia; e
 3. algumas iniciativas que nos mostram como é possível construir novos paradigmas para uma comunicação e sistemas alimentares mais justos e democráticos.
- 



A nossa intenção é que esse documento auxilie as organizações do movimento agroecológico a definirem ou aprimorem suas estratégias de comunicação. Nesse sentido, imaginamos que ele possa ser utilizado tanto por quem já está inserido nas ações de agroecologia (mas não tem se dedicado a discutir a comunicação), como por quem possui habilidade técnica e desenvolve ferramentas de comunicação (mas não tem muito conhecimento sobre a agroecologia).

É bem possível que para muitas/os comunicadoras/es que já estão inseridas/os em processos comunicativos essas diretrizes não representem muita novidade. Esperamos que, nesses casos, nosso exercício sirva como inspiração para as práticas que já realizam e, também, como um convite para seguirmos juntas/os no fortalecimento da comunicação agroecológica.

No nosso entendimento, qualquer aspecto relacionado à consolidação da agroecologia em um território traz seus próprios desafios. Por isso, ressaltamos que para acionar o potencial transformador da comunicação é necessário um olhar atento e específico sobre essa temática. As propostas aqui apresentadas com certeza não são as únicas, não são exclusivas da comunicação da agroecologia e evoluirão à medida que forem interpretadas e adaptadas. Entretanto, desejamos que consigam, desde já, contribuir com os importantes processos de comunicação e de construção da agroecologia que estão em curso.



“A COMUNICAÇÃO DE
HOJE É A HISTÓRIA
DE AMANHÃ”





DIREITO À COMUNICAÇÃO



Por que interessa à sociedade discutir comunicação?



A comunicação tem um papel central na construção de uma sociedade democrática e na conquista e defesa de direitos. Por meio de um sistema de comunicação livre, plural e independente, é possível circular um maior número de informações qualificadas, confrontar pontos de vista e disputar modos de viver. Ao contribuir para a constituição desse ambiente público e democrático, a comunicação favorece também que a população se aproprie de assuntos estratégicos e defina coletivamente os rumos do país.

Mas infelizmente não é este o cenário que predomina no Brasil. Mesmo o artigo 220 da Constituição Federal determinando que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”, constata-se que os veículos de maior audiência no Brasil pertencem a poucas empresas de comunicação.¹

DESMONTAR ESTRUTURAS
DE PODER NO CAMPO POLÍTICO
DA COMUNICAÇÃO

A concentração de propriedade e de audiência nas mãos de poucas famílias da elite socioeconômica brasileira influencia nos princípios democráticos da prática comunicacional, comprometendo a qualidade da informação divulgada. Nestes meios, a participação ativa da sociedade civil é praticamente inexistente e o tratamento dado aos fatos e aos debates é, na maioria das vezes, tendencioso ou omissivo, uma vez que boa parte das empresas se orienta por interesses políticos, econômicos ou religiosos. A concentração dos meios dá a essas empresas de comunicação um poder desproporcional na formação da opinião pública, já que a mídia comercial ainda é um importante meio de informação, entretenimento e difusão da cultura, com forte influência sobre o cotidiano das pessoas.



Não é por acaso que, diante dessa realidade, alguns movimentos e organizações da sociedade civil, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), se articularam para por em prática estratégias e ações que busquem efetivar o **direito à comunicação** no Brasil.

A intenção é, entre outras propostas, ampliar o debate público sobre as diversas temáticas relacionadas à comunicação, como:

- a distribuição de concessão para emissoras de rádio e TV;
- o acesso e uso da internet;
- o combate às *fake news* (notícias falsas) e à invasão de privacidade;
- os efeitos da alta concentração de audiência e de propriedades da mídia comercial;
- a segurança da informação no ambiente digital; e
- a falta de medidas eficazes de controle e de regulamentação da Constituição Federal no que diz respeito ao sistema de mídia no Brasil.

Mas apesar da sua relevância, o tema da comunicação não tem centralidade e apropriação coletiva no conjunto das organizações populares no Brasil, a exemplo do que acontece com assuntos referentes à reforma agrária, direito à cidade, importância do Sistema Único de Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional, entre outros.² Assim, ainda há um longo caminho a percorrer para que pautas como a democratização dos meios e o direito à comunicação ganhem força social e sejam de fato compreendidas e inseridas na agenda de luta dos movimentos sociais.



Comunicação popular

Por outro lado, principalmente a partir da década de 1980, cresceu no Brasil o número de práticas comunicacionais utilizadas por diversas instituições da sociedade civil e movimentos populares engajados em processos de mobilização e reivindicação por direitos e justiça social.



AUTONOMIA

São instrumentos ligados à luta do povo que se caracterizam como uma das formas de exercer o direito à comunicação. Essas iniciativas, de modo geral, têm sido compreendidas pelo termo **comunicação popular** e são meios de manifestação política, artística e cultural, desenvolvidos com a finalidade de informar, mobilizar, denunciar, fomentar debates, formar, construir novos conhecimentos e confrontar pontos de vista.³

Outros termos também são encontrados no Brasil para conceituar as ferramentas e formas de expressão popular: comunicação comunitária, alternativa, participativa, horizontal, independente, dialógica, livre e radical. Apesar de esses conceitos poderem apresentar algumas especificidades, de modo geral, possuem um mesmo sentido político. Ou seja, são iniciativas de comunicação desenvolvidas no contexto de mobilização e participação política em lutas contra desigualdades e injustiças sociais.⁴

Muitos desses instrumentos surgiram principalmente da necessidade das organizações em comunicar com suas bases e ativistas. Mas também temos que lembrar das diversas iniciativas que há muitos anos são resistências à imprensa comercial e buscam fazer a disputa de ideias na sociedade, como as imprensas sindical, anarquista, socialista e alternativa.⁵



**FORTALECER VEÍCULOS
DE COMUNICAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICOS**

Todas/os somos comunicadoras/es

Paulo Freire escreveu, em 1968, que o que caracteriza a comunicação é que ela é diálogo, assim como o **diálogo é comunicativo**. Nessa perspectiva, a comunicação acontece onde há sujeitos interagindo de forma dialógica e horizontal, refletindo juntos sobre a realidade da qual fazem parte para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la.⁶ Esse entendimento sobre o que é comunicação nos ajuda a perceber que uma pessoa não precisa ter formação na área para ser comunicador/a e que a comunicação não se restringe à produção de instrumentos. Ou seja, temos que ter a convicção de que todas/os somos comunicadoras/es e de que a comunicação é todo o processo do qual as ferramentas são apenas uma parte.

E se todas as pessoas são comunicadoras, todas têm algo a dizer. Quando falamos sobre a necessidade de desenvolver novos instrumentos de comunicação popular ou fortalecer os que já existem, não é para “dar voz” às mulheres, às juventudes, às/aos negras/os, aos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades. Estes sujeitos sempre tiveram vozes e sempre as usaram para resistir aos sistemas opressores capitalista, patriarcal, racista e colonizador que tentam silenciá-las. Trata-se, portanto, de fazer com que essas vozes circulem, se amplifiquem e sejam ouvidas.

É importante, no entanto, que mais pessoas se entendam como comunicadoras e se apropriem da relevância em refletir e qualificar suas práticas comunicativas. Nesse sentido, deve-se ressaltar o potencial transformador dos **processos de formação** em comunicação, principalmente quando são pensados como espaços de troca e desenvolvidos de forma colaborativa. Os diferentes saberes e olhares favorecem a aprendizagem coletiva e o surgimento de novas ferramentas e linguagens, frutos das conexões entre comunicação, cultura e educação.

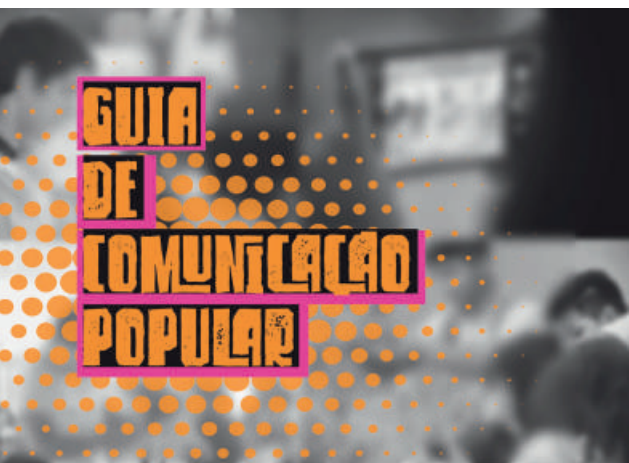
Os processos educativos em comunicação popular ainda geram debates e reflexões que podem contribuir não apenas na capacitação técnica para uso das ferramentas, mas também na formação política. Para aprimorar a comunicação que fazemos com nossos pares, bem como para ampliar as disputas de narrativas com quem está fora da nossa “bolha”, precisamos ganhar força social. Precisamos que mais pessoas, organizações e movimentos discutam e gerem conhecimentos relacionados à comunicação popular e à sua centralidade na luta por justiça social no Brasil.

Guias de comunicação popular

Primeiramente, é preciso dizer que não há uma receita de comunicação popular. As iniciativas podem ser desenvolvidas em diferentes contextos e, em cada um deles, haverá um instrumento ou conjunto de ações que seja mais adequado. “Quem comunica? / o quê? / para quem? / com qual finalidade? / em qual meio? / com qual linguagem? / com quais recursos?” Essas são algumas questões que podemos nos fazer ao planejar nossa iniciativa de comunicação. O que não podemos perder de vista é que quanto maior o nosso cuidado, planejamento e dedicação, maior será a chance de alcançarmos os nossos objetivos.

“Como narrar a Agroecologia para o território e além dele?”

A seguir, listamos alguns materiais que podem auxiliar os processos de estudo e aprendizagem sobre o direito e a democratização da mídia, entre outros assuntos relacionados à comunicação popular. Também estão presentes nessas publicações tutoriais com dicas para a elaboração de um plano de comunicação; para a produção de jornais impressos, programas de rádio e vídeos; e para o uso das redes sociais.



Guia de Comunicação Popular

Este guia de comunicação popular está dividido em três partes. Em “Comunicação e suas tretas” você encontra uma discussão, bem direta, sobre o contexto comunicacional brasileiro. Esta seção fala sobre as dinâmicas de poder, concentração midiática, mas também de diversidade e alternativas. Na segunda parte, “Faça você mesmo!”, três tutoriais dão dicas sobre jornalismo comunitário, produção de vídeos e uso estratégico das redes sociais para montar uma campanha digital. Por fim, em “Continue pesquisando”, você encontra referências para se aprofundar mais nos temas abordados. *(Trechos da cartilha)*

Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Rede Juruena Vivo. Projeto Berço das Águas III. 2019

<https://amazonianativa.org.br/guia-de-comunicacao-popular/>



Comunicação e Direitos Humanos

Esta cartilha pretende ser uma contribuição nesse longo caminho necessário para se criar um debate público sobre a comunicação em nosso país. Há textos que relacionam o tema com a democracia, projeto de sociedade, concentração dos meios de comunicação, a discussão das *fake news*, o poder das grandes empresas e a necessidade de democratização da comunicação. Ainda, outros sobre comunicação dos trabalhadores, direitos humanos e agitação e propaganda. Há, também, um roteiro de oficinas para serem livremente replicadas e adaptadas para as mais diversas realidades. Deixamos o convite para que sejam apropriadas, para reflexão e criação coletiva que esperamos que surjam a partir das provocações deste projeto. (*Trechos da cartilha*)

Associação Henfil Educação e Comunicação. 2018

<https://intervozes.org.br/publicacoes/cartilha-comunicacao-e-direitos-humanos/>

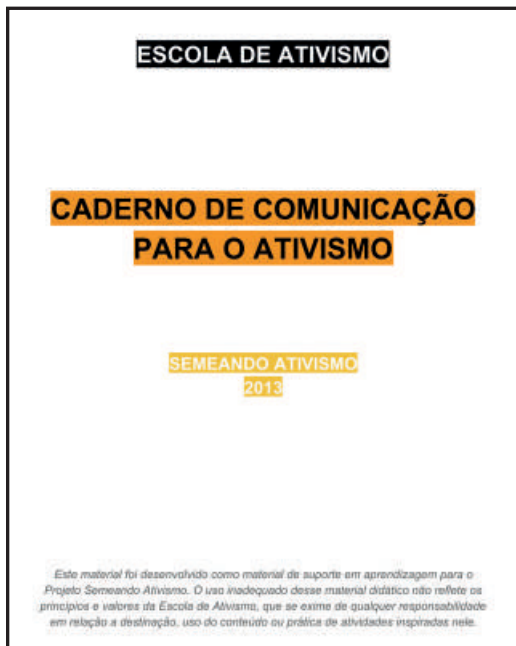


Comunicação Popular no Semiárido: um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida

Esperamos que esta publicação possa inspirar mulheres, homens, jovens, indígenas, quilombolas, suas comunidades e/ou suas organizações a pensarem a comunicação de uma outra forma, e a comunicar de um outro jeito: o seu jeito! Isso é o que chamamos de comunicação popular! Afinal, não há como falar em convivência com o Semiárido sem valorizar essa comunicação que acontece no lugar de viver, produzir e reproduzir das famílias dessa região. (*Trecho da cartilha*)

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). 2018

https://www.asabrasil.org.br/acervo/publicacoes?artigo_id=11006



Caderno de Comunicação para o Ativismo

É comum que a comunicação de uma causa só atinja um grupo pequeno de pessoas já engajadas nela ou em outras causas similares. Dizemos que, de tão pequeno, esse grupo cabe em uma Kombi. É preciso aprender a tocar quem não está na nossa Kombi. Faz parte do planejamento de uma campanha pensar o público-alvo, qual conceito criativo será definido a partir do estudo do universo referencial desse público, qual o tipo de mensagem que levará a campanha a interagir com quem vai apoiá-la, unir forças, pressionar para a mudança pretendida etc. Envolver as pessoas na causa, na maioria das vezes, implica “falar para fora da kombi”. Para isso, é preciso ativar os valores pessoais a partir da construção de histórias que pode ser mais envolventes, com um roteiro baseado nas jornadas do herói, ou mais informativos, baseados em narrativas jornalísticas. Dependendo do objetivo, é necessário comunicar com grupos específicos e, para cada grupo, escolhemos os canais mais adequados. Tendo sempre em mente que cada canal e cada público exigem uma linguagem específica, que podem ser exploradas com o uso de memes. Uma ação direta, por exemplo, será sempre uma ação de comunicação. E seu planejamento precisa considerar todos esses fatores. *(Trechos do material)*

Escola de Ativismo. Projeto Semeando Ativismo. 2013

<https://goo.gl/c5eTb3>



Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico

As práticas de comunicação interconectam os processos que movem a nossa vida em sociedade. Portanto são utilizadas tanto para apresentar propostas de emancipação da classe popular, quanto para perpetuar a concepção de mundo daqueles que detém o poder econômico e político. A movimentação de métodos e ferramentas comunicativas e a visibilização do debate sobre comunicação como um direito fundamental na luta pela agroecologia floresceu jardins em vários cantos do país. Aprendemos na caminhada com agroecologia, que não basta realizar as atividades. Para que a agroecologia cresça e floresça, aproximando novas e novos parceiros, é preciso que façamos registros criativos e coloridos que garantam a memória do processo vivido e o diálogo com a sociedade. Seja qual for a atividade que você vá realizar (mutirão, oficina, feira, caravana ou uma troca de sementes) é fundamental mobilizar pessoas específicas para cuidar dos processos de comunicação. É importantíssimo manter o radar sempre aberto e ligado para pessoas que topam pensar, sentir e construir a comunicação como arte, intervenção cultural, denúncia e anúncio. Envolver a juventude e as mulheres nos cuidados da comunicação. Identificar coletivos e canais populares de comunicação (já experimentou chamar o Brasil de Fato, os Coletivos da ASA e tantos outros próximos à vocês para uma atividade?). Vale lembrar que a comunicação popular é um grande processo educativo e formativo humanizador! (*Trechos do texto sobre Comunicação Popular*)

Associação Brasileira de Agroecologia. 2017

<https://aba-agroecologia.org.br/caderno-de-metodologias/>

Por que interessa ao movimento agroecológico discutir comunicação?

O sistema convencional de agricultura que passou a ser dominante nas últimas décadas, também chamado de agronegócio, acarretou severos impactos socioambientais. Entre as práticas difundidas por esse sistema, estão: o uso intensivo de produtos sintéticos, como agrotóxicos e fertilizantes químicos; a utilização de muita água para irrigação; e o plantio de monoculturas (produção agrícola de uma única espécie vegetal) em grandes áreas.

A lista dos efeitos negativos causados pelo agronegócio não é pequena. Além do aumento dos custos de produção e da dependência das/os agricultoras/es às indústrias de tecnologias e insumos, este modelo de agricultura é responsável por diversos casos de intoxicação humana e de contaminação ambiental; maior presença de resíduos químicos nos alimentos produzidos; perda da biodiversidade; empobrecimento da capacidade produtiva dos solos; e emissão de gases de efeito estufa, que contribuem para a alteração dos padrões climáticos.



A demanda por grandes extensões de terra e a mecanização dos processos de plantio e colheita intensificou o avanço da agricultura industrial para áreas de vegetação nativa e territórios historicamente ocupados pelos povos do campo, das florestas e das águas. Esse fenômeno expulsou estes sujeitos de suas terras, provocando o êxodo rural e consolidando a concentração fundiária no Brasil.

“Aprender outras formas de nos comunicar inclusive a dos nossos ancestrais”

Mas também existem outras propostas de agricultura bem diferentes, como a **agroecologia**, que se baseia na aplicação dos princípios da ecologia para o estudo e o manejo de agroecossistemas. Nesses casos, a produção agrícola não é uma questão apenas técnica, mas uma prática social que busca aliar o cultivo de alimentos sem venenos à conservação e ao cuidado com a natureza.

Na agroecologia, os saberes e conhecimentos populares e tradicionais, em diálogo com o conhecimento científico e acadêmico, estão orientados para o estabelecimento de sistemas alimentares sustentáveis, e não pela lógica do lucro.

A agricultura na mídia comercial

Quando o assunto é agricultura, o que usualmente vemos na mídia comercial é um grande aparato atuando a favor do agronegócio. A imagem espetacularizada do setor é construída por meio da divulgação das grandes plantações em monocultura, dos parques industriais para beneficiamento dos alimentos, das gigantescas máquinas e sistemas de irrigação. Tentam criar um imaginário de que o agronegócio é um modelo de sucesso imprescindível à economia do país e às populações do campo e da cidade.

A campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo, é um bom exemplo para mostrar a identificação das empresas de comunicação com o agronegócio brasileiro. Pensado estrategicamente, esse conjunto de ações midiáticas oculta as contradições do modelo industrial agrícola e procura consolidar a hegemonia do agronegócio nas dimensões econômica, política e ideológica.⁷



Como se não bastasse difundir os valores e princípios do agronegócio, a narrativa predominante da mídia comercial colabora para criminalizar e difundir uma perspectiva negativa dos movimentos que lutam por direitos e outros paradigmas de agricultura

É por essas e outras que interessa ao movimento agroecológico discutir comunicação. O olhar estratégico para essa temática é fundamental a um movimento que tem propostas para a democratização dos sistemas alimentares baseadas em práticas cotidianas dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades. Ao mesmo tempo, o movimento agroecológico se propõe a denunciar com veemência os impactos do regime neoliberal sobre o Estado Democrático de Direito; a apropriação dos bens comuns pelas empresas do agronegócio; e o aumento da violência e das violações de direitos que colocam em risco a biodiversidade e atacam os diferentes modos de vida nas comunidades e territórios.⁸


Temos muito a dizer sobre alimentação, saúde, agricultura, economia, política, comunicação, cultura, biodiversidade, mudança climática, agrotóxicos, transgênicos, educação, cidade... Perspectivas sobre assuntos que não aparecem na mídia comercial e que não podemos deixar de disputar. Precisamos encontrar maneiras de revelar as contradições do agronegócio e as condições desiguais de poder existentes no processo de soluções de controvérsias relacionadas aos sistemas alimentares.





DIRETRIZES
PARA COMUNICAÇÃO
AGROECOLÓGICA





Antes de apresentar as diretrizes para uma comunicação agroecológica é preciso reforçar três aspectos. Primeiro, que a comunicação agroecológica é **popular**. Assume-se, assim, que não estamos tratando de uma comunicação politicamente neutra. A comunicação popular agroecológica situa-se no campo dos processos e práticas comunicativas desenvolvidas pelos sujeitos coletivos mobilizados na luta por direitos e justiça social.

Segundo, que a comunicação é um **direito**. Nessa perspectiva, as iniciativas de comunicação agroecológica devem se orientar pela compreensão de que o nosso direito não se restringe a escolher o que queremos conhecer, ver e ouvir. Todas as pessoas têm o direito de falar, de transmitir informações e ideias, de se expressar e decidir o que quer mostrar. A comunicação popular agroecológica faz parte, portanto, de um movimento que enfrenta as diferentes formas de concentração de poder, tanto midiática quanto digital.



Terceiro, que a comunicação e a **cultura popular** estão integradas à agroecologia. A diversidade da agroecologia está conectada às diferenças culturais presentes nos territórios brasileiros. As comidas, as poesias, as músicas, as rezas, as danças, as espiritualidades, os sotaques são expressões dos povos que nos apontam formas distintas de viver e de se relacionar com as pessoas e com os lugares.

Os processos de comunicação e cultura também são formas de construção de conhecimentos e devem ser assumidos politicamente como eixos de luta.⁹ Assim como a agroecologia é mais do que o cultivo de alimentos sem veneno, a cultura não se restringe a entretenimento e a comunicação não diz respeito apenas às ferramentas de registro e divulgação. Ao compreender a comunicação e a cultura como direitos e bens comuns, a democratização da comunicação e o respeito e fomento à

diversidade cultural passam a ser percebidas como centrais na efetivação da democracia.

As ferramentas de comunicação, quando têm como princípio as perspectivas e culturas das/os camponesas/es, dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, possibilitam a elaboração de narrativas divergentes daquelas presentes de forma hegemônica na mídia comercial. A bem da verdade, é possível dizer que as práticas agroecológicas e as iniciativas de comunicação e cultura popular podem se fortalecer mutuamente e operarem articuladas na definição de novos paradigmas relacionados aos direitos à alimentação, à cultura e à comunicação.

As diretrizes apresentadas a seguir resultaram de um exercício de identificação e sistematização de alguns aspectos que orientam as iniciativas de comunicação popular diretamente relacionadas à agroecologia. A nossa intenção é, com isso, definir um conjunto de ideias ou abordagens que possa qualificar as estratégias de comunicação do movimento.

Assim, para cada proposta, apresentamos uma breve contextualização e algumas dicas e sugestões de como as ideias podem ser expressas nas práticas de comunicação, além de exemplos colhidos em iniciativas já realizadas por organizações do movimento agroecológico.



1. Referência nas práticas sociais

As práticas sociais que acontecem nas diversas regiões do Brasil são os principais elementos para a construção da agroecologia no país. Essas iniciativas alimentam as análises e decisões das redes e articulações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que orientam os processos de reivindicação e elaboração de políticas para promoção da agroecologia.



As ações são desenvolvidas no campo e na cidade, de forma familiar ou comunitária, em propriedades públicas, privadas, ocupações ou assentamentos. São experiências de produção de alimentos saudáveis, agroindustrialização familiar, feiras, cestas de produtos e diversas outras estratégias de comercialização que aproximam quem produz e quem consome. Têm ainda as várias iniciativas de formação, articulação em redes, auto-organização das mulheres e das juventudes, entre muitas outras.

sugestões:



- Comunicar o que é específico em cada território e em cada sistema produtivo é uma forma de mostrar que a produção agroecológica é resultado de experimentações e do uso de diferentes técnicas e relações sociais que aliam o cultivo de alimentos à conservação e ao cuidado com a biodiversidade. O que dá certo em um lugar, por exemplo, uma variedade de semente de milho crioulo, pode não dar certo em outro, devido às diferenças no clima ou solo.
- Importante anunciar as conquistas que resultam da construção da agroecologia: o fomento da biodiversidade; a conservação do solo e da água; a geração de saúde; as transformações das condições de vida material e de bem-estar social; a constituição de atores coletivos e redes; as estratégias e formas de gestão coletiva de bens comuns (água, terra, biodiversidade, conhecimento, comunicação...); o fortalecimento dos processos de auto-organização das mulheres e dos jovens; o reconhecimento de direitos territoriais de camponesas/es, indígenas e povos e comunidades tradicionais; entre outros tantos avanços que podem ser identificados em cada local.



- Apresentar os benefícios e efeitos positivos das práticas também contribui para mostrar como a agroecologia favorece a superação de grandes problemas enfrentados atualmente na sociedade, como as mudanças climáticas, as intoxicações e contaminações por agrotóxicos, os desmatamentos e a perda da biodiversidade. Por outro lado, denunciar os conflitos presentes em cada território é essencial na comunicação agroecológica. É importante dizer o que está em jogo, descrever os problemas e nomear quem está por trás deles (ex. agronegócio, mineradoras, grandes obras, empresas do setor energético, órgãos de proteção ambiental, especulação imobiliária etc.).

- Divulgar as iniciativas locais e regionais, seus erros e acertos, seus avanços e desafios, pode contribuir para o desenvolvimento de outras experiências, ao mesmo tempo em que mostra à sociedade a relevância em apoiar a agroecologia.



Juvecílio Vieira Trindade e Teresinha de Souza Trindade moram há dez anos com a filha Joana na comunidade do Funil, em Simonésia (MG). Na propriedade de 1,2 ha é possível encontrar uma expressiva variedade de cultivos, como: café, milho, feijão, amendoim, arroz, mandioca, cana, abacaxi, banana, caju, laranja, mexerica, limão, manga, abacate, ameixa, graviola, conde, acerola e pêsego. O casal também possui uma horta e cria galinhas e porcos. Para Teresinha, estar no meio de tanta diversidade, utilizando princípios ecológicos nos cultivos e na propriedade, é a forma que eles encontraram para viverem com mais satisfação. “Na verdade, a gente não sabe viver de outro jeito. Quando descobrimos o que é a agroecologia, é como se 90% da vida da gente já estivesse resolvida”, acredita a agricultora. Juvecílio concorda com Teresinha, e complementa: “A questão da diversificação é dar condições de vida para tudo e para todos; para o ser humano, para os animais e para os vegetais. Respeitando a natureza, respeitando as criações”.

Trecho do **Informativo Agroecologia no Leste de Minas**, n. 15, junho de 2017. Publicado pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e Rede Agroecológica do Leste de Minas.

2. Protagonismo de quem faz

Povos indígenas, quilombolas, agricultoras/es familiares, camponesas/es, extrativistas, pescadoras/es artesanais, faxinalenses, agricultoras/es urbanas/es, geraizeiras/os, sertanejas/os, vaçanteiras/os, quebradeiras de coco, caatingueiras/os, criadoras/es em fundos e fechos de pasto, seringueiras/os, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro.

As identidades socioculturais citadas acima são das trabalhadoras e trabalhadores do campo, das florestas, das águas e das cidades que estiveram presentes no IV Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Belo Horizonte no ano 2018. Essa lista é uma pequena representação da diversidade de sujeitas e sujeitos que constroem a agroecologia no Brasil.



sugestões:

- Identificar e nomear as pessoas e sujeitos coletivos, suas histórias e suas conquistas são formas de reconhecer o protagonismo de quem faz agroecologia e de valorizar o trabalho daqueles que colocam comida sem veneno na mesa das/os brasileiras/os.
- Comunicar os desafios encontrados por essas pessoas é também uma maneira de visibilizar as violências e injustiças que criminalizam saberes e práticas tradicionais, inviabilizam a produção agroecológica de alimentos e, muitas vezes, impedem que esses sujeitos exerçam seus direitos à terra e ao território.

- Fortalecer as ações e instrumentos de comunicação popular desenvolvidos pelos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades, bem como pelas mulheres e juventudes, é outra forma de amplificar as vozes, percepções, saberes, expressões culturais e lutas daquelas/es que são recorrentemente atacados.

A mandioca foi domesticada por nós povos indígenas há séculos. É uma fruta bruta que foi domesticada pelos povos indígenas para sustentação. A mandioca tem o nome na origem Tupi, do tronco Tupi. Existe uma lenda de nós povos indígenas que fala como a mandioca surgiu. Fala sobre Mani, que era uma indígena de uma tribo Tubi, que faleceu. E quando essa índia faleceu, onde os anciões enterraram o corpo de Mani nasceu uma planta. E essa planta tinha uma raiz clara e tão branca quanto a pele de Mani. E daí um pajé foi e colocou no nome de mani – mandioca. A mandioca é muito importante para nós povos indígenas não só para a questão da alimentação, da nutrição. Mas a mandioca também tem um lado espiritual. Alguns povos do Brasil usam a mandioca para fazer o caxiri. O caxiri é uma bebida tradicional que os pajés e os xamãs, os anciões, usam essa bebida para transcender e chegar a um estágio avançado de se comunicar com os espíritos, para poder fazer seus trabalhos de cura. Então, além da alimentação, a mandioca tem uma finalidade espiritual.

Trecho do filme **Casa de Farinha dos Tingui Botó**, realizado pelo Núcleo de Cinema Guerreiros Tingui Botó. | www.youtube.com/watch?v=30rlgpDoOuk



3. Diálogo de saberes

O conhecimento agroecológico é construído a partir do diálogo de saberes (populares, tradicionais, ancestrais, científicos). Mas o que isso quer dizer? Significa que a agroecologia é resultado de processos que reconhecem e promovem a integração de diferentes tipos de conhecimentos comprometidos com questões sociais, ambientais, políticas e econômicas. Nesses processos, as práticas culturais ancestrais e os conhecimentos tradicionais, por exemplo, não são vistos como objetos de estudo de uma pesquisa científica.

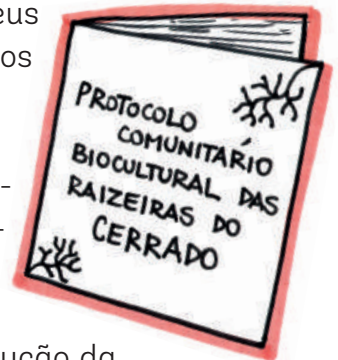
ESSE CONHECIMENTO
NÃO TEM DONOS,
TEM HERDEIROS.



Essa perspectiva não se refere, no entanto, à ideia de que o que precisamos é simplesmente resgatar a tradição. Os sistemas de produção agroecológica resultam justamente da combinação de conhecimentos tradicionais e científicos. O que se percebe é a confluência de novos sentidos e valores em processos que levam a novos paradigmas de construção do conhecimento.¹⁰

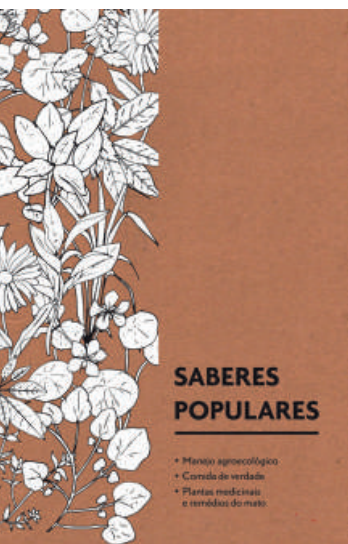
O diálogo de saberes refuta ainda a compreensão usual de assistência técnica e difusão do conhecimento científico, onde o técnico “repassa” seus conhecimentos e ensina ao/à agricultor/a como fazer agricultura. Diferentemente disso, os processos de aprendizagem são compreendidos como momentos onde as pessoas lançam mão dos seus conhecimentos para encontrarem, juntas, respostas aos desafios que surgem localmente.

A crescente aproximação e inserção de indígenas, quilombolas e muitos outros povos e comunidades tradicionais na promoção da agroecologia reafirma a essência de um movimento que busca constantemente se prevenir contra as tentativas de cooptação do conceito e redução da agroecologia a um pacote de técnicas de produção orgânica compatível com os interesses e valores do agronegócio.



sugestões:

- Ao definir a iniciativa e o conteúdo da comunicação, é importante que a perspectiva do diálogo de saberes seja priorizada em relação às abordagens que hierarquizam e relegam os conhecimentos tradicionais e ancestrais à condição de objetos de estudo.
- Nos textos, deve-se evitar afirmações que colocam a “comprovação científica” como única forma de legitimar a agroecologia, sob o risco de favorecer o apagamento dos diferentes conhecimentos presentes no diálogo de saberes.
- Ressalta-se o cuidado para não colocar cientistas, pesquisadoras/es e técnicas/os como as/os peritas/os e especialistas que assumem o papel de educar, informar ou comunicar ao público “leigo”. Importante lembrar ainda que as pessoas que constroem a agroecologia nos territórios devem ser também as/os protagonistas e referências dos processos comunicativos.
- Apresentar as metodologias adotadas nas atividades de formação é uma forma de comunicar os valores e princípios envolvidos na construção da agroecologia. Os mutirões, as trocas de saberes, os encontros de agrobiodiversidade, os intercâmbios de experiências, entre outras iniciativas, são momentos ricos onde as/os agricultoras/es compartilham seus conhecimentos para gerarem novos saberes.



Esta publicação traz receitas que resgatam alguns dos princípios do manejo agroecológico, que consiste em utilizar o que estiver disponível, reciclar e reutilizar materiais, aproveitar os recursos naturais (sol, chuva, biodiversidade), sempre em equilíbrio e compreendendo o solo como um organismo vivo. A agroecologia, no entanto, não é um conjunto de técnicas, mas um processo de construção social, onde cria-se e faz-se junto, experimentando em grupo e refletindo sobre as práticas, avanços e dificuldades. Nesse sentido, o diálogo entre o conhecimento popular e o científico está presente em cada uma das receitas compartilhadas na cartilha.

Trechos da cartilha **Saberes Populares**, 2016. Publicada pela Rede de Intercâmbio e pelo Grupo AUÊ! / UFMG. | https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/09/saberes-populares_aue.pdf

4. Construção coletiva

Fortalecer as redes de comunicadores é fundamental!

A agroecologia é construída coletivamente em todo o Brasil e em vários lugares do mundo. As práticas agroecológicas desenvolvidas em áreas rurais ou urbanas se conectam em redes locais, estaduais, regionais e nacional, e seguem juntas fortalecendo um movimento formado por expressiva diversidade. A determinação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) de se fortalecer enquanto uma rede de redes expressa bem essa dimensão de construção coletiva e solidária presente no movimento agroecológico.

Reuniões, encontros, ações de incidência política, participação articulada em comissões e conselhos relacionados à implementação de políticas públicas são exemplos de iniciativas promovidas coletivamente. A atuação em rede fortalece cada prática local de agroecologia e, por consequência, as articulações territoriais, estaduais e regionais.

**FORTALECER
REDES DE
AGROECOLOGIA**

sugestões:

- Mostrar as iniciativas coletivas que existem no território, bem como a diversidade de sujeitos e organizações que integram as redes e articulações, tem grande potência comunicativa, pois torna visível as várias pessoas que acreditam, apoiam e constroem a agroecologia. São associações, cooperativas, redes, fóruns, sindicatos, coletivos informais, grupos de consumidoras/es e pessoas voluntárias envolvidas nas ações.
- Comunicar que tais interações entre pessoas e organizações acontecem em diferentes âmbitos (local, territorial, regional, estadual, nacional) também demonstra a força do movimento e ajuda a perceber que não estamos sozinhas/os nessa luta por um mundo melhor.

- Destacar o aspecto da solidariedade presente nas ações coletivas, como nos mutirões e nas casas de sementes, ajuda a demonstrar como as pessoas e organizações se ajudam e aplicam os princípios da agroecologia de acordo com suas realidades.
- A dimensão da coletividade é inspiradora para o desenvolvimento das práticas comunicativas. Planejar uma atividade, pensar uma ferramenta, produzir conteúdos de forma colaborativa e em rede têm grande força nos processos de comunicação. As iniciativas coletivas favorecem, por exemplo, a identificação de desejos e habilidades entre as pessoas participantes que poderão assumir diferentes tarefas: registro fotográfico, audiovisual, escrita, entrevista, publicação nas redes sociais, entre outras.

Durante os dias 25 e 27 de março de 2014 aconteceu a 1ª Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia, que reuniu cerca de 200 agricultores e agricultoras familiares, representantes de movimentos e organizações sociais de diversos municípios baianos na cidade de Conceição de Coité – BA. O processo de construção da Caravana, realizado pela Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), apresentou cinco etapas distintas: planejamento, articulação, mobilização, realização e sistematização para divulgação dos resultados. A função das caravanas é engajar a participação de agricultoras e agricultores na experimentação e construção social da Agroecologia. Os objetivos principais são: mostrar o que está sendo realizado no campo da Agroecologia; identificar os principais conflitos da comunidade a serem resolvidos; e informar a importância da Agroecologia.



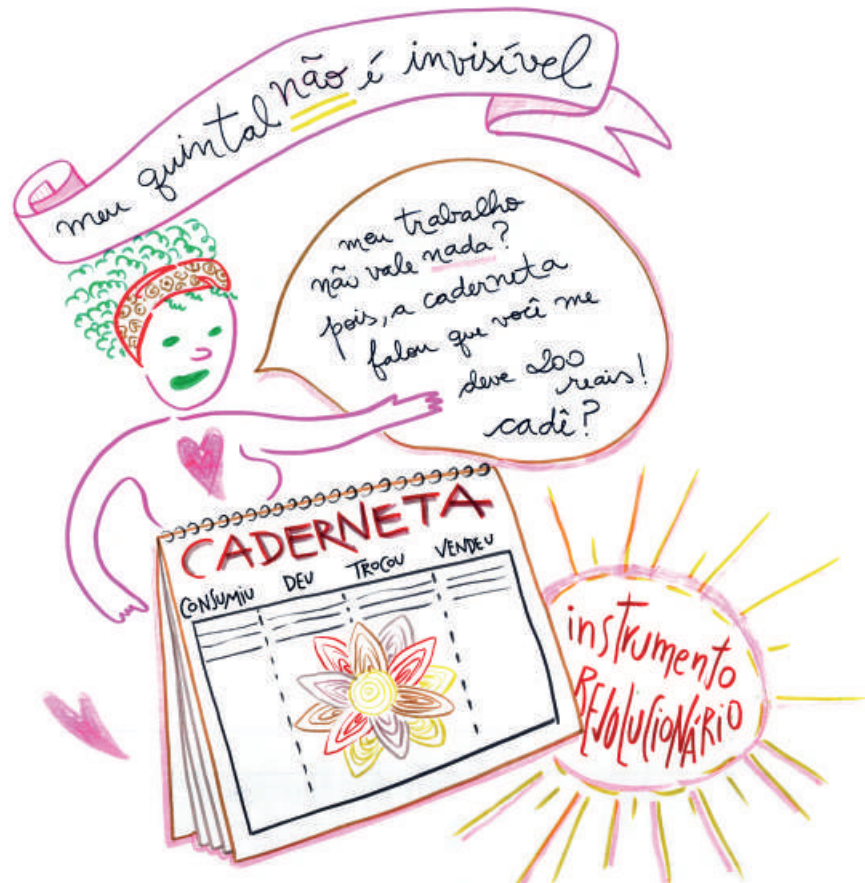
Trechos da cartilha **Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia**. Publicada pela Articulação de Agroecologia da Bahia e pelo Instituto de Permacultura da Bahia.

<https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/cartilha-da-caravana-agroecologica-e-cultural-da-bahia/>

5. Centralidade feminista

O protagonismo feminino na construção e memória da agroecologia no Brasil se manifesta de várias formas: no papel desempenhado pelas mulheres no manejo sustentável dos agroecossistemas, na preservação dos bens comuns, na garantia da saúde e da soberania alimentar e no trabalho de sustentabilidade da vida.

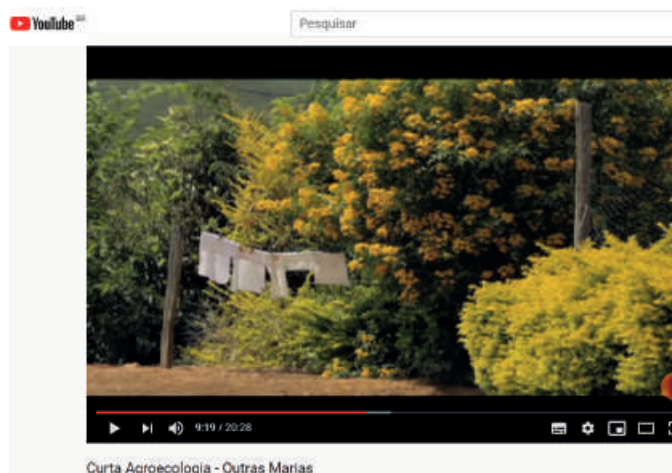
Conforme ressalta o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), não é possível fazer agroecologia sem considerar suas vidas, experiências e trabalhos produtivos e reprodutivos. Não é possível fazer agroecologia sem reconhecer a contribuição histórica das mulheres e sem fortalecer um processo de auto-organização feminista que tem suas nascentes nas lutas travadas cotidianamente nos territórios da agroecologia, em enfrentamento às diferentes manifestações das desigualdades de gênero que perpassam as realidades familiares, comunitárias, institucionais e sociais de toda ordem.¹¹



sugestões:

- Por meio da comunicação, é possível dar visibilidade às manifestações das desigualdades de gênero e às lutas contra o patriarcado e o machismo, bem como ressaltar as crescentes conquistas dos movimentos feministas e os diversos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres em suas famílias, comunidades, organizações sociais, redes, articulações, conselhos e demais espaços públicos.
- Nos conteúdos e ações de comunicação, deve-se redobrar a atenção para não reforçar o lugar comumente assumido pelo homem de “porta-voz” da família e das organizações sociais. É importante ter o cuidado para que, nas ferramentas de comunicação, a abordagem do texto, as entrevistas e a escolha das imagens e vídeos reconheçam e valorizem os trabalhos das mulheres.

Rompendo com a naturalização das desigualdades, de norte a sul do país, há mulheres que protagonizam a construção de uma agricultura sem venenos e sem exploração de seus corpos, vidas e trabalhos. “Outras Marias” que seguem organizadas na transformação das injustiças a que são submetidas dentro e fora de casa. As quatro lideranças da Zona da Mata mineira, retratadas neste documentário, ecoam a voz de mulheres rurais com semelhantes enfrentamentos e que têm seguido juntas em busca de sua autonomia pessoal, econômica e política, demonstrando que Sem Feminismo não há Agroecologia!



Apresentação do filme **Outras Marias**. Iniciativa do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede. Produção de Formosa Filmes.

<https://www.youtube.com/watch?v=nEzSbsE4bVU>

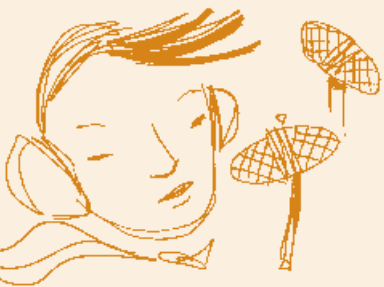
6. Ousadia das juventudes

A inserção das/os jovens na agroecologia acontece em diversos momentos, seja nas atividades de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos, seja nos processos organizativos em suas comunidades. Mas apesar do crescente reconhecimento das juventudes como sujeitos políticos fundamentais à agroecologia, ainda é necessário garantir formas de ampliar a sua participação no movimento agroecológico.



Ao usar o termo juventudes no plural, demarca-se a compreensão de que a condição juvenil não diz respeito a um grupo homogêneo definido por um recorte etário. As diferentes juventudes são constituídas a partir das suas vivências em contextos diversos. É dessa diversidade que emergem percepções e pontos de vista próprios sobre a realidade, assim como estratégias de luta para enfrentamento das adversidades vivenciadas.

As/os jovens trazem novos olhares para pautas antigas e apresentam as novas pautas que surgem em suas realidades. E o que as juventudes reforçam hoje é que as lutas da agroecologia não estão restritas à produção ou comercialização de alimentos saudáveis. As resistências alcançam as dimensões afetivas e dos corpos, das identidades, das condições de existência enquanto sujeitos e do combate a todas as formas de violências.¹²



sugestões:

- É importante comunicar as diferentes pautas levantadas pelas juventudes, assim como as diversas ações promovidas por elas que reforçam a renovação da agroecologia e o rejuvenescimento das agriculturas. As juventudes inseridas na agroecologia são as mesmas que inovam nas formas de mobilização e protagonizam ações pela garantia de direitos, como à educação contextualizada e à livre orientação sexual e identidades de gênero. As juventudes anunciam também a urgência do rompimento da falsa dicotomia entre campo e cidade, e apontam que só a unidade entre as resistências produzirá um novo paradigma para os sistemas alimentares.¹³
- As iniciativas de formação em comunicação popular, com a participação de representantes de organizações da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais, são extremamente importantes para a construção da agroecologia. Deve-se, no entanto, ressaltar como a inserção das/os jovens nesses processos é estratégica, pois favorece que a comunicação agroecológica expresse as narrativas e resistências das juventudes, com os saberes, afetos, ousadia e criatividade que lhes são característicos.

Juventudes de várias partes do Bico do Papagaio participam de reunião realizada nesta sexta-feira, 8, na sub-sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriti. Uma das ideias do encontro foi organizar a juventude, reconhecer e valorizar suas ações nas comunidades. Eles já desenvolvem algumas ações em suas comunidades como o Jovens em Comunicação, apicultura, Sistemas Agroflorestais (SAFs) e o grupo de artesanato Pindova. Essas atividades se dividem em 8 municípios da região: Axixá, Sítio Novo, São Miguel, Praia Norte, Augustinópolis, Buriti, Araguatins e Esperantina. “Depois que passei a fazer apicultura mudei minha relação com a natureza. Tenho uma visão diferente, antes só queria ir para cidade, mas hoje percebo que o jovem do campo tem condições de viver com contiguidade no campo”, diz Matheus dos Santos Filho, morador da comunidade Santa Cruz, setor sede de Buriti, e estudante da Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo (EFABIP).



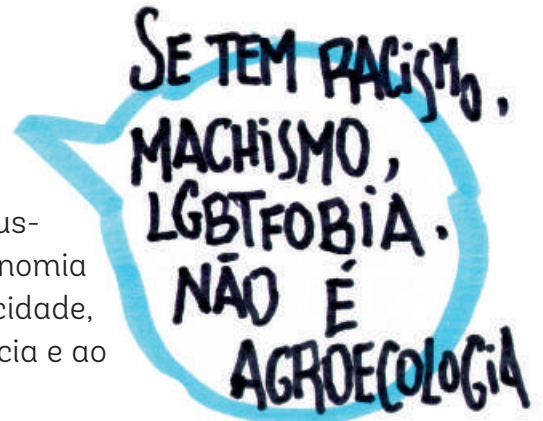
Trecho de matéria publicada no site **Jovens em Comunicação**. | <https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/2018/06/11/jovens-do-bico-se-reunem-para-discutir-acoes-produtivas-e-de-comunicacao-em-suas-comunidades/>

7. Diálogos e Convergências

Os territórios da agroecologia são os mesmos locais onde acontecem diversas ações de enfrentamento aos efeitos do capitalismo, do patriarcado, do racismo e do colonialismo – sistemas de opressão e dominação que operam de forma conjugada na nossa sociedade atual e que produzem diferentes formas de subalternização de corpos, saberes, modos de vida e de produção.

É nos territórios onde povos do campo, das águas, das florestas e das cidades resistem a tantas violências e preconceitos, ao mesmo tempo em que promovem cotidianamente iniciativas voltadas à construção de uma sociedade justa e igualitária.

As ações do movimento agroecológico em confluência com os movimentos antirracismo, antimachismo e em defesa das juventudes, das pessoas LGBTI+, da justiça ambiental, da saúde coletiva, da economia solidária, da reforma agrária, do direito à cidade, entre outros, convergem rumo à Democracia e ao Bem Viver.

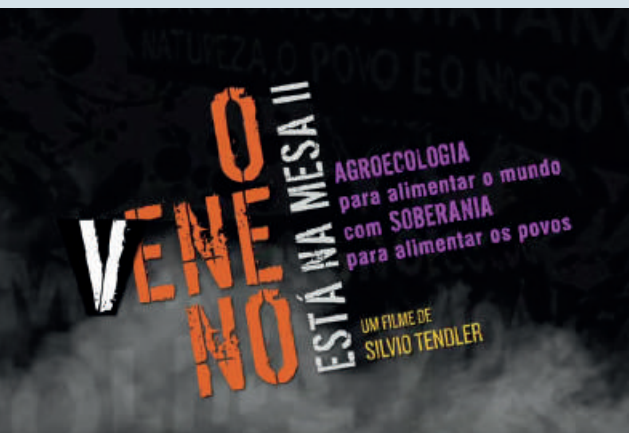


Destacamos aqui dois apontamentos atuais, feitos principalmente pelos coletivos das juventudes e das mulheres do movimento agroecológico, que podem ser resumidos nos seguintes lemas: “Se tem racismo não há agroecologia” e “Com LGBTI+fobia não há agroecologia”. Essas bandeiras mostram a necessidade da comunicação popular provocar processos que não apenas promovam a convergência da agroecologia com as temáticas de outros movimentos, mas que também contribuam para atualizar os valores, princípios e práticas do próprio movimento agroecológico.

Essas pautas precisam ser enfrentadas com urgência, principalmente diante do avanço do conservadorismo e de seu impacto nas vidas das pessoas, especialmente na vida de mulheres negras e das juventudes lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual.

sugestões:



- As iniciativas de comunicação são ferramentas potentes para evidenciar as diferentes lutas que se constituem nos territórios. Possuem também a capacidade de promover o diálogo entre os movimentos, identificando e visibilizando, por um lado, o que dá unidade ao campo popular e, por outro lado, o que os diferenciam das lógicas dominantes e opressoras da sociedade.
- A realização de ações coletivas, como as Caravanas Agroecológicas e Culturais¹⁴, torna possível uma análise conjunta sobre a realidade do território, a partir das perspectivas das diferentes pessoas que estão participando da atividade. As visitas permitem conhecer as práticas agroecológicas, seus benefícios à família e à comunidade, assim como os desafios e as ações locais que ameaçam a sua continuidade (mineração, agronegócio, hidroelétrica, órgãos de proteção ambiental, vigilância sanitária etc.). A inserção de comunicadoras/es populares nessas ações contribui para que apareça nos debates questões como o direito à comunicação e a importância dos processos comunicativo nos quais os sujeitos coletivos são os protagonistas.



Além de não conter agrotóxicos, o alimento agroecológico também não porta em si injustiças. Ele não porta expropriação da terra, ele não porta trabalho infantil, ele não porta violência contra a mulher, ele não porta contaminação ambiental, dos rios, dos solos, dos açudes, contaminação das pessoas e contaminação dos alimentos.

Trecho da entrevista de Raquel Rigotto, retirado do filme **O veneno está na mesa - 2**. Iniciativa da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

<https://contraosagrototoxicos.org/o-veneno-esta-na-mesa/>



INICIATIVAS
DE COMUNICAÇÃO
AGROECOLÓGICA

No campo agroecológico, são inúmeros os contextos nos quais a comunicação acontece. Onde tem reunião, curso, oficina, caravana, feira, intercâmbio para trocas de experiências e saberes, tem comunicação. Também não podemos nos esquecer das potentes iniciativas de comunicação popular, em diferentes formas, linguagens e meios, que as organizações da sociedade civil lançam mão para fortalecer as narrativas do movimento agroecológico referentes aos sistemas alimentares que querem e estão construindo.

É difícil listar todas elas, mas para exemplificar, podemos dizer que vemos a comunicação sendo realizada por meio de peças teatrais, cordéis, músicas, poesias, vídeos, jornais, revistas, rádios, cartilhas, redes sociais, facilitações gráficas, instalações artístico-pedagógicas, passeatas, banquetes públicos, bloco de carnaval, cinema de rua... e por aí vai.

As iniciativas listadas a seguir são um pequeno pedaço do universo dos instrumentos e linguagens de comunicação relacionados à agroecologia. Mas possuem uma grande relevância no enfrentamento à concentração da mídia e ao agronegócio, bem como na construção de paradigmas para uma comunicação e um sistema alimentar mais democráticos.

Para apresentar cada iniciativa de comunicação, procuramos, quando possível, trazer a descrição presente no próprio material, com a intenção de evidenciar o contexto de elaboração do instrumento e os objetivos de quem produziu. As iniciativas estão divididas nas seguintes categorias: jornal/boletim Informativo; vídeo; rádio; site; redes sociais; cartilhas; cobertura colaborativa; jornalismo popular; e museu.





Jornal / Boletim Informativo

Agroecologia no Leste de Minas

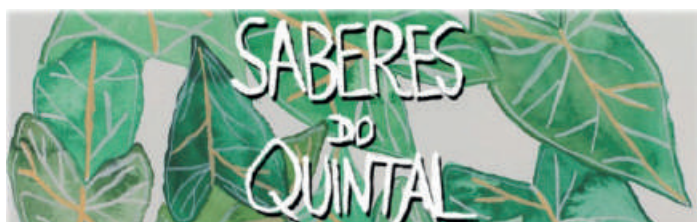
<http://redemg.org.br/>



O informativo Agroecologia no Leste de Minas é uma publicação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas em parceria com a Rede Agroecológica do Leste de Minas. O objetivo do informativo é fortalecer o movimento por uma agricultura mais saudável, ecológica e socialmente justa. Para isso, são apresentadas histórias de agricultores e agricultoras familiares que praticam a agroecologia no Leste de Minas, assim como oportunidades e experiências que possam servir de inspiração.

Saberes do Quintal

<http://uemg.br/component/content/article/211-proex/jornal/2245-jornal-saberes-do-quintal?Itemid=437>



O jornal Saberes do Quintal é produzido desde 2016 pela equipe do Kaipora – Laboratório de Estudos Bioculturais, que fica na Unidade Ibirité da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), com a finalidade de divulgar práticas e saberes tradicionais associadas aos quintais. O jornal é composto por quatro seções: (i) um pequeno texto com a temática dos quintais – trechos de poesias ou transcrições de depoimentos de moradores locais sobre seus quintais; (ii) “está na época” – indicação sobre a sazonalidade de frutas, legumes e hortaliças; (iii) receitas – indicação de receitas tradicionais de alimentos, manejo de hortas ou uso de plantas para o cuidado com a saúde; e (iv) “para refletir” – com o intuito de destacar informações sobre soberania alimentar

e saberes tradicionais. Em geral, as dicas e as receitas são fornecidas pelos mestres populares que participam do Ciclo de Encontros, uma das ações propostas pelo projeto Saberes do Quintal. Os jornais são publicados em mídia digital e impressa, com finalidade educativa. Os jornais impressos são afixados, preferencialmente, em locais públicos como escolas, postos de saúde, igrejas, comércios em geral, entre outros. Desde 2018 são afixados também em coletivos urbanos de Ibirité (RMBH).

O Candeeiro

<https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>



Com o início do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), no ano de 2007, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) passou a realizar e publicar a sistematização de experiências de agricultores e agricultoras do Semiárido em formato do boletim impresso O Candeeiro. Desde o ano de 2012, a ASA passou a contar com a sistematização de experiências também em formato de banner em lona, o que abriu mais possibilidades e formas de partilha das histórias do Semiárido. Os comunicadores e as comunicadoras da ASA constroem O Candeeiro de forma participativa com os próprios agricultores e agricultoras, em uma dinâmica que proporciona a reflexão sobre suas práticas agroecológicas; de comercialização; de organização; de luta pela água, terra e território; de convivência com o Semiárido, entre muitas outras. Os exemplares dos boletins impressos e os banners são entregues aos próprios agricultores e agricultoras que os partilham em suas comunidades, em associações, nos sindicatos, em eventos, nos intercâmbios, em feiras e onde mais desejarem. Cada experiência sistematizada em texto é publicada com mil exemplares impressos, em um boletim que pode ser de duas ou quatro páginas, com fotos, ou em formato de banner, com um exemplar, também contendo textos e fotos.*

* Artigo sobre experiência de comunicação da ASA é apresentado no X Congresso Brasileiro de Agroecologia – https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10335

Vídeo

Cultivando Saberes

<https://cultivandosaberes.wordpress.com/>



Série de seis documentários curta-metragem, que retratam experiências de vida de agricultores urbanos e familiares da região metropolitana de Belo Horizonte. Tais experiências, realizadas em quintais, hortas comunitárias e assentamentos de reforma agrária propiciam o desenvolvimento, resgate e troca de saberes entre diversos atores sociais, durante as práticas de produção, comercialização e consumo dos alimentos e produtos agroecológicos. A direção dos documentários é de Davi Fuzari e Laura Barroso.

As várias formas de construir a Agroecologia: Rumo ao IV ENA (5'06")

<https://www.youtube.com/watch?v=rV27VY5qGsQ>



Nós construímos a agroecologia no trabalho com as plantas medicinais, protegendo as nascentes, guardando sementes crioulas, buscando formas alternativas de resistência à mineração, construindo relações saudáveis, fortalecendo nossas tradições na cidade, na aldeia, nas florestas e no campo. Nós construímos a agroecologia como parte de um projeto feminista, popular, anti racista que luta pela emancipação das mulheres, pela socialização do trabalho doméstico, contra a violência. Nós construímos a agroecologia com tecnologias sociais, com gestão de

resíduos e com o cuidado com a terra e com as pessoas. Existem muitas formas de construir a agroecologia e chegou o momento de celebrar o encontro delas: IV Encontro Nacional de Agroecologia acontece de 31 de maio a 3 de junho de 2018, em Belo Horizonte (MG). Este foi um vídeo de divulgação e convite para o IV ENA, muito utilizado no processo de mobilização das/os agricultoras/es.

Programa Curta Agroecologia

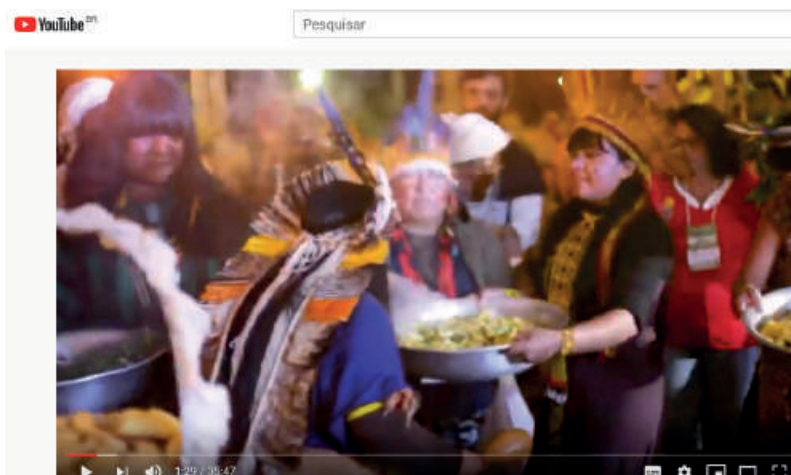
<https://www.canalsaude.fiocruz.br/programas/programaAberto/curta-agroecologia>



Curta Agroecologia é um programa do Canal Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) produzido em parceria com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). O programa divulga *documentários de experiências bem-sucedidas em agroecologia e agricultura familiar desenvolvidas de forma autônoma por grupos populares em territórios rurais.*

Semeando Vida – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (35'47”)

<https://www.youtube.com/watch?v=HMq5P5Z-89U>

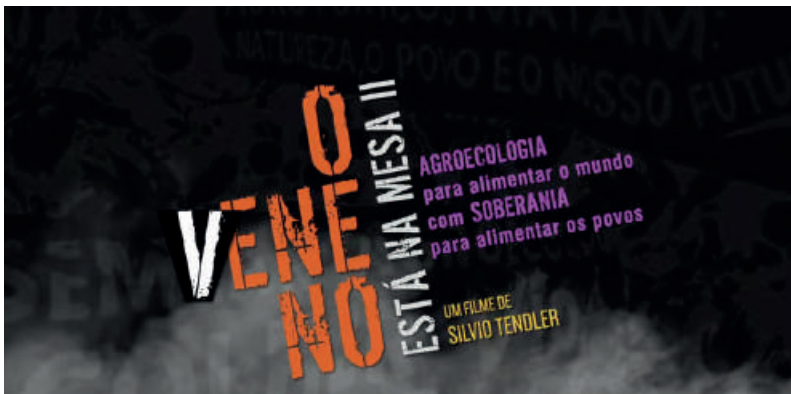


O vídeo Semeando Vida – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) foi produzido durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 2018, em Belo Horizonte / MG, quando mulheres de diversos movimentos sociais, profissionais de saúde, benzedeiras, parteiras, raizeiras e pesquisadoras/es se reuniram e

refletiram sobre o que é saúde e a importância das práticas integrativas em todas as dimensões do cuidado. O material faz parte do projeto “Movimentos Sociais Femininos e a Resposta à Síndrome do Zika Vírus”, uma parceria entre Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto René Rachou (Fiocruz Minas) e University of York (Reino Unido). A direção do vídeo é de Carina Aparecida.

O Veneno está na mesa 2 (70 min)

<https://contraosagrototoxicos.org/o-veneno-esta-na-mesa/>



Após impactar o Brasil mostrando as perversas consequências do uso de agrotóxicos em *O Veneno está na Mesa*, o diretor Silvío Tandler apresenta no segundo filme uma nova perspectiva. *O Veneno Está Na Mesa 2* atualiza e avança na abordagem do modelo agrícola nacional atual e de suas consequências para a saú-

de pública. O filme apresenta experiências agroecológicas empreendidas em todo o Brasil, mostrando a existência de alternativas viáveis de produção de alimentos saudáveis, que respeitam a natureza, os trabalhadores rurais e os consumidores. Com este documentário, vem a certeza de que o país precisa tomar um posicionamento diante do dilema que se apresenta: Em qual mundo queremos viver? O mundo envenenado do agronegócio ou da liberdade e da diversidade agroecológica?

Rádio

Riquezas da Caatinga

<https://www.asabrazil.org.br/radio-asa/riquezas-da-caatinga>



Desde 2005, a Articulação do Semiárido (ASA) produz e disponibiliza edições do Riquezas da Caatinga. O objetivo do programa é divulgar com a proposta política da convivência com o Semiárido. O Riquezas da Caatinga é disponibilizado mensalmente para rádios parceiras, organizações da ASA e instituições parceiras em todo o país. Esses produtos de áudio valorizam a sabedoria das famílias

camponesas, debatem e defendem políticas públicas para o Semiárido e apresentam as belezas e singularidades dos biomas da Caatinga e do Cerrado.

Semente Boa!

<https://www.megafono.host/podcast/semente-boa>



Semente Boa é um podcast feito através de uma parceria do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com um projeto de extensão da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. Esse podcast tem por objetivo: explicar o que é e como funciona o Movimento, mostrar quem são as pessoas que o constroem e contar suas histórias. Mas não paramos por aí. Também abordaremos assuntos que estão diretamente ligados à luta pela terra, como agroecologia e reforma agrária.



Site

Jovens em Comunicação – compromisso com a informação do campo no Bico do Papagaio

<https://jovensemcomunicacao.wordpress.com/>



Este blog foi criado a partir da oficina de comunicação popular Jovens em Comunicação, promovida pela Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). Os participantes éramos nós, jovens de seis comunidades camponesas da região conhecida

como Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins: Canaã, Mulatos, Olho D'Água, Ouro Verde, Santa Juliana e São Félix. A formação aconteceu em alternância, com módulos presenciais e atividades nas comunidades. Durante seis encontros, discutimos sobre comunicação, aprendemos a fazer textos, fotografias e vídeos, e voltamos às nossas casas para colocar a mão na massa, com a produção de reportagens escritas e audiovisuais sobre nossas realidades. O objetivo é divulgar as experiências agroecológicas que estão gerando renda e alimentos saudáveis, e que não conseguem espaço na grande mídia. Todo o material produzido você encontra neste blog, que tem compromisso com a informação do campo no Bico do Papagaio. Nós enfrentamos os preconceitos dos meios de comunicação pautados pelos valores urbanos – também propagados pelas nossas escolas –, para nos tornarmos correspondentes. Assim, com orgulho, vamos lançar ao mundo o campo que produz vida: a nossa realidade a partir da nossa própria visão. Se gostar, convidamos você a ajudar a espalhar essa semente!

Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida

<https://contraosagrototoxicos.org/>

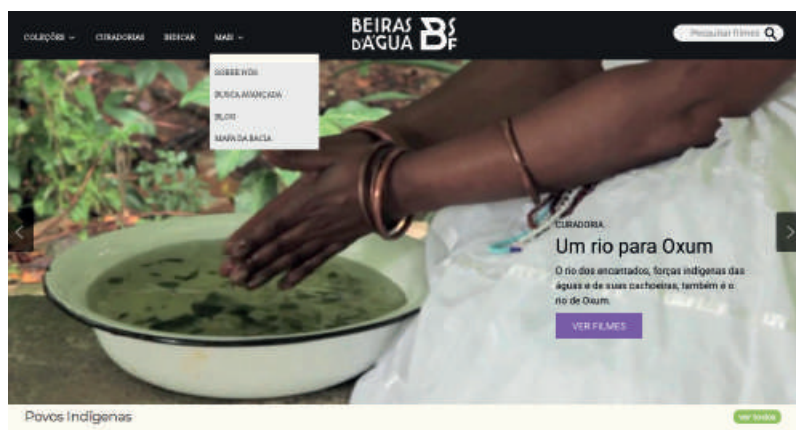


O site da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida funciona como uma “prateleira” de informações relacionadas ao tema “agrotóxico”. Além de notícias atualizadas, há um conjunto de materiais de comunicação “para baixar”, como apresentações, artigos, cartilhas, cartazes, panfletos, livros

e filmes. A Campanha tem o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam e, a partir daí, tomar medidas para frear seu uso no Brasil. Hoje já existem provas concretas dos males causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo, milhares de agricultores pelo Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida luta por outro modelo de desenvolvimento agrário. Por uma agricultura baseada na agroecologia ao invés dos agrotóxicos e transgênicos, que acredita no campesinato e não no agronegócio, que considera a vida mais importante do que o lucro das empresas.

Beiras D'Água

<https://beirasdagua.org.br/>



O Beiras é um acervo colaborativo de conteúdo audiovisual conectado pelas águas do Rio São Francisco. São filmes feitos nas beiras dos rios, riachos e veredas que compõem a Rede Hidrográfica do Velho Chico. Um território que abrange cinco estados, 521 municípios e três biomas conectados por águas que atravessam cinco regiões metropolitanas e uma grande

diversidade de comunidades tradicionais, camponesas e povos indígenas. O Beiras é sobre as águas, sobre o semiárido, sobre memórias, sobre as pessoas e sobre suas realidades. É sobre populações tradicionais, produção comunitária, movimentos sociais e instituições. O acervo do Beiras é uma ferramenta de sistematização e organização do saber produzido neste território. Facilita o diálogo entre iniciativas populares, ONGs, pesquisadores e instituições, apoiando assim o fortalecimento e a defesa das pautas sociais e políticas que permeiam o ecossistema. O projeto Beiras D'Água é uma realização da Cooperativa EITA e do Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat) do Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz-PE).

Redes Sociais

Comissão de Jovens Multiplicadores e Multiplicadoras da Agroecologia

<https://www.facebook.com/cjmapejuv/>



A Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia (CJMA) tem atuação em Pernambuco, nas regiões da Mata Sul, Agreste Setentrional e Sertão do Pajeú. A CJMA é estratégica, pois é um espaço pleno de formação, mobilização, articulação, incidência e auto-organização das juventudes em seus territórios. O desenvolvimento das ações de formação, comunicação e desenvolvimento agroecológico tem contribuído com o protagonismo político dessa geração, criando condições sustentáveis e estimulando a permanência das juventudes no campo, com mais dignidade e mais oportunidades.*

*<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/jovens-multiplicadores-em-agroecologia-uma-metodologia-transformadora>

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

<https://www.facebook.com/mmcnacional/>

<http://www.mmcbrasil.com.br/site/>



O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento social popular organizado em dezoito estados brasileiros, que representa as mulheres trabalhadoras do meio rural. Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres. Há mais de vinte anos construímos um Movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista. Nesse período, nos organizamos, lutamos e conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros. Continuamos

lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão.

Associação Cultural dos Realizadores Indígenas (ASCURI)

<https://ascuri.org/>



Nós, da Associação Cultural dos Realizadores Indígenas (ASCURI), somos um grupo de jovens realizadores/produtores culturais indígenas de Mato Grosso do Sul (Brasil) que busca, por meio da linguagem cinematográfica e das novas tecnologias de comunicação, desenvolver estratégias de formação, resistência e fortalecimento do jeito de ser indígena tradicional. A ASCURI atualmente se estabelece como uma alternativa pensada por realizadores indígenas Terena, Kaiowá e Quechúa frente ao modo predominante de se pensar e de se fazer cinema na América Latina. A partir de nossa experiência, acreditamos que novas mídias devam ser usadas em prol dos nossos direitos originários e da garantia de nossa participação ativa em temas que nos dizem respeito, tais como a gestão de nossos territórios, sua conservação ambiental, o uso de seus recursos naturais, e o desenvolvimento de políticas de segurança alimentar.

Ororubá Filmes

<https://www.facebook.com/OrorubaFilmes/>



“Utilizando o que tem de moderno, para fortalecer o que tem de ancestral.” Este é o lema da Ororubá Filmes, um coletivo de jovens indígenas que compreende a comunicação como estratégia de registrar e fortalecer os acontecimentos do povo Xukuru do Ororubá (Pernambuco). Na página no facebook da Ororubá Filmes é possível assistir transmissões ao vivo de atividades do povo Xukuru e várias produções audiovisuais realizadas pelas/os jovens.

Cartilhas

Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia

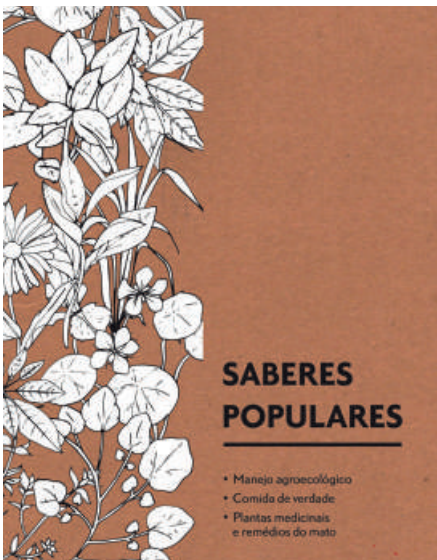
<https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/cartilha-da-caravana-agroecologica-e-cultural-da-bahia/>



Esta cartilha, editada pela Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), tem como objetivo apresentar a metodologia da Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia, que ocorreu na cidade de Conceição de Coité / BA, nos dias 25 e 27 de março de 2014, com a participação de cerca de 200 agricultores e agricultoras familiares, representantes de movimentos e organizações sociais de diversos municípios baianos. Os objetivos principais da Caravana são: mostrar o que está sendo realizado no campo da Agroecologia; identificar os principais conflitos da comunidade a serem resolvidos; e informar a importância da Agroecologia. A AABA é uma articulação que reúne organizações e movimentos que se identificam com a construção e fortalecimento do campo agroecológico, de forma a promover o diálogo e o intercâmbio de experiências entre atores que estão elaborando e experimentando alternativas de produção, comercialização, organização comunitária e gestão de recursos naturais.

Saberes Populares

https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/09/saberes-populares_aue.pdf



Esta cartilha é um trabalho de sistematização de conhecimentos construídos e compartilhados pela interação entre agricultores/as, técnicos/as, estudantes, professores/as, pesquisadores/as, interessados/as, militantes e artistas. São conceitos, práticas e receitas desenvolvidas e difundidas por todos/as os elos que compõem essa corrente e que, cotidianamente, contribuem para a consolidação da agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Este produto representa a própria riqueza que a cidade nos fornece: a possibilidade da troca entre os diferentes. A conclusão deste trabalho foi possível através da parceria entre a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana – AUÊ!, grupo de pesquisa e extensão universitária da Universidade Federal de Minas Gerais.



Cobertura Colaborativa

Comissão de Comunicação e Cultura do
IV Encontro Nacional de Agroecologia

<http://enagroecologia.org.br/>



IV ENA ENCONTRO NACIONAL
DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

O IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) aconteceu entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 2018, em Belo Horizonte. Mas a decisão sobre a sua realização se deu na Plenária Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), no mês de abril de 2017. Desde a plenária, várias iniciativas de comunicação ocorreram tanto no contexto do processo preparatório do IV ENA como nos dias do evento e nos meses seguintes. A Comissão de Comunicação e Cultura foi uma das primeiras a se formar e a iniciar o processo de construção para o IV ENA. Ainda em 2017 foi realizado um Encontro Ampliado com a presença de comunicadoras/es de instituições da agroecologia de Minas Gerais e de outros estados e de movimentos e coletivos de comunicação popular de Belo Horizonte. Esse Encontro foi de extrema importância para criar um sentido coletivo da tarefa e para ampliar o entendimento do fazer da comunicação popular que seria construído rumo ao IV ENA. Desde o início da organização do IV ENA, foi colocada a perspectiva de trabalhar as dimensões da comunicação e da cultura em uma mesma supercomissão. A intenção ao realizar essa conexão foi abandonar a visão de que as fortalezas populares relacionadas à cultura são apenas ferramentas, momentos de lazer e entretenimento. A cobertura colaborativa do IV ENA teve a participação 79 comunicadoras/es (49 mulheres e 30 homens) que produziram um rico acervo textual, audiovisual e fotográfico.*

* **Sentir, Pensar e Agir: o processo preparatório do IV Encontro Nacional de Agroecologia** (caderno 2 da coleção das Memórias do IV ENA), 2019.

Exemplos de ações e ferramentas de comunicação utilizadas no contexto do IV ENA

- **Antes do evento:** posts no facebook da ANA, elaboração de matérias para o site da ANA, produção de vídeos, formação de um Bloco de Carnaval, sessão de filmes de agroecologia...
- **Durante o IV ENA:** posts e transmissões ao vivo no facebook, matérias no site da ANA, informativos para o Whatsapp, rádio poste, assessoria de imprensa, facilitações gráficas, apresentações artístico-político-culturais, produção de vídeos, registro fotográfico, instalações artístico-pedagógicas...
- **Depois do Encontro:** posts no facebook, matérias para o site da ANA, produção de vídeos, compartilhamento de fotos...

YouTube da ANA: www.youtube.com/channel/UCJAtJb86gN1NyFPpewZXRCw

Flickr da ANA: www.flickr.com/photos/135192960@N07/albums

Facebook da ANA: www.facebook.com/articulacaonacionaldeagroecologia/

Site da ANA: www.agroecologia.org.br/

Site do ENA: <http://enagroecologia.org.br/>



Painel de facilitação gráfica da Plenária de Abertura do IV ENA (Repentistas do Desenho)



Jornalismo Popular

Os veículos de jornalismo popular são ferramentas estratégicas para a construção de uma visão de mundo contrária àquela imposta pela imprensa comercial. No jornalismo popular, as informações e debates de interesse público e coletivo se mantêm como foco mesmo quando a abordagem parte de histórias de vida de pessoas. Nessa perspectiva, não é difícil perceber a colaboração mútua dessa mídia com a agroecologia. Apesar de não serem canais de comunicação popular relacionados diretamente à agroecologia, achamos importante trazer os exemplos a seguir. Procuramos destacar, por um lado, a relevância de conhecer, fortalecer e nos informar por estes veículos e, por outro lado, a importância de termos sempre em mente as parcerias que podemos fazer com a mídias populares.

Brasil de Fato

<https://www.brasildefato.com.br/>



O Brasil de Fato (BdF) é um site de notícias e uma radioagência, além de possuir jornais regionais no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Paraná e em Pernambuco. Lançado em 25 de janeiro de 2003, o BdF circulou por mais de dez anos com uma versão impressa nacional. Por entenderem que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos populares criaram o Brasil de Fato para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Plural e diversificado, o BdF reúne jornalistas, articulistas e movimentos populares do Brasil e do mundo. Além do site, da Radioagência e das edições impressas, o Brasil de Fato circula pelas redes sociais, por Facebook, Twitter, Youtube, Flickr e SoundCloud.

Mídia Ninja

<http://midianinja.org/>

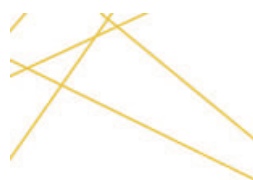


Somos uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho. Entendemos a comunicação democrática como um direito humano e defendemos o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação, visibilizando pautas de comunicação, causas identitárias, cultura, meio ambiente, juventude e outras que dialogam com os desafios do século XXI. A Mídia NINJA foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhões nas ruas do Brasil. À ocasião realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. Em 2016 foi uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio a instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil.

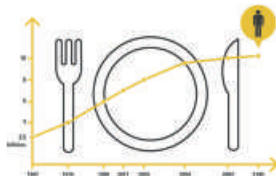
Exposição

Labirinto dos Agrotóxicos

<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/processaber/>



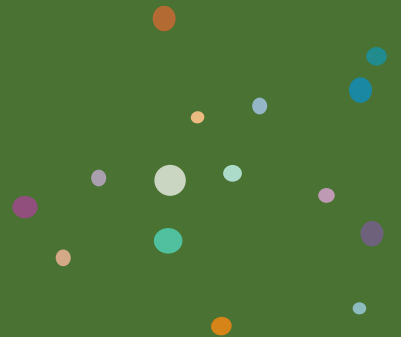
A POPULAÇÃO ESTÁ AUMENTANDO MUITO!
O QUE VOCÊ FARIA PARA MANTER TODOS BEM ALIMENTADOS?



O Labirinto dos Agrotóxicos é um módulo da exposição temporária Processaber realizada no Espaço do Conhecimento UFMG em 2016. A estrutura do labirinto é pensada para criar histórias e narrativas referente às controvérsias científicas. Esse aparato expositivo apresenta um problema inicial e oferece um percurso com uma série de bifurcações para ser percorrido pelo visitante, a partir das suas escolhas. A cada passagem, são colocadas questões e o visitante segue para um beco sem saída ou uma saída precipitada do labirinto. Versátil e de fácil construção, o Labirinto pode ser montado em vários lugares, independente de museus ou exposições, com a possibilidade de abordar diferentes temas controversos.



REFERÊNCIAS



1. BANDEIRA, Olívia. Concentração da comunicação e os riscos à democracia no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Associação Henfil, 2018. p. 34-41. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/publicacoes/cartilha-comunicacao-e-direitos-humanos/>>.
2. TAVARES, Joana. Comunicação e Projeto Popular para o Brasil. In: ASSOCIAÇÃO HENFIL EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Associação Henfil, 2018. p. 16-24. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/publicacoes/cartilha-comunicacao-e-direitos-humanos/>>.
3. PERUZZO, Cicilia Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/947/887>.
4. PERUZZO, 2009. *Ver o item 3.*
5. TAVARES, 2018. *Ver o item 2.*
6. FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paç e Terra, 1983.
7. CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. 207 p.
8. ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Carta Sergipana do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (XI CBA)**. Sergipe: ABA, 2019. 7p. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/XI-CBA-Agroecologia_Carta-Sergipana.pdf>.
9. ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA): agroecologia e democracia unindo campo e cidade.** Rio de Janeiro: ANA, 2018. 47p. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2019/03/carta_politica_web.pdf>.
10. TOLEDO, Victor M. A Agroecologia é uma Revolução Epistemológica. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 42-45, 2016. Entrevista concedida a Diana Quiroz.
11. ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. **Memórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia: agroecologia e democracia unindo campo e cidade.** Rio de Janeiro: ANA, 2020.
12. ANA, 2020. *Ver o item 11.*
13. ANA, 2018. *Ver o item 9.*
14. ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Caderno de Metodologias.** André Biaçoti, Natália Almeida, Patrícia Tavares (organização). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017. p. 57-60. Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/caderno-de-metodologia/>>.



FaE
Faculdade de Educação

UFMG

Apoio:



ISBN: 978-65-00-01168-5



9 786500 011685